

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**GABRIELA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA**

**O Porto Romano e a Paisagem Social: organização urbana e contato cultural no  
litoral da Judeia-Palestina entre I AEC e II EC**

**São Paulo**

**2023**

**GABRIELA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA**

**O Porto Romano e a Paisagem Social: organização urbana e contato cultural no litoral da Judeia-Palestina entre I AEC e II EC**

**The roman harbour and the social landscape: urban organization and cultural contact in the Judaea-Palestine coast between I BCE and II CE**

Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia

Área geral: Arqueologia

Área da pesquisa: Arqueologia e Identidade

Orientador: Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto

**São Paulo**

**2023**

Versão revisada. A versão original encontra-se na biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os possíveis contatos culturais ocorridos, principalmente, nas zonas portuárias das cidades levantinas de Tel Dor e Cesareia Marítima durante o período romano, especificamente entre I AEC e II EC. Para tanto, foram selecionadas algumas estruturas construídas e naturais que pudessem nos revelar esses contatos, por meio de seu estilo construtivo e arquitetônico, seu papel no mundo romano, seus significados na paisagem, e as possíveis fronteiras físicas e simbólicas a elas associadas. Além disso, também foram selecionados alguns objetos relacionados à essas estruturas que pudessem fornecer mais informações sobre as mesmas e sobre os contatos a elas relacionados. As informações foram obtidas por meio de relatórios de escavações e publicações concernentes, além de fontes escritas, principalmente as obras de Flávio Josefo, e visitas aos sítios arqueológicos. Para o debate a respeito dos contatos culturais foram utilizados os conceitos de emaranhamento e *middle ground*. Por fim, para uma melhor organização e compreensão dos dados, foram elaboradas fichas com as informações mais relevantes a respeito das estruturas e objetos a elas relacionados.

**Palavras-chave:** Tel Dor; Cesareia Marítima; contatos culturais; zonas portuárias; Arqueologia da Paisagem, fronteiras.

## **ABSTRACT**

The following study aims to analyze the possible cultural contacts that occurred, mainly, in the portuary zones of the Levantine cities of Tel Dor and Caesarea Marítima during the Roman times, specifically between I BCE and II CE. To this end, some built and natural structures were selected that could reveal these contacts, through their constructive and architectural style, their role in the Roman world, their meanings in the landscape, and the possible physical and symbolic frontiers associated with them. In addition, some objects related to these structures were also selected, which provided more information about them and their contacts. The information was obtained through excavations reports and relevant publications, as well as written sources, specially Flavius Josefo's works, and visits to the archaeological sites. For the debate concerning cultural contacts, the concepts of entanglement and middle ground were used. Finally, for a better organization and understanding of the data, sheets were made with the most relevant information regarding the structures and objects related to them.

**Keywords:** Tel Dor; Caesarea Marítima; cultural contacts; portuary zones; Landscape Archaeology, frontiers

## AGRADECIMENTOS

A concretização desse mestrado é também a realização de um sonho de infância. Que teria permanecido no mundo onírico para sempre, se não fosse pelo precioso apoio de muitas pessoas.

À minha família, em especial minha mãe, Kátia, e minha avó, Zenaide, sem as quais eu não seria quem sou. E também às minhas tias Janaina, Ingrid, Michele, Elizabeth e Nilda. Um pedaço de cada uma dessas sete mulheres vive em mim.

Ao meu amado Lauriston, por ter me apoiado e me dado forças nessa trajetória tão árdua.

Às minhas queridas amigas Letícia, Raphaella e Tarine. As primeiras por me acompanharem desde o ensino médio, quando esse sonho ainda estava muito distante. A última por sempre compartilhar comigo as dificuldades da vida acadêmica, e outras tantas.

Ao meu sempre otimista orientador, prof. Vagner Porto, por desde o início acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui, quando eu mesma não acreditava.

Aos admiráveis colegas do LARP, por toda a ajuda, mesmo que não diretamente.

À professora Becky Martin, da Universidade de Boston, que tão gentilmente nos mostrou os sítios de Tel Dor e Cesareia Marítima.

Às professoras Maria Beatriz B. Florenzano e Adriene Baron Tacla pela inestimável ajuda em minha qualificação.

Ao CNPq e ao MAE-USP, que permitiram que esse trabalho se concretizasse.

E, às minhas gatas, Charlotte e Lyra, por serem as melhores (ou mais preguiçosas) assistentes que eu poderia ter.

“(…)  
*There shrines and palaces and towers*  
*(Time-eaten towers and tremble not!)*  
*Resemble nothing that is ours.*  
*Around, by lifting winds forgot,*  
*Resignedly beneath the sky*  
*The melancholy waters lie*  
“(…)”

“The City in the Sea”, Edgar Allan Poe, 1845

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Fig. 1:</b> Afresco do século XVI localizado no Palácio do Vaticano, que mostra uma reconstrução idealizada de Portus (URBANUS 2015 p. 27)	<b>42</b>
<b>Fig. 2:</b> Mapa da porção Norte de Israel, com destaque para Tel Dor e Cesareia Marítima. Disponível em: < <a href="https://cutt.ly/NbRaNMg">https://cutt.ly/NbRaNMg</a> > (MOTTA 2015, p.2).	<b>45</b>
<b>Fig. 3:</b> Fragmentos de contêineres decorados com o “bicrômio fenício”, onde os padrões geométricos cipriotas são visíveis. Tel Dor, Idade do Ferro Ib (GILBOA; SHARON 2008, p.160).	<b>49</b>
<b>Fig. 4:</b> Áreas exploradas em Tel Dor durante as distintas escavações. Créditos: Svetlana Matskevich (MOTTA 2015, p. 18).	<b>58</b>
<b>Fig. 5:</b> Vista área das baías de Tel Dor: (1) Lagoa de Tantura; (2) a baía sul; (3) a baía do amor; (4) a baía norte com algumas áreas exploradas (SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 208).	<b>61</b>
<b>Fig. 6:</b> Estimativa de como seria Cesareia Marítima na primeira fase de sua construção (esquerda), e ao final do reinado de Herodes (direita) (NETZER 2007, p. 78)	<b>65</b>
<b>Fig. 7:</b> Mapa da Cesareia herodiana. Fonte: Anna Iamim, Combined Caesarea Expedition (HOLLUM 2014, p. 184).	<b>65</b>
<b>Fig. 8:</b> Agripa I e seu irmão Herodes de Cálcis coroando o imperador Cláudio (anverso) e duas mão cumprimentando-se (reverso), Cesareia Marítima, 37-43 EC(AJC 8; BROMBERG II 353; RPC 4983; MESHORER TJC 121).	<b>68</b>
<b>Fig. 9:</b> Reconstrução do porto interno e do Templo da Plataforma, no tempo de Herodes Magno. Destaque para a escadaria que ligava o templo com o cais do porto interno. Fonte: Anna Iamim (HOLLUM 2014, p. 195).	<b>74</b>
<b>Fig. 10:</b> Ruínas submersas do porto de Sebastos, Cesareia Marítima. Créditos: Caesarea Ancient Harbour Project (HOHLFELDER <i>et al</i> 2007, p. 409).	<b>75</b>
<b>Fig. 11:</b> Áreas escavadas de Tel Dor. Créditos: Svetlana Matskevich (MOTTA 2015, p. 18)	<b>79</b>
<b>Fig. 12:</b> Baía Norte, com as áreas A, B e C em destaque (SHALEV <i>et al</i> 2019).	<b>83</b>
<b>Fig. 13:</b> Baía norte. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).	<b>84</b>
<b>Fig. 14:</b> Montagem das cerâmicas encontradas. Desenho por S. Haad (SHALEV <i>et al</i> 2019. p. 221). Imagem modificada para mostrar apenas os objetos mencionados	<b>87</b>
<b>Fig. 15:</b> Âncora de ferro romana, da área B e base de uma estátua com inscrição em grego para Gargillius Antiquus. Foto por E. Arkin Shalev (SHALEV <i>et al</i>	<b>89</b>



2019, p. 224).	
<b>Fig. 16:</b> Inscrição em honra de Gargillius Antiquus, descoberta em 2016 (GAMBASH; YASUR-LANDAU 2018, p. 159)	<b>90</b>
<b>Fig. 17:</b> Baía sul, com vista da Lagoa Tantura ao fundo. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).	<b>92</b>
<b>Fig. 18:</b> Imagem aérea das escavações na área S. Mapa por S. Matskevich; imagem aérea por A. Pessoa. Nota-se a proximidade das instalações industriais e da baía sul.	<b>93</b>
<b>Fig. 19:</b> Mapa de Tel Dor e arredores, com destaque para a Lagoa Tantura (WACHSMANN; RAVEH 1984, p. 225).	<b>93</b>
<b>Fig. 20:</b> Inscrição que pertencia a um altar, ou templo, dedicado a Antonino Pio (DE GRUYTER et al 2011)	<b>94</b>
<b>Fig. 21:</b> Planta das estruturas domésticas da área H, durante o começo do século II EC, aproximadamente. Reconstrução por A. F. Stewart e J. Berg; desenho por E. Babnik. (NITSCHKE et al 2011, p. 147).	<b>97</b>
<b>Fig. 22:</b> Fragmento de um mosaico de chão retratando um tridente flanqueado por dois golfinhos, recuperado da casa 2 na área H. Foto por Prof. E. Stern, The Tel Dor Project. (NITSCHKE et al, p. 148).	<b>98</b>
<b>Fig. 23:</b> Estruturas F e H. Do lado direito nota-se o muro maciço construído acima das residências da fase 1. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).	<b>100</b>
<b>Fig. 24:</b> Planta das áreas F e H mostrando as fases 2 e 1. Ênfase para a mudança na organização do plano do local, e para o muro massivo da fase 1, que para no meio das estruturas da fase 2. Plano por J. Berg e A. F. Stewart, 2001; desenho de E. Babnik.	<b>101</b>
<b>Fig. 25:</b> Moeda cunhada em Tel Dor, 201/2 EC (coleção Arie Fichman, Haifa). Anverso: imagem de Tyche (Fortuna), segurando uma cornucópia, em pé em um <i>aedicule</i> dentro de um grande pátio com colunas. Essa talvez seja a representação do precinto F. Foto: R. Motta (NITSCHKE, et al 2011, p. 148).	<b>102</b>
<b>Fig. 26:</b> Vista aérea das áreas D1, D2 e D4 e suas instalações industriais romanas (SHARON et al 2009)	<b>104</b>
<b>Fig. 27:</b> Áreas escavadas que contém instalações industriais do período romano (MATSKEVICH et al 2021)	<b>105</b>
<b>Fig. 28:</b> Amuleto de jasper verde encontrado na área D3, datado do século II EC (STERN; SHARON 1995, p. 32).	<b>106</b>
<b>Fig. 29:</b> Plano geral das áreas escavadas pela CAHEP em Sebastos e arredores (RABAN 1985, p. 156).	<b>107</b>
<b>Fig. 30:</b> Reconstrução de Sebastos e Cesareia Marítima no período herodiano, no	<b>109</b>

século I EC (acima). Cesareia Marítima e Sebastos no fim do século II EC (abaixo). Reconstrução por S. Gianetti (RABAN 1992, p. 122-123.	<b>e 110</b>
<b>Fig. 31:</b> Planta de Cesareia Marítima e Sebastos, com indicações das principais estruturas da cidade. Destaque para os quebra-mares sul e norte (RABAN 1992, p. 112)	<b>112</b>
<b>Fig. 32:</b> Planta de Cesareia Marítima e Sebastos durante o reinado de Herodes Magno. Fonte: K. Holum e A. Iamim (WEISS 2014, p. 105).	<b>114</b>
<b>Fig. 33:</b> Busto masculino, provavelmente de Antonino Pio (GERSHT 1995, p. 109)	<b>115</b>
<b>Fig. 34:</b> Possível estátua de Afrodite <i>Pontia-Euploia</i> (GERSHT 1995, p. 113).	<b>116</b>
<b>Fig. 35:</b> <i>Horrea</i> de Cesareia Marítima. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).	<b>123</b>
<b>Fig. 36:</b> Plano do templo de Augusto e Roma em Cesareia Marítima, e de seu precinto. Desenho por R. Laureys (NETZER 2007, p. 81).	<b>126</b>
<b>Fig. 37:</b> Remanescentes do templo de Augusto e Roma, com reconstituição possível da escada que o ligava ao porto interno. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).	<b>127</b>
<b>Fig. 38:</b> Reconstrução do Ninfeu (GERSHT 2017, p. 77)	<b>128</b>
<b>Fig. 39:</b> Estátua de uma mulher, possivelmente Hygieia (à esquerda). Estátua de um homem com uma cornucópia, possivelmente o imperador ou o <i>genius</i> da cidade (à direita). Israel Antiquities Authority (GERSHT 2008, p. 532).	<b>130</b>
<b>Fig. 40:</b> Abóbada 1 (Mithraeum). Por J. J. Gottlieb.	<b>131</b>
<b>Fig. 41:</b> Medalhão de mármore retratando Mithras matando um touro. Encontrado pela JECM no Mithraeum (GERSHT 1996, p. 306).	<b>132</b>
<b>Fig. 42:</b> Planta do palácio de Herodes. (PORATH 2000, p. 40).	<b>134</b>
<b>Fig. 43:</b> Busto de Agripa I (anverso) e Tyche de Cesareia em pé, segurando leme e palma, com a legenda “KAICAPIA H PPOC TW CEBACTW LIMHN (Cesareia, na qual está à disposição, o porto de Augusto” (reverso), Cesareia Marítima, 42-43 EC (MESHORER <i>TJC</i> 122; RPC <i>I</i> 4985; HENDIN 555; BMC 20; AJC 6).	<b>149</b>
<b>Fig. 44:</b> Busto de Adriano (anverso) e Tyche-Amazona (reverso), em pé, usando quítion e manto. Em tipos secundários desse reverso, há representações do deus porto (PORTO 2007, p. 97, tomo II, moeda 88)	<b>149</b>
<b>Fig. 45:</b> Moeda retratando o imperador Trajano (anverso) e Doros (reverso). Batida entre 111-112 EC, Tel Dor (PORTO 2007, p.117, tomo II, moeda 108).	<b>151</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO UM – CONTATOS CULTURAIS E FRONTEIRAS A LESTE DO IMPÉRIO: ABORDAGENS TEÓRICAS.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1. Império em expansão.....</b>	<b>17</b>
1.1.1. <i>Imperium Aeternum</i> : os vários sentidos de “império”.....	17
1.1.2. <i>Mare Nostrum</i> : domínio do Mediterrâneo e chegada na Palestina.....	20
<b>1.2. Contatos culturais em pauta(s).....</b>	<b>23</b>
1.2.1. Da Romanização ao pós-colonialismo: o mundo romano sob diferentes óticas.....	23
1.2.2. “Ao hibridismo e além”: interpretações dos contatos culturais no mundo pós-colonial.....	26
<b>1.3. Fronteiras simbólicas na paisagem.....</b>	<b>31</b>
1.3.1. Limites alegóricos no horizonte efêmero.....	31
1.3.2. Paisagem: construto social e oceano de tempos.....	34
<b>1.4. A zona portuária no mundo romano.....</b>	<b>36</b>
1.4.1. Barreiras e acessos entre o porto e a cidade.....	36
1.4.2. O porto romano em contexto.....	39
<b>CAPÍTULO DOIS – AS TRAJETÓRIAS DE TEL DOR E CESAREIA MARÍTIMA.....</b>	<b>44</b>
<b>2.1. Tel Dor: a “governante dos mares”.....</b>	<b>45</b>
2.1.1. Histórico de escavações.....	55
2.1.2. Áreas portuárias e explorações subaquáticas.....	59
<b>2.2. Cesareia Marítima: a cidade ideal de Herodes Magno.....</b>	<b>62</b>
2.2.1. Histórico de escavações.....	69
2.2.2. Explorações portuárias e subaquáticas.....	72
<b>CAPÍTULO TRÊS – LEVANTAMENTO DOS ACHADOS PORTUÁRIOS DE TEL DOR E CESAREIA MARÍTIMA.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1. Percurso da pesquisa e metodologia utilizada.....</b>	<b>76</b>

3.1.1. Organização dos dados.....	78
<b>3.2. Achados de Tel Dor.....</b>	<b>79</b>
Ficha 1 – Baía Norte.....	80
Ficha 2 – Baía Sul e lagoa Tantura.....	91
Ficha 3 – Estrutura romana (depósito).....	95
Ficha 4 – Complexo de residências.....	95
Ficha 5 – Templo monumental/ complexo de templos.....	98
Ficha 6 – Instalações industriais.....	103
<b>3.3. Achados de Cesareia Marítima.....</b>	<b>107</b>
Ficha 1 – Sebastos.....	107
Ficha 2 – Ancoradouro secundário.....	118
Ficha 3 – Cais/ Instalações portuárias.....	119
Ficha 4 – Horrea/ Armazéns.....	122
Ficha 5 – Templo de Augusto e Roma.....	123
Ficha 6 – Mitreu.....	130
Ficha 7 – Palácio de Herodes/ Palácio do promontório.....	132
<b>CAPÍTULO QUATRO – ANÁLISE RELACIONAL DOS DADOS: REVERBERAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA E NATURAL NA VIDA SOCIAL.....</b>	<b>135</b>
<b>4.1. Análise dos portos e arredores.....</b>	<b>135</b>
4.1.1. Nuances costeiras: divergências e semelhanças entre os portos de Tel Dor e Cesareia Marítima.....	135
4.1.2. As áreas portuárias e a estruturação do restante das cidades.....	142
<b>4.2. Dinâmicas da vida cotidiana.....</b>	<b>147</b>
4.2.1. Inserção da paisagem portuária na vida social.....	147
4.2.2. Da fronteira ao <i>middle ground</i> : separações e encontros nos portos.....	152
<b>4.3. Contatos culturais: religião e relações com os romanos.....</b>	<b>157</b>
4.3.1. Paisagem religiosa e emaranhamento.....	157
4.3.2. Confluências no período romano.....	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>169</b>

## INTRODUÇÃO

Ao olhar o mar de um azul profundo e límpido, a ponto de deixar entrever as ruínas que se escondem em suas ondas, e ao andar pelas ruas pavimentadas, pelos armazéns, palácios e teatros, é inevitável imaginar como seria viver em um lugar assim há cerca de 2000 anos. Inevitável imaginar como seria caminhar pelo deque de um porto monumental, ou pela costa do Mediterrâneo, ou como seria acordar todos os dias com o cheiro salgado e o som das marés, ou mesmo visitar os belos templos, de Tyche a Augusto, em todo seu esplendor. Inevitável também imaginar como seria ter contato com povos de outras paragens e paisagens, por meio dos portos, sempre cheios de pequenas galés, e de alguns grandes navios também, de pessoas partindo e aportando, ao som de grego antigo, latim, fenício ou qualquer outra língua hoje não mais falada. Inevitável imaginar como seria viver em um mundo tão distinto, e ao mesmo tempo tão similar, ao nosso.

Antes de ser um estudo arqueológico, esse é um exercício de imaginação. Foi a imaginação que nos levou, afinal, a questionar o que essa paisagem tão distante e tão próxima de nossa realidade tem a nos revelar. Seriam os contatos influenciados, alterados, ou ocasionados por ela? Seria a paisagem portuária, especificamente, geradora de contatos específicos, e também de fronteiras? E o que esses contatos podem nos dizer sobre o mundo romano no auge de seu império? E sobre as relações dos romanos com os povos das províncias orientais? Foi a partir dessas questões, ou dessas ideias, que iniciamos o presente estudo.

A paisagem social presente no título remete, dessa forma, ao fato de que o ambiente é inerente à formação, desenvolvimento e mudança de qualquer comunidade. Nosso recorte para a análise dessa paisagem efêmera foram as áreas portuárias de duas cidades da costa Palestina, ou do atual Estado de Israel, Tel Dor e Cesareia Marítima. Os contatos culturais, tema também presente no título e grande mote dessa pesquisa, dizem respeito aos contatos passíveis de serem percebidos por meio da análise das estruturas portuárias, e de outros edifícios concernentes, sendo relacionados, desse modo, à organização urbana das cidades escolhidas. O recorte cronológico, por sua vez, visa abarcar desde a chegada de Pompeu à Palestina até meados do século II EC, período no qual têm-se a desativação das atividades do principal porto de Cesareia Marítima, e o suposto abandono de Tel Dor.

Os estudos dos portos antigos, e da vida que acontecia ao seu redor são fundamentais para a compreensão das sociedades passadas, principalmente a romana, que dependia de uma grande quantidade de atracadouros<sup>1</sup> e barcos para alimentar sua imensa população, para dizer o mínimo. Além disso, eram nas áreas portuárias que aconteciam grande parte dos primeiros contatos entre povos distintos. Era assim que muitos cultos orientais chegavam ao ocidente, por exemplo, e vice-versa (MCCANN 1987 p. 4-5). Esses territórios também eram demasiadamente paradoxais, já que eram

“(...) áreas naturalmente cheias de gente, barulhentas e caóticas, [mas] em comparação com os grandes perigos do mar, conotavam segurança e alívio da tensão. Latim e grego, como outras literaturas, abundam em metáforas portuárias. Todos nós procuramos por um refúgio seguro – em última análise, conforme aponta um mosaico em um túmulo em Ostia, ‘o porto é onde todas as dores terminam’” (RICKMAN 1988, p. 265, *tradução livre*<sup>2</sup>)

Outro paradoxo portuário reside no fato de que esses eram locais de abertura de territórios, uma vez que eram a porta de entrada do elemento estrangeiro em uma cidade, mas, ao mesmo tempo, eram também fronteiras, que não apenas separavam mar e terra, mas também delimitavam o fim, ou início, de uma territorialidade. No mundo Mediterrâneo antigo, onde a maioria dos contatos se dava primeiramente pelos portos, esses paradoxos eram ainda mais palpáveis.

Com isso, não queremos dizer, entretanto, que o porto era uma zona de contatos neutra. Pelo contrário, cada porto possuía intencionalidades, além de suas funções básicas. Dependendo de sua localização e tamanho, eles também podiam desempenhar diferentes papéis no mundo romano. Podemos notar algumas dessas diferenças nos portos das cidades escolhidas como estudos de caso, Tel Dor e Cesareia Marítima.

Nossa principal hipótese é que, apesar de serem cidades vizinhas com muitas características em comum (por exemplo, ambas possuíam cunhagem de moedas no período romano, e também foram as únicas a terem estruturas de armazenamento na costa levantina), o fato de Cesareia e seu grande porto, Sebastos, terem sido planejados

---

<sup>1</sup> Alguns autores fazem distinção entre os termos “atracadouro”, “ancoradouro”, “porto” e afins (ou no inglês *anchorage, port, harbour, etc*), determinando que o porto seria uma estrutura mais completa e desenvolvida que os demais. Além disso, o porto poderia ainda abarcar o bairro ou vizinhança em que estava inserido o complexo portuário. Entretanto, para facilitar a análise e as comparações entre as estruturas abordadas, os termos serão utilizados como sinônimos nesse trabalho, já que também estamos lidando com estruturas de complexidade distinta em cada cidade, considerando o complexo como um todo, o que permite uma abordagem comparativa.

<sup>2</sup> Todos os trechos originais do inglês foram traduzidos de forma livre.

por Herodes, enquanto Dor sequer fazia parte de seu reino, além de apenas possuir atracadouros naturais, influenciou o tipo de contato que ocorria em seus portos. Com isso, objetivamos investigar os contatos culturais que aconteciam nas zonas portuárias dessas duas cidades, com enfoque no relacionamento entre os romanos e os povos locais. Para tanto, selecionamos estruturas portuárias naturais e construídas, e também edifícios com outras funcionalidades (por exemplo, religiosas, industriais, etc), mas próximos a costa e de alguma forma também conectados ao mar. Quando possível e conveniente, também utilizamos alguns objetos<sup>3</sup> encontrados nos perímetros dessas estruturas, que pudessem nos auxiliar a decifrar o que nem sempre apenas as construções podem revelar.

Tal escopo de fontes foi agregado por meio de relatórios de escavações, publicações, e fontes escritas, principalmente as obras de Flávio Josefo – *Guerra dos Judeus contra os Romanos* e *Antiguidades Judaicas*. Além disso, em Julho de 2022 foi realizada uma visita aos sítios arqueológicos analisados que muito auxiliou nas reflexões aqui dispostas, tanto pela possibilidade de ter informações *in situ* que não teriam sido aprendidas de outra forma, quanto pela chance de poder contemplar a paisagem antes conhecida apenas por meio de descrições. As informações obtidas nessas fontes foram separadas e organizadas em fichas, de modo a facilitar as análises e comparações.

Quanto à base teórica, para o diálogo a respeito dos contatos culturais nos baseamos principalmente em autores como Phillip Stockhammer (2012, 2013, 2018) e Irad Malkin (1998, 2002), e nos termos por eles usados, emaranhamento e *middle ground*, respectivamente. Ainda nessa temática, para discussões a respeito do hibridismo e romanidade, também nos baseamos em Funari & Garraffoni (2018), Revell (2009) e Gimenez (2011). Para as informações a respeito do mundo romano como um todo, e da então província Palestina, nos valem das palavras de Greg Woolf (1997, 2017), Vagner Porto (2007) e Horden & Purcell (2000). Já para as questões relativas às fronteiras físicas e simbólicas dialogamos com Faversoni (2013), Guarinello (2010) e Whittaker (2004).

Em relação à Arqueologia da Paisagem, nos baseamos nos trabalhos de Milton Santos (1982, 1988) e Amos Rapoport (1990), para um panorama geral sobre os espaços, e também em Hirata (2011), Kormikiari (2014) e David & Thomas (2008).

---

<sup>3</sup> Por exemplo, moedas cunhadas nas cidades, estátuas e bases de estátuas, objetos de cerâmica, etc, melhor explicitados e abordados nos capítulos 3 e 4.

Para as reflexões a respeito dos portos e urbanismo romanos nos valemos novamente de Kormikiari (2011) e Revell (2009), além de Tacla & Florenzano (2011), Oleson & Hohlfelder (2011), Oleson (1988, 2007), Blackman (1982) e Yasur-Landau (2018). Por fim, para o conhecimento acerca das cidades estudadas contamos com Motta (2015), Gilboa e Sharon (2008), Stern (1995), Shalev (2019), Nitschke et al (2011) e outros, para tratar de Tel Dor, e Richardson & Fisher (2018), Patrich (2011), Roller (1998), Hohlfelder (1981, 1983, 2003, 2007), Rickman (2008), Burrell (2009), Holum (2014), Stern (1993), entre outros, para tratar de Cesareia Marítima.

A grande maioria desses autores é mencionada nos dois primeiros capítulos desse trabalho. O primeiro capítulo aborda justamente nossas bases teóricas, que seriam os conceitos de emaranhamento e *middle ground*, além de noções sobre fronteiras e Arqueologia da Paisagem. Nesse mesmo capítulo, também fazemos um breve resumo sobre o império romano e sua chegada na província Palestina, e sobre os portos e as noções de urbanismo no mundo romano. Já o segundo capítulo trata dos históricos de ocupações das cidades analisadas. No caso de Tel Dor, mencionamos desde sua fundação, na Idade do Bronze, até o início do período bizantino. Em Cesareia Marítima abordamos brevemente a cidade anterior a ela, Torre de Estratão, passando pela construção de Cesareia propriamente, por Herodes Magno, até seu período de decadência durante a ocupação muçulmana. Em ambas as cidades, também tratamos de seus históricos de escavações, mostrando as principais iniciativas de explorações terrestres e subaquáticas.

Enquanto os dois primeiros capítulos servem para estabelecer a base teórica e histórica de todo o trabalho, o capítulo três trata das estruturas e objetos analisados. É explicada a metodologia da pesquisa no início do capítulo, seguida das fichas que foram elaboradas para cada objeto de estudo, que totalizaram 35 (sendo 19 de Tel Dor e 16 de Cesareia Marítima), entre estruturas e achados menores

Por fim, no capítulo quatro são resolvidas todas as inquietações levantadas no decorrer da pesquisa. É onde a teoria se encontra com a empiria de forma a responder nossas questões e hipóteses. Ele é dividido em três partes, cada uma contando com dois subtítulos. A primeira parte foca na apresentação das estruturas, principalmente portuárias, e discute o papel dos diferentes portos no mundo romano. Já a segunda parte trata das dinâmicas da vida cotidiana em relação à paisagem, *middle ground* e fronteiras, ou seja, como as populações das cidades viam e lidavam com seus ancoradouros. A terceira e última parte objetiva discutir os diferentes tipos de contatos



que puderam ser analisados, com base no emaranhamento, principalmente os contatos religiosos e as relações das populações locais com os romanos.

## **CAPÍTULO UM – CONTATOS CULTURAIS E FRONTEIRAS A LESTE DO IMPÉRIO: ABORDAGENS TEÓRICAS**

### **1.1. Império em expansão**

#### **1.1.1. *Imperium Aeternum*: os diversos sentidos de “império”**

Roma era imperial antes mesmo de ser um Império. Na verdade, o *populus* justificava sua grandeza desde os mitos da Roma primitiva, de modo que Roma parecia ter “brotado na história já plenamente formada como poder imperial, espetacularmente agressiva, com instituições bem desenvolvidas para sobreviver a derrotas ocasionais e converter vitórias militares em duradoura dominação política” (WOOLF 2017, p. 42). Dessa forma, a própria história de Roma estava atrelada ao imperialismo romano, o que era evidenciado conforme se sucediam seus triunfos e se consolidava seu poder, sempre com o apoio dos deuses. Entretanto, foi só no último século da República que os romanos desenvolveram o termo que descreveria a entidade política que haviam criado.

O termo “império” deriva do latim *imperium*. Seu significado fundamental era “comando” e, até o final da República, esse continuou sendo seu sentido primário. Ainda nos dias de Júlio César, a palavra *imperator* (origem do nosso “imperador”) indicava apenas um general, alguém investido de comando. Soldados em um campo de batalha podiam entoar o título após uma vitória como meio de homenagear seu comandante. *Imperium* era um poder temporário e pessoal, concedido com rituais solenes pelo tempo que durasse uma campanha. Voltar a pisar na cidade, o que o general tinha de fazer se quisesse comemorar um triunfo, significava renunciar a esse poder. Augusto foi o primeiro a não renunciar a ele. Um sentido que *imperium* só adquiriu mais tarde nesse processo foi o de “território total controlado por Roma” (WOOLF 2017, p. 43).

O significado de império para os romanos, portanto, difere do que hoje compreendemos por “império”. Pelo menos em seu início, já que o entendimento do que era o império variou durante os muitos séculos de domínio romano. A própria ideia do que era “ser romano” não foi linear, tendo se modificado conforme Roma expandia seus territórios e sua relação com as províncias sofria mudanças.

Tanto os diferentes sentidos de império quanto as vicissitudes da cidadania romana podem ser interpretadas sob o prisma do conceito de fronteira conforme abordado por Faversani (2013), onde fronteiras são entendidas como “áreas compostas de múltiplas camadas” – e não como meras linhas –, onde rupturas e continuidades se relacionam (FAVERSANI 2013, p. 147). Nessa interpretação, as fronteiras são ontológicas e conseqüentemente infinitas, e, portanto, devem ser delimitadas para que possam ser utilizadas como recurso analítico e descritivo. Dessa forma, “do ponto de vista da análise, a fronteira pode ser pensada também como tomada de posição pelos agentes sociais” (FAVERSANI 2013, p. 148), ou seja, as fronteiras podem ser usadas para estudar o comportamento de determinadas sociedades em determinadas épocas. Por isso, a constituição do Império Romano nesse contexto, ou mesmo o entendimento do que era o império, não dependeu de apenas uma pessoa ou grupo, e sequer foi “produto de um consenso abstrato e impessoal” (FAVERSANI 2013, p. 150). Na verdade, seu entendimento depende da interpretação de fronteira que será usada pelo estudioso que o analisa. Além disso, a cada interpretação determinada, o fenômeno observado sofre modificações, por isso, é arriscado fazer uma definição exata do que era o império e o que era a cidadania para os romanos.

Além disso, Roma usava a cidadania<sup>4</sup> de modo mais flexível, não como meio de criar uma barreira entre os romanos e os estrangeiros. Então “ser romano” não era uma condição fixa e imutável, e era visto de diferentes formas dependendo do ponto do império onde o cidadão se encontrava. No interior das províncias, a distinção entre romanos e não-romanos tinha uma importância muito maior. O mesmo vale para locais fronteiriços, onde a presença do elemento estrangeiro era mais evidente, o que gerava uma necessidade maior de diferenciação e evidência do elemento romano (FENTRESS 1984, p. 399).

Isso se dava, principalmente, quando apenas as aristocracias provinciais possuíam cidadania. O que se modificou a partir do século III EC, com o Édito de Caracala (212 EC), que concedeu cidadania romana a todos os súditos livres do império.

---

<sup>4</sup> “(...) precisamos levar em conta os cidadãos de meados da República, concentrados em Roma, mas com uma penumbra de colônias cidadãs por toda a península; depois a Itália após a Guerra Social, onde quase todas as pessoas livres eram cidadãs; em seguida, a situação do império em seu início, quando a cidadania foi conquistada por vários grupos privilegiados, entre eles aristocratas da província e veteranos de tropas auxiliares; e, por fim, o mundo romano após o Édito de Caracala, pelo qual a cidadania foi generalizada” (WOOLF 2017, p. 283).

Woolf (2017, p. 287) acredita que esse grande aumento no número de súditos foi o que contribuiu para a conservação do poder romano durante a crise do século III,<sup>5</sup> já que, com tantos cidadãos, o mundo parecia pertencer a Roma. O que também corrobora a ideia de que os romanos “usaram a linguagem da cidadania para expressar um conjunto de condições e relações por meio das quais os indivíduos poderiam se envolver na comunidade de diferentes maneiras e também em diversos graus” (WOOLF 2017, p. 284).

Apesar da variabilidade de seus súditos, a ideia de que o Império Romano era inigualável e sem predecessores do mesmo nível era uma constante. “Não havia noção de comunidade de nações, nenhum clube de elite de superpotências; os romanos eram um povo singular, acima do restante e contra o restante” (WOOLF 2017, p. 48). O modo como os cidadãos de Roma, mas, principalmente das províncias, se viam dentro do mundo romano é essencial para a compreensão dessa singularidade e mesmo do que era o império em si.

Se partirmos do conceito de fronteiras interpretativas, previamente discutido, podemos determinar que a “Era de Augusto”, ou o império como um todo, não foi apenas um episódio na história, mas sim um conceito, coletivamente imaginado, descrito e propagado. E, ao invés de ser visto como somente um sistema político imposto pela força militar, pode ser melhor caracterizado como uma série de ideais que ganharam a força da verdade gradual e inexoravelmente (MILNOR 2005, p. 33 *apud* FAVERSANI 2013, p. 151). Isso porque, quem vivia dentro do império internalizava e replicava um senso de “ser romano” por meio, principalmente, de estruturas e ações repetitivas (REVELL 2009, p. 9). Mas, apesar disso, o império não era uma entidade culturalmente homogênea, já que abrigava comunidades distintas que não “substituíam” suas identidades por uma suposta identidade romana.

### **1.1.2. *Mare Nostrum*: domínio do Mediterrâneo e chegada na Palestina**

---

<sup>5</sup> Entretanto, a ideia de uma crise do século III tem sido mais profundamente discutida desde a década de 1980, e atualmente a bibliografia também vê esse período como um processo de longa duração, que ocorreu de forma diferente nas distintas províncias. Na região do Levante, por exemplo, houve um crescimento econômico entre os séculos III e VI EC. Como exemplo dessas discussões ver o I Simpósio do LARP, denominado “*Crise em todo lugar? Regionalismo produtivo e econômico nas províncias de Roma*”. Disponível em: <[www.larp.mae.usp.br](http://www.larp.mae.usp.br)>.

Um dos pontos mais característicos do Império Romano foi o domínio do Mediterrâneo, de leste a oeste. E, apesar da funcionalidade das estradas romanas, Roma tinha o mar como meio vital de comunicação, característica essencial em um império multicultural. Porém, o Mediterrâneo não era uma entidade una e homogênea, nem cultural e tampouco topograficamente. Sua multiplicidade de costas e ilhas não deve ser limitada aos elementos típicos da paisagem visível, onde a observação pode ser facilmente sobrepujada pela tradição. Mas, antes, observada pelo fenômeno da subdivisão, ou, de acordo com Lévi-Strauss, em um *continuum* de descontinuidades (HORDEN; PURCELL 2000, p. 23; 51).

Antes dos romanos, o domínio do Mediterrâneo havia sido motivo de interesses e conflitos entre diversos povos na Antiguidade, como cartagineses, gregos, persas, entre outros, que tentaram dominar os mecanismos de interação entre a multiplicidade de territórios costeiros e a variedade de ilhas que formavam esse mar. Esse período da história do Mediterrâneo poderia ser até mesmo resumido em uma densa fragmentação, complementada por um esforço para a obtenção do controle das comunicações. Além disso, aquele que dominasse a grande maioria dos portos do Mediterrâneo também dominaria o interior desses territórios. A importância do Mediterrâneo não se restringia, dessa forma, apenas à porção costeira em si. Muitos dos impérios que controlaram esse mar conservavam, inclusive, seu centro de poder muito além da região costeira (HORDEN; PURCELL 2000, p. 23-25).

A dominação de maior destaque, entretanto, foi de fato a romana. Não por sua extensão territorial, mas por sua longevidade – aproximadamente sete séculos. Desde o período republicano, Roma vinha expandindo sua influência, e o Mediterrâneo era peça central na perduração de seu poderio. O *Mare Nostrum*, como o denominavam, era o centro de um processo político e cultural que definiria Roma como o coração do mundo conhecido – *Occumene* ou *Orbis Terrarum* (HORDEN; PURCELL 2000, p. 12). Para a consolidação dessa hegemonia não era necessária a derrota de cidade a cidade, mas apenas a derrota de todos os possíveis rivais (WOOLF 2017, p. 98).

Durante o século III AEC, Roma iniciou sua expansão pelo então mundo helenístico, começando com a remoção de todos os rivais ao sul dos Apeninos – com a retirada de Pirro, sua morte e a queda de Tarento, em 272 AEC. O controle da Sicília veio após a Primeira Guerra Púnica, contra Cartago, seguido do controle de Sardenha e de Córsega. Com a Segunda Guerra Púnica, deflagrada em 218 AEC, Roma aumentou sua influência na Ibéria. Já no século II AEC, os principais rivais de Roma eram as ricas

monarquias do Mediterrâneo Oriental – a Macedônia Antigônida, a Síria Selêucida e o Egito Ptolomaico –, que desde a morte de Alexandre, o Grande, disputavam o controle do mundo grego oriental. Roma viu na competição entre esses reinos uma oportunidade para dominar a região. Em 200 AEC, os exércitos romanos invadiram a Macedônia e, em 191 AEC derrotaram Antíoco, rei selêucida, nas Termópilas, o que ocasionou a perda de territórios e influência pelo reino selêucida. Com essas vitórias e a expansão do território sob seu domínio, Roma passou a ser referência em toda ação política que acontecia no Mediterrâneo Oriental, “uma embaixada atrás de outra procuraria apoio do Senado ou de seus emissários nas mínimas disputas” (WOOLF 2017, p. 97-103).

A crescente influência de Roma não poderia deixar de abarcar a região da Palestina.<sup>6</sup> Mesmo antes de seu domínio direto na região, e ainda antes do período imperial, Roma teve um papel nos conflitos que envolveram os selêucidas e judeus helenizados e os macabeus, auxiliando os últimos, visando o fim do poderio selêucida. Posteriormente, já durante o reinado hasmoneu, Roma viu a oportunidade de invadir e anexar o território da Palestina aos domínios romanos, já que o local estava enfraquecido pelas guerras civis levadas a cabo pela família hasmoneia. Assim, em 63 AEC, Pompeu<sup>7</sup> estabeleceu uma nova organização na região. Vale salientar que Roma não tratava a província como unidade, mas firmava contratos com suas partes. Também havia altos impostos a serem pagos pelo povo judeu, além de parte da colheita da área rural. Tais fatores contribuiriam, posteriormente, para a Primeira Revolta Judaica contra os romanos (PORTO 2007, p. 49-51).

Entretanto, em seu início, a dominação romana trouxe relativa paz para a Palestina. O mesmo não pode ser dito sobre Roma, porém. Nas décadas finais do século I AEC, a República daria lugar ao Império, em meio a disputas internas pelo poder.

---

<sup>6</sup> Apesar do uso do termo “Palestina” (“Terra dos Filisteus”) para uma melhor compreensão, a região só passou a ser chamada dessa forma a partir do reinado de Adriano, em 135 EC, após sua vitória na Segunda Revolta Judaica e a expulsão dos judeus da Judeia. Antes disso, a região havia sido denominada como: Reino Hasmoneu (140-37 AEC); Vassalo do Império Selêucida (140-110 AEC); Reino Independente (110-63 AEC); Estado Cliente da República Romana (63-40 AEC); Estado Cliente do Império Parta (40-37 AEC); Reino Herodiano na Judeia (37-4 AEC); e Província Romana da Judeia (6-135 EC), tutelando a Tetrarquia Herodiana (4 AEC – 44 EC).

<sup>7</sup> “No outono de 63 EAC, quando tomou o Templo, Pompeu entrou com seu estado maior no Santo dos Santos, o mais sagrado espaço dos judeus, acessível apenas ao sumo sacerdote. Este gesto marcou definitivamente o domínio de Roma sobre a terra de Israel e o povo de Iahweh” (PORTO 2007, p. 52).

Nesse cenário, a Palestina se destacou com a ascensão de Herodes Magno como rei da Judeia. Após a batalha de Áccio (31 AEC), que coroou Augusto como imperador, Herodes foi até o vencedor jurar-lhe lealdade – apesar de ter apoiado Marco Antônio durante o conflito –, depositando sua coroa aos pés de Augusto, que então assegurou a posição de Herodes como rei da Judeia, além de aumentar os territórios de seu reino<sup>8</sup> (PORTO 2007, p. 54).

O domínio imperial sobre a Palestina permaneceu indireto até 44 EC – até então sempre havia um rei cliente –, quando os romanos passaram a governar diretamente a região, por meio de governadores. Foi também durante o império que a região se tornou uma província romana. Na prática, além da denominação, tal caracterização implicava em uma mudança nas estruturas de poder palestinas, em consonância com o restante do império. Mas, para entender plenamente a natureza do controle romano na região, é necessário ter em mente que o termo *província* designava tanto uma esfera de operação quanto uma área geograficamente definida (MILLAR 1993, p. 31), e seu sentido podia variar dependendo do contexto. Durante a República, por exemplo, a província designava uma tarefa ou área de influência designada a um magistrado, não significando necessariamente a posse de um território (JIMÉNEZ 2016, p. 17).

O que todas as províncias, em todos os contextos, tinham em comum, era a multiplicidade cultural inerente ao período de dominação romana. Por isso mesmo, o foco na relação ‘centro-periferia’ muitas vezes acaba obscurecendo e limitando a variedade das interações culturais e as vicissitudes das relações entre o império e as províncias (JIMÉNEZ 2016, p. 28). Muitas características romanas foram compartilhadas pelas províncias, da organização urbana aos meios de entretenimento. Mas, as províncias também mantiveram muitas de suas próprias características. Na maioria dos casos, o que prevaleceu foram práticas híbridas, frutos da emulação das características romanas pelos povos das províncias, mas sem a perda de suas próprias especificidades.

As diferenças já eram notáveis entre as províncias orientais e ocidentais do império. No Ocidente, tido como “bárbaro”, faltava uma estrutura estatal e havia muitos grupos que rivalizavam entre si, por isso era necessário criar a ordem. Já no Oriente, que já vinha de uma tradição helenística de veneração ao poder, era apenas necessário

<sup>8</sup> Após as adições feitas por Augusto, o reino de Herodes passou a incluir a região da Pereia, algumas cidades da Decápolis, Gualatinis, Bataneaia, Traconites, Auranitis, o leste de Hulitis, e o Mar da Galileia, quase se igualando em extensão ao reino de Davi e Salomão (RICHARDSON; FISHER 2018, p. 121).

restaurar a disciplina (PORTO 2007, p. 44). Vemos, portanto, que diversas variáveis devem ser levadas em conta quando analisamos a relação de Roma com alguma de suas províncias, ou mesmo com alguma cidade específica.

## **1.2. Contatos culturais em pauta(s)**

### **1.2.1. Da Romanização ao pós-colonialismo: o mundo romano sob diferentes óticas**

Por muito tempo discutiu-se a relação de Roma com os povos sob seu domínio sob a ótica bipolarizada da narrativa “colonizados x colonizadores” da romanização. Hoje, os estudos de caso arqueológicos analisam cada vez mais os diferentes ingredientes que constituem a lógica de contato entre diferentes povos, demonstrando que essas relações são, na verdade, multiformes e amplas em possibilidades.

A romanização como conceito pode ser associada à aculturação, que, por sua vez, é definida por sociedades delimitadas, homogêneas e estáveis, com pessoas gregárias e obedientes às leis (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 248). Dessa forma, “as normas e regras sociais são vistas como aceitas pela maioria e resistidas por aqueles que têm um comportamento divergente” (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 248). Esse modelo normativo opôs o que seriam sociedades civilizadas e superiores e sociedades vistas como “bárbaras” e “inferiores”.

A aculturação teria sido, assim, o influxo de populações atrasadas e divergentes rumo às altas classes e elites civilizadas, em um processo de transição de um meio inferior para um superior. Tal esquema de pensamento se aplicava às sociedades ocidentais dominantes e também às relações entre as potências coloniais e as sociedades periféricas submetidas ao seu jugo, nas quais os assim-chamados ‘bárbaros’ tratavam de emular seus governantes coloniais superiores (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 248).

Entretanto, os contatos entre sociedades “civilizadas” e “bárbaras” não resultavam realmente em aculturações normativas. Conceitos do século XIX, relativos aos então recém-criados Estados Nacionais caracterizavam esses contatos como “assimilação” – tornar-se algo diferente –, “todo harmonioso” – homogeneidade e estabilidade –, e “inferioridade” ou “reação” – comportamento divergente (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 249). Podemos notar, dessa forma, que “todos os fundamentos normativos por trás de conceitos como a helenização e a romanização foram aplicados

ao mundo antigo em meio a projetos imperiais modernos” (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 250).

A civilização, ou *humanitas*,<sup>9</sup> carregaria diversas condições pelas quais os seres humanos atingiriam seu potencial moral, de forma que, a conquista romana das províncias estava justificada, pois, traria ao mundo harmonia com a natureza e o livraria da decadência e barbárie (WOOLF 1997, p. 15). Por isso, a romanização estaria intrínseca na ideologia imperial e em seu caráter civilizador. Estudiosos como Mommsen,<sup>10</sup> Haverfield<sup>11</sup> e Collingwood<sup>12</sup> foram precursores do uso do conceito de romanização, porém, conforme aponta Richard Hingley, isso resultou na divisão dos estudos sobre o mundo romano em duas temáticas principais: a incorporação das províncias no sistema político romano, e as transformações culturais – romanização (HINGLEY 1991, p. 91-2 *apud* REVELL 2009, p. 6). Tais temáticas partiam da ideia de que existiam duas entidades monolíticas e homogêneas, que eram substituídas uma pela outra – e que explicavam os remanescentes arqueológicos –, respectivamente, os “romanos” e os “nativos”. De modo que, durante grande parte do século XX, a arqueologia das províncias romanas se baseou em uma única agenda com o modelo de

---

<sup>9</sup> *Humanitas* pode ser traduzida, grosso modo, por ‘cultura universalizada’

<sup>10</sup> Arqueólogo alemão que primeiro cunhou o termo “romanização”, em 1885. “Ele propagou a teoria do “imperialismo defensivo” de Roma. Em 1854, Mommsen publicou uma obra abrangente sobre a República romana, e o paralelo com a situação política de 1848 e as unificações da Itália e da Alemanha foi perceptível. Para ele, certas instituições romanas, como a cidadania, o latim, cunhagem de moedas etc., poderiam ser mensuradas a fim de que a intensidade da adoção da cultura romana pelas províncias pudesse ser estabelecida” (FREEMAN 1997, p. 31 *apud* PINTO 2017, p. 531).

<sup>11</sup> “Haverfield sugeriu que Roma mantivesse seu império de duas formas: organizando as defesas fronteiriças e fomentando o crescimento da “civilização interna” nas províncias. Haverfield nomeou esse processo civilizador como Romanização, os meios pelos quais os não-romanos recebiam uma nova língua, cultura material, arte, vida urbana e religião. (...) Eventualmente, esperava-se que todos os traços de ideias e sentimentos tribais e nacionais das províncias fossem destruídos” (WEBSTER 2001, p. 211).

<sup>12</sup> “No trabalho de Collingwood, a fusão é discutida como tendo acontecido de forma diferente, com as elites e as cidades de um lado de uma escala, e as classes baixas e vilarejos do outro lado. A fusão é vista como um processo livre de problemas em todos os níveis da sociedade, entretanto, estando além das políticas de poder, com uma dinâmica que requer não mais elucidação do que a oferecida por Haverfield” (WEBSTER 2001, p. 212).



duas culturas opositoras, cada uma com seus materiais e tipologias específicos (REVELL 2009, p. 6).

Entretanto, interpretações a partir dessa agenda são problemáticas, uma vez que preconizam não apenas a bipolaridade e homogeneidade de romanos e nativos, mas também uma ideia de evolução social, onde nativos e romanos seriam estágios em uma progressão para a modernidade, sendo a romanidade<sup>13</sup> o melhor e mais civilizado desses estágios (REVELL 2009, p. 6). Vale também lembrar que a romanização não chegou a todas as províncias ao mesmo tempo, após a instauração do império (WOOLF 1997, p. 10).

A partir da década de 1990 e, principalmente, no decorrer do século XXI, modelos interpretativos baseados na normatividade passaram a ser criticados por movimentos sociais, e consequentemente pelos intelectuais. Nesse contexto, Martin Millett<sup>14</sup> expôs a hipótese da mudança cultural levada a cabo pelas elites locais. Essas elites teriam adotado a cultura material e o modo de viver romanos como resposta a uma mudança na realidade política, e essas mudanças teriam sido então filtradas pela sociedade à medida em que outras camadas da sociedade emulavam as elites (MILLET 1990a, 1990b *apud* REVELL 2009, p. 6-7). Mas, o trabalho de Millett também foi criticado por perpetuar problemas relacionados ao modelo de evolução social, e por minimizar a relação desigual entre autoridades imperiais e os povos conquistados (REVELL 2009, p. 7).

Dessa forma, a maneira como o mundo antigo era percebido na contemporaneidade foi sendo cada vez mais questionada, principalmente por conta do contexto pós-colonial e pós-moderno, nos quais as sociedades antigas e modernas “passaram a ser vistas como realidades heterogêneas, conflitivas e diversas, contendo

---

<sup>13</sup> Para analisar as relações e contatos no mundo romano, Louise Revell desenvolveu a noção de “romanidade” (*romanness*), que, de forma resumida, era o modo como características e ideais romanos eram replicados e repetidos por todo o império. A romanidade podia ser observada em diversos âmbitos do império - como o urbanismo, as práticas religiosas, e o próprio imperador -, onde a ideologia do “ser romano” era reproduzida nas atividades diárias, nos prédios públicos e nos rituais perpetuados nas cidades. Mas, outras atividades como comer, beber, e as atividades econômicas também podiam propagar a romanidade da mesma forma (REVELL 2009, p. 5).

<sup>14</sup> “Millett vê a Romanização como um processo ativo e não passivo, e as populações nativas (ou pelo menos as elites nativas) tiveram um papel em modelar uma nova estrutura social que “deve tanto aos ingredientes nativos quanto romanos” (WEBSTER 2001, p. 213).

relações e interações sociais fluídas” (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 250). Além disso, ocorreu uma fragmentação das teorias interpretativas, em sua maioria baseadas na arqueologia pós-processualista, que englobava conceitos como creolização, emaranhamento, hibridismo e agência, que enfatizavam a multiplicidade das interações na antiguidade. Assuntos que exploravam a diversidade – como as diferenças linguísticas, étnicas e religiosas, além do patronato, tradições orais, entre outros –, e não mais a homogeneidade, passaram a integrar os estudos sobre o mundo antigo (FUNARI; GARRAFONI 2018, p. 250). De modo mais elaborado, a resistência, apropriação, subalternidade e formas de contato passaram a constituir uma teoria pós-colonial a respeito do mundo romano, que era muito relacionada com questões de representação e discurso (VAN DOMMELEN 2011, p. 2). Na verdade, em termos cronológicos, toda arqueologia feita atualmente, referente ou não à Antiguidade, é pós-colonial de alguma forma (GOSDEN 2001, p. 241 *apud* VAN DOMMELEN 2011, p. 4).

### **1.2.2. “Ao hibridismo e além”: interpretações dos contatos culturais no mundo pós-colonial**

A teoria pós-colonial desenvolveu uma visão crítica a respeito dos contatos culturais, que passaram então a serem baseados no hibridismo e em outros conceitos que não mais se referissem a uma relação bipolarizada entre colonizador e colonizado.<sup>15</sup> O hibridismo em si seria um “terceiro elemento”, ou aquele que fica “entre” duas coisas, e pode ser aplicado não apenas no espaço colonial, mas na cultura e nos indivíduos

---

<sup>15</sup> Autores como Sviatoslav Dmitriev (2009), entretanto, levantam questionamentos a respeito da teoria pós-colonialista, como sua aplicabilidade na História Antiga e como ajudaria de fato a superar o binarismo de conceitos como “imperialismo antigo” e “romanização”, além de que essa teoria estaria relacionada ao processo geral de globalização da contemporaneidade, apesar de se referir à História Antiga. A teoria pós-colonial seria, nesse sentido, limitada, por ser intelectualmente inadequada para o uso nos estudos sobre Antiguidade, e mesmo terminologicamente confusa, por utilizar conceitos com diferentes significados para os mesmos propósitos. De forma mais pontual, “a teoria pós-colonial ajuda a contextualizar os sobreviventes pós-coloniais no Império Britânico, reivindicando uma contribuição igualmente valiosa para todos os “participantes” do Império Romano e para suas identidades. Por essas teorias atenderem à história do Império Britânico e não da Roma antiga, elas distorcem nossa visão do passado para acomodar interesses modernos, assim revelando não apenas a falácia do presentismo, mas as políticas da escrita da história” (DMITRIEV 2009, p. 164).

(ANTONACCIO 2005, p. 100). Além disso, objetos híbridos são assim percebidos pelos arqueólogos por não se enquadrarem em nenhuma classificação pré-definida. Essa “resistência” do objeto em ser classificado dentro de determinada cultura é mais fácil de ser compreendida colocando-o em uma categoria que não possui definição exata: o híbrido (STOCKHAMMER 2013, p. 11-12).

O conceito de híbrido tem origem na biologia, e se tornou importante durante os séculos XVIII e XIX. Foi desenvolvido pelos naturalistas Comte de Buffon, da França, e John Hunter, da Inglaterra, para designar crias de animais de espécies diferentes, então tidas como fracas e inférteis. Logo o termo passou a ser aplicado também a seres humanos, que eram divididos em espécies distintas, desempenhando assim um papel importante na construção dos discursos racistas que visavam justificar o colonialismo durante a virada do século. O híbrido, nesse contexto, não era apenas um elemento fora da ordem hierárquica racial, mas também uma ameaça à discriminação sustentada pela diferença e suposta superioridade de uma raça sobre outra, por conta da existência de grupos “sem raça” e misturados (JIMÉNEZ 2011, p. 102-103).

O hibridismo logo passou a ser incorporado também na história cultural,<sup>16</sup> por meio da ideia de que as civilizações eram “entidades vivas”. “As mudanças culturais eram explicadas principalmente por meio de modelos evolucionistas e difusionistas, nos quais os encontros entre duas culturas resultavam na transformação da sociedade menos avançada, de acordo com os paradigmas ocidentais” (JIMÉNEZ 2011, p. 103, *tradução livre*). O hibridismo visto desse modo também presume a existência de culturas e objetos “puros”, que, quando unidos, geram um terceiro elemento “impuro” - definição que pode imputar um caráter negativo a esse elemento (STOCKHAMMER 2013, p. 15-16). Por conta disso, nas últimas duas décadas, diversos estudiosos têm elaborado termos e conceitos que buscam tratar os contatos culturais de forma mais ampla e variada, sem que sejam feitos juízos de valor.

Entretanto, conforme nos esclarece Stockhammer (2013), para transcender as delimitações de categorias como “puro” e “impuro”, é necessário primeiro reconhecer que elas existem. “Se nada pode ser designado como puro, tudo é híbrido e o hibridismo se torna um termo redundante” (STOCKHAMMER 2013, p. 12). Vale ressaltar que essa dita pureza deve ser abolida do discurso político, e utilizada apenas sob o ponto de vista

---

<sup>16</sup> Um dos principais nomes na discussão sobre hibridização cultural é Homi Bhabha. Para ele, a importância da hibridização não é a possibilidade de traçar dois momentos originais de onde emergiu um terceiro, mas proporcionar um “terceiro espaço”, que possibilita o surgimento de outras posições. Esse “terceiro espaço” possuiria novas estruturas de autoridade e novas iniciativas políticas (BHABHA 1990, p. 211). Para uma melhor compreensão do conceito, Bhabha utiliza a metáfora da escada. “A escada como um espaço liminar, um entremeio das designações de identidade, que se torna o processo de interação simbólica, o tecido conector que constrói a diferença entre alto e baixo, branco e preto. O aqui e ali da escada, o movimento temporal e passagem que ela permite, previne que as identidades de seus extremos se assentem de modo polarizado. Essa passagem intersticial entre identificações fixas possibilita um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia imposta ou presumida” (BHABHA 2007, p. 5). Para Bhabha, o “terceiro espaço” também teria uma dimensão política intrínseca, uma vez que seria marcado por discursos de minorias, histórias heterogêneas, autoridades antagônicas e tensão por conta das diferenças culturais (BHABHA 1990, p. 212).

Vale ressaltar que Bhabha sofreu grande influência das ideias de Mikhail Bakhtin (1895-1975), que, no âmbito da linguagem, compreendia o híbrido como um “processo, um movimento que sempre apontará para uma abertura, para o *devenir*. Bakhtin instaura no seio do conceito a noção de temporalidade, um processo constante de transformação que não alcança uma síntese totalizadora, assim como um organismo vivo; mutações linguísticas são inerentes aos processos evolutivos das línguas das linguagens” (VAZ 2017, p. 91). Não trabalharemos, entretanto, com a hibridização conforme definida por Bhabha e tampouco por Bakhtin, já que nos atemos à noção de emaranhamento.

epistemológico das humanidades. Na arqueologia, o híbrido é basicamente o que se encontra “entre” categorias analíticas pré-definidas, e não se encaixa em nenhuma delas (STOCKHAMMER 2013, p. 13). Mas, esses objetos sem classificação também são permeados de significado, podendo ter sido vistos como “híbridos” já pelas sociedades passadas. O que importa, nesse sentido, não é a gênese do objeto híbrido ou o fato de ser uma ponte entre categorias artificiais, mas sua particularidade e dinamicidade (STOCKHAMMER 2013, p. 14).

Pensando nisso, Stockhammer faz uso do termo emaranhamento,<sup>17</sup> que apesar de possuir o mesmo sentido epistemológico de hibridismo se difere na medida em que o último não abarca todas as vicissitudes envolvidas na criação de algo “novo”, já que praticamente apenas se atem à distinção entre o que é híbrido e o que não é. Por conta das particularidades das fontes arqueológicas, dois tipos diferentes de emaranhamento podem ser observados. O primeiro seria um emaranhamento relacional, que ocorreria quando um objeto estrangeiro é apropriado e integrado nas práticas e sistemas locais, modificando a percepção do mundo material das pessoas, mas sem ser ele mesmo modificado. Assim, o conhecimento do contexto, nesse caso, é essencial para que o arqueólogo saiba que se trata de um objeto apropriado. O segundo tipo, por sua vez, diz respeito a um emaranhamento material, que seria a criação de algo novo, que vai além da junção de objetos locais e estrangeiros, e não é resultado da continuidade local. O contexto não é necessário para que o arqueólogo consiga identificar que se trata de um objeto emaranhado (STOCKHAMMER 2013, p. 16-17).

A diferenciação desses processos é essencial para a análise da evidência arqueológica, uma vez que um está mais relacionado com a apropriação de práticas e simbolismos sociais e o outro com a apropriação do objeto em si. De todo modo, ambos os processos se iniciariam com o encontro de pelo menos duas entidades distintas – categorizadas pela arqueologia para facilitar as análises. Entretanto, o reconhecimento de diferenças pressupõe que essas diferenças também fossem percebidas pelos povos antigos, mesmo que fosse apenas durante um primeiro contato. Esse momento de

---

<sup>17</sup> O termo também já foi utilizado por Thomas (1991), Dietler (1998), e Hodder (2011). Porém, Stockhammer dialoga principalmente com Hahn (2004, 2005, 2007), que definiu quatro aspectos do processo de apropriação, que ocorreriam simultaneamente: apropriação – transição do objeto para a esfera privada; objetificação – atribuição de um objeto a uma categoria local já existente; incorporação – conexão do objeto a práticas locais; e transformação – atribuição de novos significados ao objeto (STOCKHAMMER 2012, p. 48, 50).

contato, de percepção e construção do “outro”, é o gatilho central dos espaços liminares. Para Stockhammer, o espaço liminar seria um espaço de encontro, não limitado a nenhuma área geográfica específica e tampouco dependente de dimensões políticas. Se o encontro nesses espaços não gerasse nenhuma ação, o processo de apropriação jamais se iniciaria, mas, uma vez iniciado, daria vazão ao emaranhamento (STOCKHAMMER 2012, p. 50). Nas palavras do autor,

Todos os poderes criativos dos espaços liminares são primeiramente investidos em criar novas práticas conectadas com o objeto. O contexto é criado, e não o objeto. No momento do encontro nós não engatilhamos uma mudança no objeto, mas o objeto nos modifica. Sua simples presença material muda as percepções de espaço social e movimentos. Sendo assim, o estado de emaranhamento relacional não é um estado de emaranhamento do objeto, mas um estado de emaranhamento das práticas e significados sociais, uma vez que esses são recém criados, enquanto o objeto é, no máximo, apenas manipulado. Portanto, é importante distinguir entre “emaranhamento relacional” e “materialidade”. Entretanto, devemos ter em mente que o “trabalho de apropriação” nunca está completamente terminado, e seus resultados são repetidamente questionados. Já que a apropriação nunca tem um fim, o emaranhamento relacional pode apenas ser um estado momentâneo e instável (...). É apenas o segundo passo que leva ao desenvolvimento de objetos emaranhados (...). Agora, as energias criativas originalmente liberadas pelo encontro e ampliação dentro do processo de apropriação, resultam na criação de um novo objeto, que combina o familiar com o estrangeiro. Esse objeto emaranhado é produzido em algum lugar (que não necessariamente é o local onde o objeto é encontrado), mas sua materialidade mostra que ele não é o resultado de continuidades locais, mas de mudanças geradas por encontros com o “outro”. É mais do que apenas a soma das entidades que o originaram. É uma combinação indissolúvel de todas elas, e deve ser visto como uma nova entidade (STOCKHAMMER 2012, p. 50-51).

A noção de espaço liminar abordada por Stockhammer nos remete ao conceito de *middle ground*, cunhado por Richard White (1992) e popularizado por Irad Malkin. White primeiro utilizou o termo para analisar os processos de aculturação advindos do encontro entre os colonos europeus e as populações locais da América do Norte (STOCKHAMMER 2018, p. 624). O *middle ground* seria um lugar entre culturas, pessoas, impérios e vilas, e cresceria conforme a necessidade das pessoas de encontrarem meios, que não fossem pelo uso da força, de obter cooperação ou consentimento dos estrangeiros. Esse lugar não seria produzido, mas seria a denominação analítica de um lugar específico. White também reitera que não se trata simplesmente de um compromisso entre duas partes colaborativas, mas sim de um processo de mediação, cujo caráter violento não deve ser totalmente ignorado, assim como o ato de persuasão não deve ser enfatizado. No *middle ground*, interpretações errôneas são essenciais, já que é isso o que gera uma difícil balança de poder, onde a

inabilidade de ambos os lados de exercer o controle, de modo a forçar o outro a mudar, se torna a base de alianças incertas de guerra e paz (STOCKHAMMER 2018, p. 625).

Podemos pensar que essas interações resultam em um tipo de reflexo duplo no espelho, que cria uma civilização que não é nem puramente nativa e nem totalmente importada. Cada lado enfatiza certos aspectos da imagem do outro conforme refletida no espelho, tanto para a manutenção da mediação e coexistência quanto como justificativa para hostilidades (MALKIN 1998, p. 6).

Em relação ao local físico onde se davam as interações culturais, o *middle ground* podia ser ao mesmo tempo central e periférico. Periférico na medida em que se localizava nas províncias, no caso de Roma, e central, pois, seria um centro de mediação e permeabilidade cultural (MALKIN 2002, p. 152-153). Um exemplo claro de *middle ground* dentro do espaço urbano são as áreas portuárias de cidades costeiras, uma vez que as trocas e contatos culturais, e conseqüentemente a mediação com o outro, estavam sempre presentes nesses locais.

Retomando o conceito de fronteira interpretativa, abordado por Fav ersani (2013), podemos pensar em zonas onde continuidades e rupturas se relacionam, fazendo das fronteiras locais de múltiplas camadas (FAVERSANI 2013, p. 147). Se aplicarmos essa ideia de fronteira aos conceitos de emaranhamento e *middle ground*, podemos pensar que os contatos não eram produzidos apenas pelas atuações dos agentes da época, mas também o são pela nossa interpretação, “pela ação de quem analisa e coloca em destaque (ou deixa de lado) tal ou qual aspecto para dizer que há ali ruptura ou continuidade” (FAVERSANI 2013, p. 148-149). Dessa forma, a fronteira interpretativa utilizada para a análise dessas continuidades e rupturas está em constante mutação, conforme notamos na própria mudança no entendimento de como se davam os contatos culturais na Antiguidade.

### **1.3. Fronteiras simbólicas na paisagem**

#### **1.3.1. Limites alegóricos no horizonte efêmero**

Observamos então que as noções de emaranhamento e *middle ground*, assim como outras caracterizações de contatos culturais, presumem a existência de ao menos duas culturas distintas em diálogo. Ora, a existência de culturas diferentes em contato demanda não apenas a identificação de identidades similares, mas também a

determinação do que é diferente, ou de quem é o “outro”, o que, por sua vez, também leva à criação de fronteiras entre todos os envolvidos no contexto de contato.

Originalmente, na França do século XV, a fronteira designava o espaço entre dois exércitos antes da batalha (GUARINELLO 2010, p. 120). Era, portanto “um obstáculo, mas também um lugar de passagem, um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor dos grupos em ação” (GUARINELLO 2010, p. 120). Além disso, a variedade semântica do termo permite que ele seja caracterizado também como barreira intransponível, obstáculo, ponto de passagem, margem, franja, entre outros. Os estudos sobre fronteiras têm se destacado nas últimas décadas no âmbito das Ciências Sociais, se afastando de seu sentido geográfico e literal – de mera linha de separação entre locais –, e se aproximando de um significado mais metafórico e amplo (GUARINELLO 2010, p. 120).

Mas, antes de abordar mais profundamente o conceito de fronteira em si, veremos como se desenvolveu a visão que comumente se tem da relação entre Roma e suas fronteiras, que teve suas origens entre autores iluministas como Montesquieu e Gibbon. A narrativa habitual é a de que o império se expandiu imensamente durante os três séculos que abarcaram a República (II AEC) até os imperadores júlio-claudianos (I EC), de forma que ao final do reinado de Augusto, as principais fronteiras do império já estavam bem delimitadas pelos rios Reno, Danúbio e Eufrates. Essas fronteiras se mantiveram pelos próximos séculos, a não ser por modificações temporárias, tornando-se linhas fechadas e fixas de defesa, e não mais instrumentos abertos de expansão. A partir daí, fortes militares e obstáculos naturais tornaram-se barreiras morais de exclusão e divisão entre a civilização e a “barbárie” (WHITTAKER, 2004, p. 182).

Tal interpretação das fronteiras romanas, porém, é fruto da ideologia europeia moderna, e hoje, graças principalmente à arqueologia, sabemos que a realidade não era tão elementar. Os estudos sobre fronteiras passaram então a focar não tanto em sua localização, mas principalmente em sua função. “Fronteiras e barreiras agora são percebidas como sendo historicamente menos permanentes e geograficamente mais complexas do que se imaginava, sem ser necessária a evolução de uma para outra” (WHITTAKER 2004, p. 191).

Mas, a variabilidade do conceito de fronteira é também um risco para que ele se torne demasiadamente vago e diluído. Portanto, é necessário definir a fronteira a respeito da qual se discute. Guarinello (2010) define brevemente uma hierarquia abstrata de fronteiras, onde a primeira seria a própria natureza, “que deve ser dominada



e apropriada para que uma comunidade humana (nossa segunda fronteira) possa sobreviver e reproduzir-se acumulando, a cada dia, trabalho morto (nossa terceira fronteira)” (GUARINELLO 2010, p. 121). A junção dessas três fronteiras originaria a fronteira do poder que, segundo o autor, regularia a competição e a cooperação interna, sendo definida a partir da diferenciação dos membros da comunidade – diferenças entre famílias, sexos, idade, proprietários e trabalhadores, aqueles com autoridade e aqueles sem, entre outras. Dessa forma, a ordem de uma comunidade é estabelecida por meio da negociação de suas fronteiras. Cada comunidade então possuiria uma fronteira política, econômica, social e cultural, além de um “esquema interno de comunicação, classificação, propriedade e exploração. É com esta fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integra, ou não” (GUARINELLO 2010, p. 121).

Dessa forma, chegamos às fronteiras que são definidas externamente por uma comunidade, para separá-la de outras comunidades. São fronteiras não apenas de isolamento e autossuficiência, mas também de negociação, cooperação e conflito.

As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens. Interesses comuns são facilitadores de trocas, são pontos de passagem, como podem ser também uma língua comum, hábitos semelhantes, memórias compartilhadas que se reforçam com o tempo. Interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, de violência, de dominação, de destruição. A guerra é talvez um caso limite, embora tenha se tornado endêmica em alguns momentos do nosso mundo antigo. A fronteira também é, antes de tudo, um espaço de negociação de fronteiras (GUARINELLO 2010, p. 121-122).

Essa manifesta mutabilidade da fronteira encontra correspondência no conceito de *limes* romano, que seria uma estratégia de abertura e fechamento nas zonas de troca que circundavam o império, sendo também definido como um “local que forma a mais distante extensão de uma região habitada, ou não, de um território” (WHITTAKER 2004, p. 3; 6). O *limes* muitas vezes é caracterizado apenas como uma barreira defensiva, mas é importante lembrar que, para os romanos, formações naturais também eram fronteiras, e muitas vezes detinham um caráter religioso – já que demarcavam a transição entre o sagrado e o profano.<sup>18</sup> Na verdade, esse caráter religioso estava

---

<sup>18</sup> Em um estudo clássico de Van Gennep, do século XIX, o autor propõe que ritos de passagem eram realizados em pontos de travessia, como portais, estátuas, arcos e pontes, além das fronteiras em si. Nesse contexto, o profano seria o que se encontrava fora desses campos sagrados, mas o rito de passagem buscava a incorporação dos locais profanos antes de tudo, e não sua exclusão (VAN GENNEP 1960, p. 15-17 *apud* WHITTAKER 2004, p. 4).

imbuído na formação das fronteiras, principalmente quando eram demarcadas por rios ou pontes, visualizadas pelos romanos como barreiras a serem cruzadas (WHITTAKER 2004, p. 4).

Além disso, nas sociedades antigas, os limites não eram definidos por fatores étnicos e territoriais, mas por uma auto-atribuição em constante mudança. Ou seja, mesmo que houvesse rigidez nas fronteiras físicas – um rio permaneceria sempre no mesmo local –, não havia tanta rigidez nos padrões de recrutamento e negociação em grupos étnicos (WHITTAKER 2004, p. 4). Como explicitou Guarinello na citação acima, eram nas fronteiras intercomunitárias, como define o autor, que ocorriam trocas e ligações entre as diferentes comunidades. Por vezes, essas ligações tornavam as divisões entre os grupos não muito claras (WHITTAKER 2004, p. 4).

Sob esse prisma, a caracterização da fronteira física e simbólica como um local facilitador de trocas – que poderiam ser desde objetos até línguas –, nos remete ao *middle ground*, que em sua natureza seria um local de contato entre comunidades, e acima de tudo, um local de tentativas de compreensão mútuas, conforme trataremos mais adiante.

### **1.3.2. Paisagem: construto social e oceano de tempos**

Para melhor compreendermos o papel dos locais de fronteira nos contatos culturais, e mesmo se essas fronteiras poderiam ser consideradas um *middle ground*, é necessário um maior aprofundamento na noção de paisagem. De acordo com Milton Santos, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS 1988, p. 21). Além disso, “a paisagem não é dada para todo sempre, é objeto de mudança. É resultado de adições e subtrações sucessivas” (SANTOS 1988, p. 24). Essa mudança está relacionada, principalmente, com a ação humana, o que faz da paisagem um construto social.

Se essa paisagem é construída pela ação humana, faz sentido que seja tão dinâmica e efêmera quanto o movimento de tais agentes. Porém, esse espaço não seria

---

Atualmente, existe um debate sobre o caráter do profano e do sagrado no mundo antigo. No âmbito nacional podemos citar as obras de Cláudia Beltrão da Rosa.

um mero cenário receptor das atividades humanas, mas sim uma “criação do homem, sendo pelo homem completamente permeado” (HIRATA 2011, p. 27). Ou seja, a paisagem é tanto causa quanto consequência das relações entre homem/natureza, e entre homem/homem. As paisagens também são produtos de processos culturais, já que “incorporam princípios fundamentais de organização das formas e estruturas das atividades das pessoas” (KORMIKIARI 2014, p. 6).

Considerando que as relações sociais são intrínsecas à materialidade, os objetos também são agentes essenciais na construção da paisagem. “Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (SANTOS 1988, p. 23). Na prática, isso significa que uma paisagem contém diferentes camadas temporais, que possuem seus próprios objetos e lógicas de produção e usos desses objetos. Objetos de diferentes temporalidades, dessa forma, podem coexistir. Além disso, as mutações pelas quais a paisagem passa podem ser funcionais ou estruturais, conforme nos esclarece Santos (1988). Funcionais quando não há uma mudança social, mas uma variação do uso do espaço de acordo com as horas do dia, as épocas do ano etc. Já as estruturais ocorrem quando há uma mudança nas formas, ou uma alteração nas velhas formas para que haja adequação às novas funções (SANTOS 1988, p. 24-25).

Partindo desses pressupostos, a paisagem muito pode nos revelar quando analisada sob o ponto de vista arqueológico. O termo ‘arqueologia da paisagem’ foi, provavelmente, utilizado pela primeira vez por Mick Aston e Trevor Rowley, em 1974, quando publicaram *Landscape Archaeology*, mas só começou a ser devidamente utilizado no meio acadêmico na década de 1980. Nesse primeiro momento, o que se objetivava era estabelecer uma ligação entre a arqueologia de campo e os estudos de história da paisagem, já que o uso da paisagem apenas para identificação e registro de sítios não abarcava o crescente entendimento de sua complexidade cultural (KORMIKIARI 2014, p. 1 e DAVID; THOMAS 2008, p. 27).

Ainda assim, a abordagem da paisagem na arqueologia sofreu diversas críticas. Ashmore e Knapp (1999) apontaram que “esta era mais utilizada para fornecer um ‘pano de fundo’ sobre o qual os vestígios materiais plotados eram avaliados”, enquanto Anshuetz, Wilshusen e Scheik (2001) criticaram a falta de definição do conceito de paisagem, ocasionada pelo uso de diferentes significados de paisagem por diferentes pesquisadores – que ora enfatizavam aspectos naturais, ora culturais. (KORMIKIARI 2014, p. 2-3). Seja como for, o entendimento social, e não apenas ambiental, da

paisagem na arqueologia foi influenciado, principalmente, por estudos sobre abastecimento; pela crescente importância da herança cultural e da arqueologia pública; por um maior interesse nas questões simbólicas; e por críticas de povos indígenas (DAVID; THOMAS 2008, p. 32).

Sobretudo a partir do século XXI, a arqueologia da paisagem passou a destacar locais significativos para as pessoas, com a ideia de que “paisagens organizam a percepção e a ação, e, assim, a economia, a sociedade e a formação de ideias e conceitos são tanto interconectadas como interdependentes” (KORMIKIARI 2014, p. 6). Ademais, a temporalidade também é imprescindível, já que paisagens são construções dinâmicas (KORMIKIARI 2014, p. 6).

A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel (SANTOS 1982, p. 60).

Sendo assim, a arqueologia da paisagem pode ser definida resumidamente como “uma arqueologia de como as pessoas visualizavam o mundo e como interagiam umas com as outras através do espaço, como escolhiam manipular seu entorno ou como eram subliminarmente afetadas para agir de acordo com suas circunstâncias locais” (DAVID; THOMAS 2016, p. 38). Portanto, tratar a paisagem arquitetônica como prática e não como objeto (MCFADYEN 2016, p. 313) pode fornecer informações mais completas a respeito das relações sociais e dos contatos culturais das comunidades.

Até porque, a mutabilidade da paisagem não passava despercebida por seus habitantes. Os povos antigos observavam e interpretavam as sucessivas ocupações e usos de uma localidade de acordo com seus próprios interesses, fazendo com que o passado anterior a eles servisse aos seus objetivos presentes (VAN DYKE; ALCOCK 2003, p. 1). Nesse ponto, retomamos a noção de contatos culturais, e podemos considerar que, além do momento de encontro entre distintas comunidades, também devemos levar em conta as diferentes camadas temporais da paisagem, com as quais essas comunidades se relacionavam. Pois, assim como o encontro entre essas comunidades podia resultar em um elemento entendido como híbrido, a convergência entre passado e presente na paisagem podia verter novos usos e significados para objetos de um passado mais distante. A memória social, nesse caso, exercia um papel de suma importância, já que tanto os objetos e paisagens que eram ressignificados quanto

aqueles que eram deliberadamente obliterados, podem esclarecer as relações socioculturais dos povos antigos.

#### **1.4. A zona portuária no mundo romano**

##### **1.4.1. Barreiras e acessos entre o porto e a cidade**

Ao analisar as regiões portuárias de Tel Dor e Cesareia Marítima tendo como base a arqueologia da paisagem, podemos contemplar a relação entre as transformações e diferenças espaciais e as vicissitudes socioculturais, além de compreender os papéis das fronteiras simbólicas nessas paisagens, já que o aspecto social, ou simbólico,<sup>19</sup> da fronteira, e mesmo sua caracterização como um espaço de negociação de fronteiras nos remete aos portos.

De acordo com Kormikiari (2011), o porto é inevitavelmente um local de fronteira. Ele marca não apenas a separação entre mar e terra, mas, também, entre o povo que reside na cidade portuária referente e o estrangeiro, entre uma *natio* e outra. É um marco entre o fim do limite de um território, ao mesmo tempo em que é uma abertura e uma extensão das fronteiras para que outros possam entrar nesse território (KORMIKIARI *et al.*, 2011, p. 147-149). Em tempos de guerra, pode também ser definido como uma “fronteira fluída”, já que então “é ao mesmo tempo a passagem da soberania da comunidade política sobre os mares controlados (o império marítimo) e o ponto de entrada de uma força inimiga que se apoderou desses mares”. Dessa forma, a fronteira portuária possui uma ambiguidade inerente “entre o absoluto e o relativo, o rígido e o fluido – diríamos, a ambiguidade fundamental de um porto: terra e água” (KOMIKIARI *et al* 2011, p. 147-149).

---

<sup>19</sup> “Fronteiras simbólicas são distinções conceituais feitas por atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas, e mesmo tempo e espaço. Elas são ferramentas pelas quais indivíduos e grupos lutam e chegam a um entendimento sobre as definições de realidade. O exame delas nos permite entender as dimensões dinâmicas das relações sociais, como grupos competem na produção, difusão, e institucionalização de sistemas alternativos e princípios de classificações. Fronteiras simbólicas também separam pessoas em grupos e geram sentimentos de similaridade e filiação (Epstein 1992, p. 232). Elas são um meio essencial pelo qual as pessoas adquirem status e monopolizam recursos” (LAMONT; MOLNAR 2002, p. 168).

Talvez seja por conta dessa fluidez de fronteira dos portos, que muros ou portões geralmente os separem dos centros urbanos aos quais estão associados. Se considerarmos, por exemplo, a cidade romana, com sua conotação sagrada – já que eram feitos rituais para sua fundação e também para a delimitação de suas fronteiras –, é provável que o porto e os outros elementos para além da *urbs*, fossem mantidos à distância exatamente pela afluência do “outro” nesses locais.

Para compreender a relação entre a sacralidade e a cidade romana, temos que considerar que a cidade romana não era apenas um amontoado de construções, mas fazia parte da ideia de “ser” romano, era uma condição para se fazer parte do império (REVELL 2009, p. 36). Na verdade, o urbanismo em si “era uma ideologia sobre o modo correto de se viver, e essa ideologia envolvia mais do que apenas construir uma cidade, mas também abarcava as atividades diárias, fazendo disso uma parte inquestionável do mapa mental das pessoas que ali habitavam” (REVELL 2009, p. 43). Dessa forma, toda a comunidade cidadina, e não apenas a elite, constituía a ideia romana de urbanismo.

O urbanismo romano também era uma forma de legitimar um discurso específico, o da *humanitas*, desvalidando outras formas de habitar – o que pode ser mais facilmente observado nas províncias ocidentais, onde o modo de viver era tido como “bárbaro” pelos romanos. As cidades provinciais deveriam ser portadoras de uma justiça religiosa e moral, conforme a projeção da imagem de Roma. Para que esse ideal fosse alcançado, eram necessários rituais que ratificassem a sanção divina para a cidade (REVELL 2009, p. 46). Revell assim descreve o ritual de fundação e delimitação:

“O local era revelado por meio de um augúrio, observando-se o voo de pássaros e outros presságios, e o dia e local da fundação em si eram considerados favoráveis tomando os auspícios, consultando as entranhas, principalmente fígado e intestinos, de uma vítima sacrificial. Uma vez que o local era limpo, uma oferenda ritual dos primeiros frutos era depositada em uma cavidade, o *mundus*. Os limites da cidade eram consagrados por meio da aragem do *pomerium*,<sup>20</sup> cortando-se o primeiro sulco com um arado acoplado a um boi e uma vaca, que carregavam esse arado através da linha dos portões, fazendo desses os únicos pontos onde os limites poderiam ser ultrapassados” (REVELL 2009, p. 47).

Esses rituais estavam ligados ao mito fundador de Roma, e reforçavam mais ainda a ideologia do urbanismo<sup>21</sup> por meio de sua conexão com as figuras mais importantes da mitologia romana – Remo e Rômulo. Além disso, a sacralidade tornava

---

<sup>20</sup> “Cerca de natureza fictícia que não coincide com a delimitação militar e que é materializada apenas por cipos” (GRIMAL 1984, p. 213).

a cidade uma entidade independente, “conceitualmente separada e elevada acima do resto da paisagem” (REVELL 2009, p. 47).

O porto, como local de abertura, permitia a entrada de pessoas de diferentes locais e diferentes classes sociais. Se a *urbs* era uma entidade sagrada e o *ser* urbano era um sinal de civilidade, não amplamente compartilhado, fazia sentido rodeá-la com fronteiras, mas nesse caso não visando a proteção, mas sim a separação. Em contraposição à ideia de sacralização da cidade, a fronteira aqui poderia adquirir um sentido profano, já que era “uma terceira força, uma espécie de material impuro, localizado ali para manter a pureza dos dois lados” (OLIVEIRA JR. 2005, p. 1 *apud* KORMIKIARI *et al* 2011, p. 129). Apesar da noção de impureza associada à fronteira e ao porto, é importante também destacar que a fronteira física, como a muralha, possuía um elemento religioso, de forma que a ideia de impuro deve ser relativizada, já que depende do contexto das relações locais.

Com efeito, se procurarmos estabelecer a relação entre os muros, suas portas e o porto e o núcleo central da cidade poderemos compreender melhor que tipo de acesso a cidade planeja para quem vem de fora. Faz parte dessa relação o desenho dos trajetos passíveis de serem percorridos entre as portas nos muros, por exemplo, e a parte cívica da cidade, os bairros residenciais e o próprio porto: a existência ou não de obstáculos edificados nesse trajeto pode indicar o desejo de inclusão ou de exclusão de quem acessa a cidade do exterior. O controle nas portas dos muros, a separação do porto do restante da cidade por muros e o controle do acesso ao porto também podem ser indicativos de situações sociais, econômicas ou políticas específicas (TACLA *et al* 2011, p. 168).

Dessa forma, não apenas o porto é um local de fronteira – ou de acesso controlado –, mas também o são os muros e portas a ele eventualmente conectados. Na verdade, os muros podiam mesmo “desempenhar uma função como elemento delimitador do espaço civilizado” (TACLA *et al* 2011, p. 168) romano. “Da mesma forma que o mar, a muralha marcava uma fronteira, dessa vez não natural, como a água, mas criada pelo homem e aceita por aqueles que, por meio dela, estabeleciam os limites de sua apropriação espacial” (TACLA *et al* 2011, p. 190). Além disso, o modo como a morfologia urbana se relacionava com as instalações portuárias também definia se a cidade era de fato uma cidade portuária dedicada ao comércio marítimo (TACLA *et al* 2011, p. 169), ou apenas uma cidade que possuía um porto.

---

<sup>21</sup> A ideologia do urbanismo era uma perspectiva romana sobre as províncias, mas graças à Arqueologia as realidades locais estão em constante negociação com essa tentativa de imposição. Ao focar em determinado momento, conseguimos observar peculiaridades que revelam situações próprias.

#### 1.4.2. Portos romanos em contexto

Os primeiros portos identificados no Mediterrâneo datam da Idade do Bronze. Nesse período, os portos geralmente eram estabelecidos em formações naturais, como baías, promontórios, pequenas ilhas e recifes. Mas, o aumento do nível do mar no Mediterrâneo oriental durante a Idade do Bronze destruiu muitos desses portos. Já na Idade do Ferro, além do uso dos portos em formações naturais, passaram a ser usados quebra-mares, principalmente pelos fenícios. Também passaram a ser criados portos de uso exclusivo militar e para comércio pelos gregos, refletindo o desenvolvimento dos barcos específicos para essas duas esferas e a sofisticação da tecnologia marítima no geral (OLESON; HOHLFELDER 2011, p. 810-813).

Durante o período helenístico o nível de elaboração e construção dos portos aumentou, sendo o maior exemplo o porto de Alexandria. A característica principal dos portos era então o poder naval para abrigar o maior número de navios de guerra possível (BOURAS 2014, p. 670). A tecnologia desenvolvida pelos gregos, de blocos de alvenaria de silhar unidos sem argamassa, também foi essencial para o aumento do número de portos no período (BLACKMAN 1982, p. 185).

Mas, foi no período romano que a quantidade de portos e a tecnologia envolvida em sua construção chegaram ao seu auge, com o desenvolvimento do concreto hidráulico. O domínio dessa técnica, juntamente com outras inovações de engenharia, “possibilitou aos romanos construir portos em qualquer lugar que os contextos político, econômico ou militar ditassem, não apenas onde características físicas vantajosas existissem” (OLESON; HOHLFELDER 2011, p. 817).

O concreto hidráulico geralmente era feito de pozolana,<sup>22</sup> importada para todo império da região de Puteoli, o que, por sua vez, aumentava o comércio de materiais de construção pelo Mediterrâneo (OLESON; HOHLFELDER 2011, p. 818). Esse material se mostrou bastante duradouro em estruturas terrestres, mas sua principal característica

---

<sup>22</sup>Material silicoso ou sílico-aluminoso que, quando moído e na presença de água, reage com hidróxido de cálcio formando compostos com propriedades cimentícias. Originalmente, as pozolanas são rochas de origem vulcânica, embora, o termo também englobe os materiais produzidos industrialmente, ou derivados de cinzas volantes de processos de queima industrial. As principais vantagens resultantes da adição de pozolana ao cimento comum é a hidratação lenta com baixa liberação de calor e aumento da resistência do concreto aos sulfatos e a outros agentes agressivos ácidos. Disponível em: <[ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-pozolana.html](http://ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-pozolana.html)>.



era a capacidade de ser assentado enquanto imerso na água. Vitruvius relata como se dava o uso do concreto hidráulico em ambientes aquáticos (OLESON 1988, p. 149-150):

“No local designado, o molde fechado e fortificado e as vigas de amarração devem ser baixados na água e fixados firmemente em suas posições. Então, a área dentro dele, no fundo e abaixo da água, deve ser limpa e nivelada, [trabalhando] a partir de uma plataforma de pequenas vigas transversais. A construção deve ser realizada aí, com uma mistura de argamassa, conforme descrito acima, até que reste apenas o espaço para a estrutura para a qual o molde foi preenchido” (VITRUVIUS 5.12.3 *apud* OLESON 1988, p. 150)

As novas técnicas construtivas também possibilitaram um aumento no tamanho dos portos (BLACKMAN 1982, p. 185). Mas, também havia portos menores pelo império, com instalações por vezes sobreviventes do período helenístico e mesmo da Idade do Bronze (OLESON 1988, p. 148). Seja como for, a tecnologia portuária na Antiguidade não seguiu um desenvolvimento linear, já que dependia muito da topografia, dos materiais disponíveis, e das condições econômicas locais. O que realmente se desenvolveu foi o repertório de técnicas, que aumentou a flexibilidade no planejamento dos portos (RICKMAN 2008, p. 15). Uma recente tentativa de tipologia dividiu portos e afins em dez categorias diferentes: portos feitos pelo homem, proto-portos, ancoradouros naturais em águas profundas, ancoradouros naturais em águas rasas, âncoras seguras no mar, postes ou buracos de amarração, rampas, cais ou molhes de madeira isolados, estruturas marítimas de pedra isoladas, e portos na entrada de um rio costeiro (YASUR-LANDAU *et al* 2018 p. 81).

O tamanho dos portos também refletia o seu objetivo ou função. Devemos analisá-los, portanto, não apenas como estruturas, mas em relação aos propósitos a que serviam e seu papel no mundo romano (RICKMAN 1988, p. 258). Além disso, os portos estavam intrinsecamente relacionados com as cidades onde se localizavam, de modo que, a constituição do porto e a importância dada a ele podiam também revelar a natureza da respectiva cidade (TACLA *et al* 2011, p. 157). Na verdade, “a relação entre o tamanho da cidade e o tamanho do porto produz cidades de diferentes dimensões, tipos e *status*”, o que se deve “ao fato de que a atividade portuária estimula o crescimento urbano, assim como o aumento das relações com cidades do interior” (TACLA *et al* 2011, p. 162).

O maior porto romano no Mediterrâneo Oriental foi Sebastos, em Cesareia Marítima, sobre o qual trataremos mais detalhadamente no capítulo subsequente. Por ora, basta dizer que esse porto, construído no auge do governo de Herodes Magno,

utilizou a tecnologia do concreto hidráulico, e possuía dois monumentais quebra-mares, que alcançavam cerca 600 e 200 metros até o mar aberto (OLESON 1988, p. 152). Era um porto sem precedentes, e sua magnitude só veria comparação 60 anos depois, com Portus (Fig. 1), construído no governo do imperador Claudio (OLESON 1988, p. 153).

O porto claudiano se localizava nas proximidades de Óstia, na costa da Itália, e foi construído com o objetivo de ser um porto para navios marítimos na boca do rio Tibre, de forma a melhorar o envio de suprimentos para Roma, já que, até então era utilizado o porto fluvial de Óstia – que era limitado em alguns aspectos (KEAY *et al* 2008, p. 98). Portus possuía duas bacias portuárias artificiais, além de uma infraestrutura associada a uma pequena cidade, que abarcava templos, prédios administrativos, armazéns, canais e estradas, o que logo o transformou no principal porto de Roma (URBANUS 2015, p. 27). E, assim como Sebastos, foi construído inteiramente pelas mãos humanas, possuindo em seu centro uma bacia artificial de quase 500 acres, além de dois imensos quebra-mares, e um porto interior menor (URBANUS 2015, p. 31). Em seu reinado, Trajano expandiu e monumentalizou Portus ainda mais – construindo outra bacia artificial em forma de hexágono, que possuía em cada um de seus lados uma construção monumental –, deixando claro que o porto transmitia a mensagem de que Roma reinava com supremacia, e de que o poder imperial era inabalável (URBANUS 2015, p. 32). Mensagem parecida com a que Herodes tentou transmitir através de Cesareia Marítima e Sebastos. A monumentalidade em portos sempre tinha uma razão de ser.



Fig. 1: Afresco do século XVI localizado no Palácio do Vaticano, que mostra uma reconstrução idealizada de Portus (URBANUS 2015 p. 27)

Podemos relacionar Sebastos e Portus por conta dos usos de sua monumentalidade, apesar do último se localizar no lado Ocidental do império. Porém, também podemos fazer um paralelo com o porto de Cosa, Portus Cosanus, mais antigo e menor que os dois anteriores, mas que igualmente utilizava tecnologia romana em sua constituição. Seu quebra-mar principal se estendia por 110 metros e tinha cerca de 70 metros de largura, o que permitia um maior espaço de atracação em seu lado interno, ao mesmo tempo em que fazia com que a força das ondas quebrasse gradualmente ao longo de sua superfície, permitindo que as correntes necessárias entrassem na área do ancoradouro (GAZDA; MCCANN 1987, p. 137).

Apesar de seu tamanho consideravelmente menor, os materiais e modos de construção usados em Portus Cosanus indicavam uma engenharia sofisticada, o que explica sua longevidade – durou cerca de 600 anos. Os romanos também contaram com uma base rochosa natural, que sustentava o quebra-mar principal, impedindo que este afundasse rapidamente no solo arenoso do local. Além disso, essa base rochosa servia para desviar os depósitos de areia de dentro do porto, direcionando-os para o mar (GAZDA; MCCANN 1987, p. 138). Três estágios construtivos podem ser identificados

no porto. O quebra-mar principal pertence ao primeiro estágio, construído entre os séculos III e II AEC, seguido da construção de cais no período de maior atividade do porto, entre o fim do século II e o fim do século I AEC, e, por fim, pela construção de muros que iam da praia até o porto, em algum momento entre os séculos I e III EC (GAZDA; MCCANN 1987, p. 140-141).

Notamos que, apesar de também fazer uso da tecnologia romana, o foco em Portus Cosanus não era a demonstração da monumentalidade, mas a praticidade. Isso porque além da inovação, os romanos também enfatizavam a continuidade de atracadouros já consolidados. No Levante, por exemplo, diversos portos de períodos anteriores continuaram em uso durante o período romano. O porto de Acre, na Galileia, por exemplo, foi artificialmente construído durante o período helenístico,<sup>23</sup> com tecnologia referida como fenícia, contando com molhes compostos de muralhas duplas e vigas de silhar (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p.77). Acre, apesar de muito menos sofisticado que outros portos, teve um papel essencial na consolidação do Império Romano no Oriente. Ademais, enquanto portos menores e mais antigos, como Acre, perduraram durante o império, o monumental Sebastos teve uma curta existência, e já durante o século I EC teve início sua desativação (sobre a qual falaremos com maiores detalhes no capítulo seguinte) (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 78).

## **CAPÍTULO DOIS – AS TRAJETÓRIAS DE TEL DOR E CESAREIA MARÍTIMA**

A planície costeira de Israel, que tem início aos pés do Monte Carmelo, é uma longa faixa litorânea que varia em largura e extensão por cerca de 270 km ao longo do Mar Mediterrâneo, da borda Libanesa, ao norte, à Faixa de Gaza, ao sul. Hoje, essa faixa litorânea é dividida em cinco sub-regiões: a Galileia Ocidental, que se estende de Ha’Nikra até Haifa; ao sul de Haifa há a região de Hof Ha’Carmel, que acaba em Nachal Hatananim; a terceira região é a Planície da Sharon, que vai de Zikhron Ya’aqov até o rio Yarkon, em Tel Aviv; a Planície Costeira Central é a quarta região, que alcança

---

<sup>23</sup> Entretanto, pesquisas geofísicas sugerem que havia na cidade um ancoradouro da Idade do Bronze, que foi enterrado (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 76).

Nachal Shikma; por fim, a última região é a Planície da Judeia, também conhecida como Negev Ocidental, que se estende até a Faixa de Gaza. A topografia da costa pode ser caracterizada por dois tipos distintos: penhascos precipitados, que atingem de 10 m a 40 m, com águas rasas à sua frente; ou uma costa ligeiramente inclinada, geralmente coberta por dunas de areia. Os penhascos e as plataformas planas foram criados pela erosão das ondas que transformaram a praia, criando penhascos verticais que aumentam de altura conforme a água retrocede. Essas falésias são feitas de um grosso arenito conhecido localmente como *kurkar*. Apesar das pedras de *kurkar* desintegrarem facilmente, elas endurecem embaixo d'água e tem, portanto, sido usadas ao longo dos anos para a construção de casas, quebra-mares e molhes (MOTTA 2015, p.1-2).

As duas cidades escolhidas para compor esse estudo fazem parte da paisagem descrita acima. Mas, não é apenas o cenário costeiro que Tel Dor e Cesareia Marítima têm em comum. A proximidade geográfica entre as duas – cerca de 10 km de uma cidade a outra (Fig. 2) –, tornou inevitável que suas narrativas se entrecruzassem. Tel Dor, importante cidade portuária desde o final da Idade do Bronze, viu sua relevância decair conforme Cesareia Marítima e seu imenso porto ganhavam proeminência no contexto de contatos culturais e comerciais do Mediterrâneo oriental romano – ou assim se acreditava. Antes disso, porém, Tel Dor havia ofuscado Torre de Estratão, cidade que ficava no sítio onde depois foi construída Cesareia Marítima. Outros pontos em comum eram que as duas cidades eram as únicas da região a possuir instalações de armazenamento nas regiões portuárias no período romano (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 78-79), e ambas também tiveram cunhagem de moedas durante o período imperial.

Por fim, a comparação das zonas portuárias das duas cidades é importante para que compreendamos mais profundamente o nível da influência romana na região e a consequência de seu contato com as populações locais, já que, por um lado temos o monumental porto de Cesareia Marítima, totalmente artificial e, por outro, as baías e ancoradouros naturais que eram utilizados em Dor. Em ambos os casos, apesar de suas diferenças, há a constância do elemento romano.





## 2.1. Tel Dor: a “governante dos mares”

O início da história de Tel Dor remonta à Idade do Bronze Tardia, quando os cananeus fundaram a cidade, já com função portuária. Durante esse período, Dor – juntamente com outras cidades litorâneas, como Acre/Ptolemais, Tiro, Sidon, Biblos e Aradus - fazia parte da rede de comércio que ligava Canaã ao Egito, Micenas, Síria, Palestina e Mesopotâmia. A identificação desses cananeus como sendo fenícios tem sido discutida por séculos (MOTTA 2015, p. 4-5). Na Grécia Antiga, historiadores e geógrafos já determinavam características que definiam essas populações como fenícias – nome que apareceu pela primeira vez em Homero e Hesíodo. Na verdade, o nome grego *phoinix*<sup>24</sup> e seus derivados *phoinissa* e *phoinikes* eram usados para designar as

<sup>24</sup> “A origem da palavra grega ainda é desconhecida, ainda que um estudo associe sua origem à palavra grega para vermelho, "phoinix" - uma possível alusão à indústria da tintura púrpura, já famosa nos tempos de Homero. Outros estudos linguísticos a ligam à língua ugarítica e ao hebreu ou mesmo a línguas egípcias. A Bíblia hebraica usa o nome "kena-anim" ou "kananaioi" para designar os habitantes da área de planície costeira ao norte de Israel, onde Dor se localizava” (MOTTA 2015, p. 5).

populações do Levante, especialmente os comerciantes orientais que frequentavam o Egeu. De acordo com John Kendrick, estudioso do século XIX, os próprios fenícios conheciam sua terra pelo nome de Canaã, se referindo a eles mesmos como cananeus. Atualmente, estudiosos tendem a usar o termo “cananeu” para designar as populações que falavam uma língua semítica do noroeste e viviam no território da Síria-Palestina desde o início do segundo milênio até 1200 AEC; a partir desse ponto, o mesmo povo passa a ser chamado de fenício (MOTTA 2015, p.5).

Entretanto, pouco se sabe efetivamente sobre Tel Dor durante a Idade do Bronze. Em escavações realizadas na campanha mais recente, foram encontrados traços de cobre em sedimentos, e alguns artefatos de bronze, evidenciando que havia atividade metalúrgica de cobre/bronze em Dor. Objetos feitos de cerâmica encontrados no mesmo local dataram que essa atividade ocorreu durante todo o século XIII AEC. Mas, a dificuldade em localizar remanescentes da Idade do Bronze Tardia sugere que a cidade era significativamente menor nesse período do que na Idade do Ferro. Essa diferença não é surpreendente, já que nas últimas décadas tem ficado claro que a Idade do Bronze Tardia cananeia não foi um período de prosperidade urbana, ao contrário das poderosas cidades cananeias retratadas na bíblia e da paisagem urbana cananeia deduzida do arquivo de El-Amarna, no Egito. A Idade do Bronze Tardia foi, de fato, uma era de internacionalismo e interconexões pelo Mediterrâneo, mas essa prosperidade afetou apenas uma pequena elite (GILBOA; SHARON 2008, p. 149-151).

A primeira menção a Dor nas fontes escritas também data desse período. Seu nome aparece no *Onomástico de Amenope*, papiro inscrito no templo de El-Amarna durante o reinado de Ramsés II (1279-1213 AEC) e que continha uma lista das cidades costeiras ao longo do que seria, em época romana, a *Via Maris* (STERN 1995, p. 1). Outro papiro, do século XI AEC, denominado *História de Wenamun*,<sup>25</sup> retrata Dor como uma potência marítima governada pelos sikil.<sup>26</sup> Além disso, Dor é mencionada duas

---

<sup>25</sup> A História de Wenamun (ou Unamón) é um texto egípcio antigo escrito em hierático tardio, que foi encontrado em 1890 em El Hiba, no Egito. Ele narra as aventuras do sacerdote Wenamun, em uma viagem até Biblos, na Fenícia. Em sua trajetória, Wenamun para no porto de Dor, onde é então saqueado (História de Unamon. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/XbRWZOQ>>. Acesso em: 1 fev. 2021).

<sup>26</sup> Um dos povos do mar que teria invadido o Egito durante o reinado de Ramsés III (Sea Peoples. In: Wikipedia, enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/WbRWJPP>>. Acesso em: 25 fev. 2021).

vezes na narrativa bíblica a respeito da conquista de Canaã (GILBOA; SHARON 2008, p. 159-160).

A virada do século XIII AEC testemunhou o colapso de quase todo sistema social e econômico no Mediterrâneo. De forma que, novas redes sociais e identidades se formaram durante a Idade do Ferro. Foi nesse período que a região costeira de Canaã foi invadida pelos chamados “povos do mar.” Foi também quando Dor passou a ser dominada pelos sikil, um desses povos. Descobertas feitas por Garstang levaram a crer que a Tel Dor da Idade do Bronze Tardia foi completamente destruída pelos povos do mar, entretanto, pesquisas recentes não mais corroboram essa ideia (GILBOA; SHARON 2008, p. 151-153). Não há também consenso sobre o fato de os sikil serem ou não fenícios. Ephraim Stern, antigo diretor das escavações em Dor, acreditava que, na verdade, Dor começou sendo uma cidade dos sikil e posteriormente foi dominada pelos fenícios. Já Ayelet Gilboa e Ilan Sharon creem que os fenícios e os sikil eram a mesma população, devido à continuidade cultural encontrada em Dor (GILBOA; SHARON 2008, p. 161).

Dessa forma, não existe consenso a respeito de como se deu a transição de Dor da Idade do Bronze Tardia para a Idade do Ferro I. O que se sabe é que nesse último período, Dor sofreu um aumento em sua extensão – quase todo o *tel*<sup>27</sup> passou a ser ocupado, por cerca de oito hectares –, e assim permaneceria até o início do período romano (GILBOA; SHARON 2008, p. 154). Também é provável que nesse período a população ainda fosse, em sua maioria, fenícia, já que a cidade é tida, inclusive, como um local chave para entender o início da cultura fenícia na Idade do Ferro I, além de prover conhecimento a respeito da chamada “idade das trevas” da Idade do Ferro,<sup>28</sup> não apenas em seu próprio território, mas pelo Mediterrâneo. Isso porque a cidade tem uma profunda e detalhada sequência de estratificação urbana, o que, no caso da Idade do Ferro é crucial, já que a maioria dos sítios encontrados do período são sítios rurais

---

<sup>27</sup> Sítio na forma de um montículo, monte ou colina de terra que tem origem antropogênica.

<sup>28</sup>“A Idade do Ferro I, e especialmente sua primeira parte, é a parte mais obscura da chamada idade das trevas que se abateu sobre o Mediterrâneo após o colapso das civilizações da Idade do Bronze, exemplificado na maioria das regiões pelo esmorecimento (senão pelo desaparecimento em si) de estilos de vida urbanos, pela perda da arte e de outras manifestações de alta civilização, e um agudo declínio de contatos entre regiões. Como alguns locais na Filisteia, Dor é uma das exceções. Ela experimenta uma expansão urbana no começo da Idade do Ferro I e projetos de construção em larga escala – incluindo fortificações e edifícios públicos– continuam durante o período” (GILBOA; SHARON 2008, p. 160).



transitórios e não muito bem estratificados. Além disso, por ser uma cidade portuária, objetos importados feitos de cerâmica eram abundantes – principalmente advindas de Chipre, Filisteia e Egito –, assim como influências externas nos objetos cerâmicos locais, o que permite a correlação desses objetos Dor com os de outras regiões ao redor do Mediterrâneo.

Esses contatos inter-regionais se deram durante a Idade do Ferro Ia e continuaram pela Idade do Ferro Ib (entre cerca de 1133 e 1000 AEC). Houve um aumento no número de objetos cerâmicos importados de Chipre, que pode ser interpretado como um crescimento da população cipriota residente em Dor, já que essa população teria levado seus próprios objetos para a cidade (GILBOA; SHARON 2008, p. 160). A influência de Chipre também se mostrou pelo uso de motivos decorativos em frascos e jarras que eram exportados por Dor. Tais motivos podiam ser produto direto da manufatura cipriota, ou uma tentativa dos produtores locais de reproduzi-los para satisfazer sua clientela, em uma relação de emulação e mimetismo.<sup>29</sup> O contrato entre cipriotas e Dor também pode ser visto fora da cidade, já que em Chipre foram encontrados diversos frascos e jarras originários da costa de Israel. Apesar da influência cipriota, a cultura cananeia local prevaleceu. Na verdade, houve uma fusão das duas culturas e uma interação bidirecional e de longa duração. Como exemplo dessa fusão, podemos citar a decoração de contêineres comerciais, geralmente decorados com o estilo denominado “bicromo fenício”, que continha faixas e padrões geométricos cipriotas (Fig. 3) (GILBOA; SHARON 2008, p. 158). “Não eram apenas bens reais que estavam sendo trocados durante a “idade das trevas”, mas inovações estilísticas de uma costa estavam ecoando na outra” (GILBOA; SHARON 2008, p. 160).

---

<sup>29</sup>A tese de doutorado de Juliana Figueira da Hora, realizada no MAE/USP e intitulada “A Cerâmica de Figuras Negras Tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica”, de 2018, demonstra aspectos de como ateliês de cerâmica locais emulavam a cerâmica importada à luz da atualidade do debate destes conceitos.



Fig. 3: Fragmentos de contêineres decorados com o “bicrômio fenício”, onde os padrões geométricos cipriotas são visíveis. Tel Dor, Idade do Ferro Ib (GILBOA; SHARON 2008, p.160).

O fato de Dor ter preservado uma cultura urbana e mantido contato com outras sociedades marítimas, além de ter preservado o espírito empreendedor no período de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, significou que a cidade estava em uma posição estratégica quando os mercados do Mediterrâneo novamente se abriram após os anos de crise. “Este, então, é o pano de fundo para os grandes empreendimentos comerciais fenícios pelo Mediterrâneo na Idade do Ferro II” (GILBOA; SHARON 2008, p. 160-161).

Durante a Idade do Ferro II, Dor foi mencionada na narrativa bíblica, em 1 Reis 4:11, como sendo a capital de uma das províncias do rei Salomão, governada por seu genro Bem Abinadab. Entretanto, ainda não foram encontrados vestígios arqueológicos que confirmem a ocupação israelita do local.

Já no início do século VIII AEC, Dor, assim como toda a costa Palestina, foi submetida ao domínio assírio. A cidade era de grande importância para o Império Assírio, já que o porto era utilizado para levar suplementos de comida e armas ao seu exército, que tentava conquistar o Egito, além de ser um depósito de abastecimento (MOTTA 2015, p.6). Alguns estudiosos também acreditam que Dor servia como um local administrativo para o império. Graças a análises arqueológicas feitas em objetos de cerâmica e sedimentos encontrados, o papel de Dor no período também ficou mais claro. Muitas jarras comerciais fenícias foram descobertas, a maioria das quais foram produzidas em Tiro, Sidon e outras regiões na Fenícia, enquanto uma minoria foi

produza localmente. Fato que reforça o papel de Dor no comércio marítimo e a permanência de seu caráter fenício (GILBOA; SHARON 2008, p. 167).

Ao final da Idade do Ferro e do domínio assírio, Dor ficou desocupada por um longo tempo, por parte do século VII AEC e por todo VI AEC, até que os persas incorporaram a região ao seu império. Na verdade, durante esse período quem dominava a região eram os babilônios. Porém, não foram encontradas evidências de sua ocupação, ou mesmo destruição, em Dor. Essa falta de evidências pode ser produto da existência de um assentamento pequeno no período babilônico, que utilizava estruturas do período assírio; ou ainda, é possível que os remanescentes babilônios tenham sido completamente suplantados pela construção da cidade persa (NITSCHKE *et al* 2011, p. 133).

Seja como for, durante o período persa a cidade novamente ganhou proeminência, o que pôde ser confirmado pelos muitos remanescentes arquitetônicos encontrados, primordialmente domésticos, mas, também, relativos à indústria e ao comércio. A cidade foi, de fato, praticamente reconstruída nesse período, com ruas ordenadas em uma malha urbana planejada que seguia as curvas do *tel*. Também foram encontrados alguns objetos locais de culto fenícios, com características egípcias - como figuras de terracota da “mulher grávida”, de cavalo-e-cavaleiro e vasos com a representação do deus Bés -, além de objetos estrangeiros, como uma inscrição em língua cipriota feita em osso, e estátuas de terracota e pedra, também cipriotas, reforçando o laço da cidade com Chipre (NITSCHKE *et al* 2011, p. 133-134). Essa variedade cultural, mas ainda com destaque da cultura fenícia, se dava porque, apesar de estar sob o domínio persa, Dor continuou sob administração da cidade fenícia de Sidon.<sup>30</sup> E os persas incentivavam o comércio marítimo fenício, encabeçado pelas cidades costeiras de Tiro e Sidon, como forma de prover uma competição comercial efetiva contra seus inimigos gregos. Essa administração fenícia pode ser notada por uma

---

<sup>30</sup>“A data exata de quando o Levante foi incorporado ao Império Aquemênida ainda é objeto de debate acadêmico, mas depois de os reis aquemênidas da Pérsia terem conquistado a área litorânea da Siro-Palestina, o sátrapa persa usou lideranças locais para administrar áreas pequenas para o governo imperial aquemênida. A área noroeste da Siro-Palestina, que se estendia através do monte Carmelo e da costa de Sharon até Jaffa, era administrada pelas cidades-estados locais de Sidon, Acre e Tiro” (MOTTA 2015, p. 6).

inscrição esculpida no sarcófago do rei sidoniano Eshmun'azar, onde fica claro que o rei da Pérsia cedeu esse e outros territórios ao rei sidoniano<sup>31</sup> (STERN 1995, p.2).

A rivalidade entre persas e gregos pela supremacia do Mediterrâneo Oriental cresceu com o tempo, resultando em uma série de conflitos que tiveram fim em 450 AEC. Como os persas eram, majoritariamente, uma potência terrestre, os fenícios foram de grande ajuda fornecendo barcos nas estratégias contra a Grécia. Entretanto, essa competição não era de todo destrutiva e, durante esse período, o impacto da cultura grega começou a se manifestar na região costeira do Levante, e conseqüentemente em Dor (MOTTA 2015, p.8-9).

O contato dos gregos com povos fora do Egeu é bem documentado nas fontes literárias. Muitos autores gregos enfatizavam o que fazia outros povos serem estrangeiros e diferentes, e mesmo inferiores. Platão, por exemplo, retrata egípcios e fenícios em suas obras como tendo uma visão limitada da vida e como sendo gananciosos.<sup>32</sup> Porém, o estereótipo negativo dos povos orientais coexistia com a emulação das elites orientais pelos gregos. Muitos artefatos do Oriente foram encontrados em sítios gregos – especialmente santuários–, evidenciando o contato cultural entre esses povos. “Na verdade, a relação entre gregos e os “outros” em uma escala Mediterrânea, durante o período de expansões ultramarinas gregas revela uma profunda complexidade de contatos interculturais em todas as cidades ao longo do Mediterrâneo, incluindo Dor” (MOTTA 2015, p. 9).

Apesar de a cidade ter sido influenciada pela cultura grega ainda no período persa e antes da ocupação grega propriamente, foi a partir da conquista Macedônica em meados de 332 AEC que Dor passou a ser uma cidade-estado independente nos moldes da *polis* grega. Mesmo o nome da cidade passou por uma mudança, sendo conhecida por *Doros* ou *Dora*, por conta de Doros, filho de Poseidon, a quem os gregos passaram a creditar a fundação da cidade (MOTTA 2015, p. 9-10). Após a morte de Alexandre, o Grande, Dor foi governada pelos ptolomeus, e sob o governo de Ptolomeu V (205 a 180 AEC) emitiu uma grande quantidade de moedas de prata. A cidade foi transformada em

---

<sup>31</sup> “O Senhor dos Reis nos deu Dor e Joppa, as ricas terras de Dagon que estão na planície de Sharon, como recompensa pelos meus feitos; e nós adicionamos aos limites da terra que pode pertencer aos sidonianos para sempre” (MOTTA 2015, p. 6).

<sup>32</sup> Platão, *As Leis*, V.747 e *República*, IV. 435-6.

uma fortaleza dos ptolomeus, de forma que esteve envolvida nos conflitos entre estes e os selêucidas (PORTO 2007, p. 120).

Estruturalmente, a cidade sofreu mudanças do período persa-fenício ao período helenístico. Josefo descreve a cidade helenística como sendo “uma fortaleza difícil de conquistar” (*Ant.* 13.7.20), descrição que encontrou correspondência nos achados arqueológicos, já que um muro fortificado foi encontrado no lado leste da cidade. Os achados também sugerem que a Dor helenística manteve como principal atividade o comércio marítimo, o que possibilitou que mais cultura material não-local fosse adicionada ao escopo de objetos estrangeiros encontrados nos períodos anteriores, aumentando o leque de interações culturais da cidade. Os estudos sobre os achados helenísticos de Dor têm crescido nos últimos anos, principalmente a respeito de objetos cerâmicos importados. Também foram encontrados no nível helenístico objetos de luxo produzidos em Dor – como uma joia cornalina estampando Alexandre, um anel portando a face de Apolo, um mosaico com temas dionisíacos, entre outros. Esses achados apesar de não atestarem a presença de gregos na cidade, indicam a participação de Dor na constituição da cultura helenística e sua própria prosperidade (NITSCHKE *et al* 2011, p. 143-146).

Mas, mesmo com a grande quantidade de cultura material grega, há também evidência da continuidade material do período persa. Isso porque, técnicas construtivas fenícias, que utilizavam alvenaria de silhar, continuaram sendo empregadas, principalmente em edifícios privados, demonstrando a persistência do caráter fenício da população. Também houve a continuidade da indústria de tingimento têxtil fenícia. E, mesmo com a população cada vez mais helenizada, a língua local fenícia persistiu, e por certo tempo Dor foi uma cidade bilíngue. “Esses aspectos da cultura tradicional fenícia que persistiu pelo período helenístico e mesmo pelos tempos romanos revelam a verdadeira natureza da sociedade fenícia de Dor” (MOTTA 2015, p.12).

O domínio selêucida da região, brevemente estabelecido após o governo ptolomaico, chegou ao fim com a ascensão da dinastia hasmoneia, que conquistou a cidade em 104 AEC, inserindo-a em seu reino e retirando sua autonomia. Pouco se sabe, porém, sobre a população judaica que habitou Dor durante os quarenta anos do governo hasmoneu no local, já que não foi escavada muita cultura material desse povo. Mas, pode-se presumir que muitos judeus se mudaram para Dor, se levarmos em conta a afirmação de Josefo de que a conquista da região por Pompeu, em 63 AEC, “privou os

judeus das cidades que eles haviam conquistado” (*War* 1.7.7), dentre as quais se encontrava Dor (MOTTA 2015, p.12).

Com a conquista da Síria<sup>33</sup> por Pompeu e o conseqüente desmantelamento do reino hasmoneu, Dor teve sua autonomia garantida novamente e, até pelo menos o final do primeiro século AEC, respondia diretamente ao governador romano da Síria – a cidade nunca fez parte do reino herodiano. Também foi garantido a Dor o direito de cunhar suas próprias moedas. Culturalmente, a cidade continuou caracteristicamente helenística, com a população sendo majoritariamente greco-fenícia, e judaica, em menor número. O comércio marítimo permaneceu ativo durante o período romano.

Apesar do Levante ser muito bem documentado textualmente durante o Alto Império, existem poucas fontes escritas que fazem menção diretamente a Dor. O geógrafo Estrabão (começo do I EC) não menciona Dor em sua crônica sobre as cidades costeiras da Palestina. Plínio, o Velho (I EC) fala de Dor como uma cidade abandonada. Já Josefo menciona tensões que ocorreram entre judeus e a população não judaica de Dor durante o reinado de Agripa I, e caracteriza a cidade como um local usado pelo exército romano para manter prisioneiros durante a Primeira Revolta Judaica. No segundo século, Dor é mencionada apenas como passagem pelos geógrafos Pausânias e Claudio Ptolomeu. Eusébio, no início do IV EC, descreve Dor como estando em ruínas (NITSCHKE *et al* 2011, p. 146-147).

Levando em conta esses registros escritos e a crescente importância de Cesareia Marítima – cidade portuária vizinha –, não seria difícil constatar a decadência de Dor no período romano. Entretanto, evidências numismáticas e arqueológicas têm demonstrado que na verdade Dor prosperou do período helenístico até o século III EC. A cunhagem de moedas, estabelecida logo após a tomada de Pompeu, continuou até, pelo menos, o reinado de Caracala (198-217 EC) (PORTO 2007, p. 120). Durante esse período, o atracadouro principal de Dor (possivelmente a baía norte) era consideravelmente ativo, possibilitando a circulação de muitas pessoas e riquezas, além de ser um dos mais importantes da região. Sua importância pode ser muito bem observada nas moedas da cidade, que exibiam diversos símbolos marítimos.

Além disso, foi durante o período imperial que a cidade atingiu o ápice de sua expansão, com características urbanas comuns às cidades do leste romano – como ruas

---

<sup>33</sup> Inicialmente, Tel Dor fazia parte da província da Síria. A região só passou a ser denominada Palestina (ou Judeia-Palestina) durante o governo de Adriano.

pavimentadas, piazzas, uma basílica, um teatro, um banho, aquedutos, casas decoradas com afrescos e mosaicos e templos monumentais dedicados aos deuses da cidade. Essas construções, entretanto, não foram erigidas ao mesmo tempo. Em finais do século I AEC, por exemplo, acredita-se que a malha urbana da cidade tenha dado continuidade às dos períodos persa e helenístico. Característica que mudou conforme se dava a expansão mencionada. Em relação aos métodos construtivos, no início do período romano ainda eram utilizados os métodos fenícios que prevaleceram pelo período helenístico, mas, eventualmente foram substituídos. Escavações pelo *tel* têm demonstrado que a modificação do espaço urbano era um processo que vinha acontecendo desde o final do período helenístico até o fim da ocupação do *tel*, com a função urbana de diferentes espaços por vezes mudando drasticamente (NITSCHKE *et al* 2011, p. 147).

Há uma diminuição no número de achados no *tel* a partir do século III EC, apesar de não existir nenhuma indicação do declínio da cidade no período. As últimas moedas cunhadas em Dor datam de 211/212 EC. Entretanto, não há vestígios de conflitos e destruição que justifiquem o abandono da cidade. E a completa obliteração por Cesareia Marítima não fornece explicação suficiente, uma vez que essa cidade já existia por dois séculos antes do aparente abandono de Dor. Também foi notado que apenas o *tel* foi abandonado, as porções leste e sudeste da cidade continuaram sendo ocupadas. Nessa área, inclusive, foram encontrados remanescentes de uma grande basílica cristã do período bizantino, construída, provavelmente, no meio do século IV EC. E, objetos encontrados nessa basílica mostraram que Dor era um centro de romaria, durante o século VII EC, para pessoas que vinham da Síria e do Egito (MOTTA 2015, p. 16).

### **2.1.1. Histórico de escavações**

Antes de se tornar sítio arqueológico propriamente, Tel Dor foi mencionada em diversos escritos de viajantes do século XVI ao XIX. Esses viajantes descreveram não

apenas a cidade de Tanturah e as ruínas do antigo sítio de Dor/Dora, mas também vários aspectos do interior rural, alguns dos quais não mais existem (por exemplo, cavernas usadas para armazenamento de forragem, poços, aparelhos de irrigação, estradas, cemitérios, entre outros). Durante o século XIX, Dor foi visitada principalmente por acadêmicos e exploradores. O primeiro mapeamento preciso da área foi feito na década de 1870, por C.F. Tyrwhitt-Drake e C.R. Conder, e as antiguidades da região também foram descritas por Von Mulinen, em 1908. Por fim, em 1915, G. Dahl escreveu uma história de Dor (GIBSON *et al* 1999, p. 72).

Mas, foi apenas em 1924 que escavações arqueológicas tiveram início no local, por meio da *British School of Archaeology in Jerusalem*, liderada por John Garstang (Fig. 4). Nessas primeiras expedições, Garstang escavou um grande templo – que ele acreditou ser helenístico – no lado oeste do *tel*, além de ter cavado duas trincheiras profundas dos lados norte e sul. Infelizmente, as únicas publicações resultantes de tais operações foram dois pequenos artigos, não provendo muitas informações a respeito das primeiras escavações em Dor (GILBOA; SHARON 2008, p. 146). Entretanto, algumas considerações feitas por Garstang e sua equipe foram relevantes para expedições futuras, como, por exemplo, a descoberta de que o primeiro assentamento estabelecido em Dor datava da Idade do Bronze Tardia, tendo sido destruído no século XIII AEC. Além de que, a ocupação seguinte dataria da Idade do Ferro I. Porém, devido às poucas escavações realizadas nesses estratos, poucos remanescentes arquitetônicos desses períodos vieram à tona. A maioria das construções descobertas datava dos períodos helenístico e romano (STERN 1995, p.4-5).

Já entre as décadas de 1950 e 1980, Já'acov Leibowitz – em nome do *Israel Department of Antiquities* - e Claudine Dauphin (Fig. 4) conduziram escavações fora do *tel* principal, especialmente no teatro romano ao norte e na igreja bizantina ao leste. Porém, a maior escavação realizada em Dor teve início em 1980, sob liderança de Ephraim Stern (Fig. 4), da Universidade Hebraica. Apenas nas dez primeiras temporadas foram escavadas sete áreas diferentes (A a G) no *tel* e os achados nos estratos romanos incluíram uma série de construções – um aqueduto, quartéis gerais das legiões e uma estrada que passava por Cesareia e pela Galileia, por exemplo - feitas durante a Segunda Revolta Judaica e no período em que algumas legiões ficaram estacionadas na cidade. Também foi concluído que a Tel Dor romana teve sua construção iniciada por volta de 60 AEC, por Gabínio, mas sua maior parte foi construída no período herodiano. Entretanto, muitos remanescentes foram danificados



ou retirados do extrato romano, por conta de sua proximidade com a superfície (STERN 1995, p. 11; 48). Nas temporadas subsequentes também foi demonstrado que o templo supostamente helenístico descoberto por Garstang, em 1924, era na verdade um complexo romano.

O projeto de Stern teve fim em 2000, mas outra campanha se iniciou em 2003, com veteranos da campanha anterior, mas dessa vez com a direção de Ilan Sharon e Ayelet Gilboa (GILBOA; SHARON 2008, p. 146) (Fig. 4). A nova campanha, denominada *The Renewed Tel Dor Project*, possui particular interesse em questões envolvendo e contatos culturais, considerando a análise de dados culturais do período persa ao romano, suas continuidades e rupturas (NITSCHKE *et al* 2011, p.132). É empreendida pelo Instituto de Arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém e o Instituto Zinman de Arqueologia da Universidade de Haifa, com a colaboração do Instituto de Ciência de Weizmann, da Universidade da Califórnia em Berkeley e da Universidade de Washington em Seattle.

Além disso, a campanha também visa contribuir para o debate a respeito da cronologia da Idade do Ferro em Israel, já que Dor possui uma sequência ininterrupta de ocupação urbana no decorrer da Idade do Ferro I e II. Também é investigada a expansão fenícia para oeste, com foco no papel do comércio fenício e sua interação com o Mediterrâneo Ocidental, e o papel dos portos Mediterrânicos nas estruturas políticas e econômicas dos grandes impérios orientais da Assíria e Pérsia. Por fim, os estratos do período persa ao período romano são usados como base para estudar os contatos dos povos gregos e romanos com Dor e o leste (MOTTA 2015, p. 19).<sup>34</sup>

Entretanto, apesar das escavações ocorridas em Dor, o estrato romano da cidade foi bem pouco explorado. Pensando nisso, o Prof. Dr. Vagner C. Porto, professor no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e um dos coordenadores do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP), desenvolveu um projeto intitulado “*Contatos Culturais na Judaea-Palaestina de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel*” (proc. 2020/16698-0), aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e que está a explorar aspectos ligados às interações culturais dos habitantes de Dor com outros povos a partir da evidência numismática e da urbanização da cidade.

---

<sup>34</sup> Para mais informações a respeito do “Tel Dor Excavation Project” acessar: <<http://dor.huji.ac.il/index.html>>

Há também o projeto “*Desvelando Tel Dor: Arqueologia e Numismática, Estrutura Urbana e Paisagem Social de Época Romana*” (proc. 307954/2020-0), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e igualmente encabeçado pelo Prof. Dr. Vagner Porto no Brasil. Tais projetos permitirão a exploração mais aprofundada do extrato romano de Tel Dor, de modo a poder ajudar a evidenciar e esclarecer os elementos que constituíram a cidade, material e culturalmente, durante o período em questão.

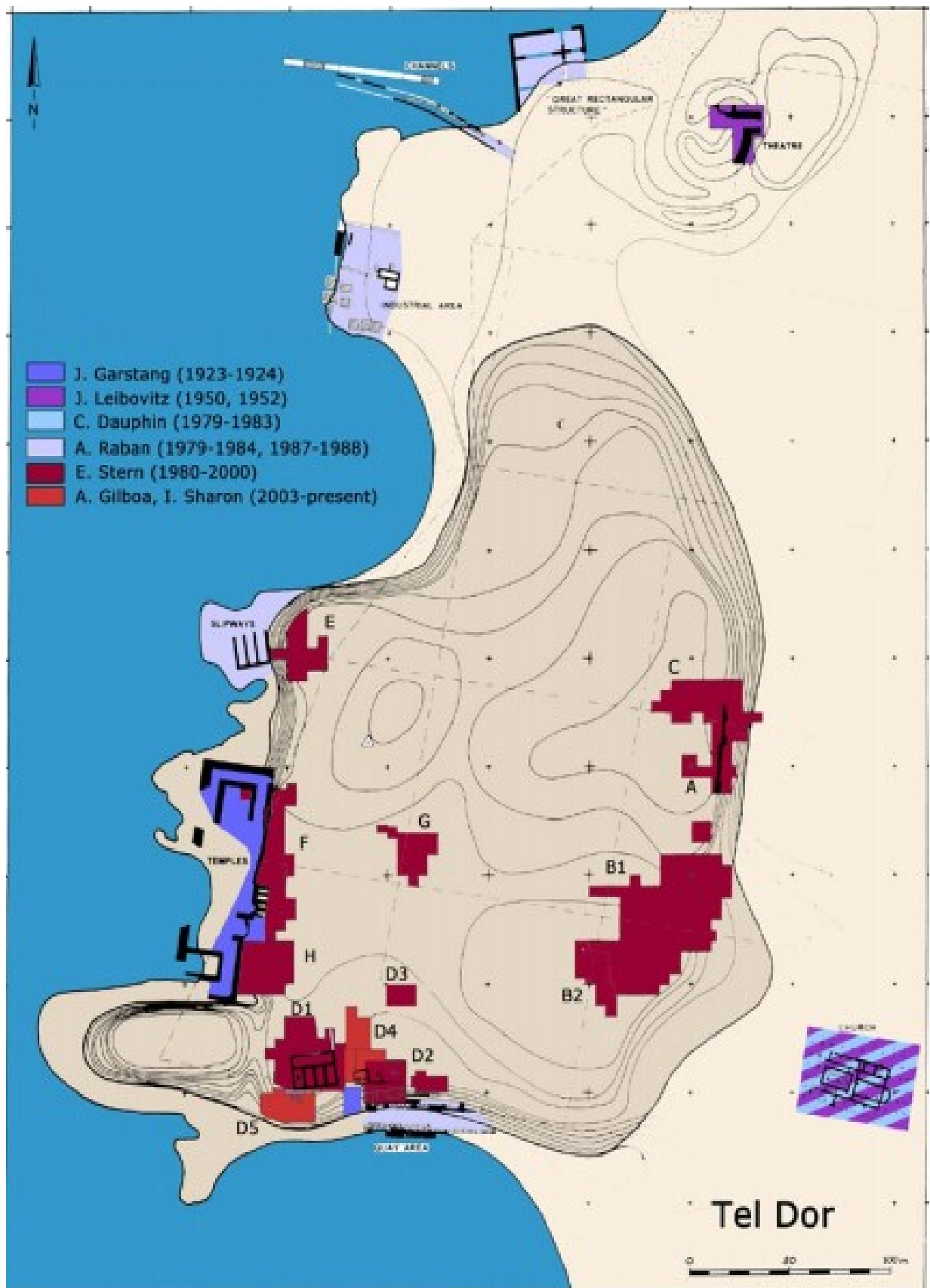


Fig. 4: Áreas exploradas em Tel Dor durante as distintas escavações. Créditos: Svetlana Matskevich (MOTTA 2015, p. 18).

### 2.1.2. Áreas portuárias e escavações subaquáticas

Quanto às escavações das áreas portuárias de Tel Dor, o trabalho que Avner Raban (Fig. 4), da Universidade de Haifa, tem realizado na baía sul da cidade é referência nos estudos sobre portos no leste do Mediterrâneo. Raban e outros pesquisadores reconhecem que existem três estágios no desenvolvimento de portos: os proto-portos da Idade do Bronze, baseados em formações naturais com o mínimo de intervenção humana; portos da Idade do Ferro, semi-artificiais; e portos artificiais do período clássico ao bizantino. E, as estruturas costeiras feitas de blocos de silhar encontradas em Dor fizeram com que Raban as associasse com construções da Idade do Ferro (BLACKMAN; BAIKA 2016, p. 4).

Na temporada de escavação de 2016, houve um maior entendimento da costa e das estruturas submersas de Dor, e sua relação com a atividade marítima na baía, por conta da descoberta de novas estruturas que estavam submersas: enormes estruturas litorâneas da Idade do Ferro; estruturas de silhar da Idade do Ferro ou Bronze; um possível dique; e depósitos submersos de cerâmica da Idade do Bronze e Neolítico tardio (BLACKMAN; BAIKA 2016, p. 4).

Um estudo intensivo sobre os portos de Dor também foi realizado pelo *Dor Maritime Archaeology Project*, que em seus primeiros quinze anos de explorações subaquáticas coletou evidências suficientes – principalmente do período bizantino – para que a ideia de que Dor sucumbiu perante o crescimento de Cesareia Marítima fosse reavaliada. A cidade, pelo contrário, teria continuado com seu porto em funcionamento, por conta de sua vantagem geográfica, entre outros motivos. Além disso, cada porto – de Cesareia e Dor – teria uma “clientela” específica, de forma que não eram simplesmente duas forças competindo pela mesma região de comércio (RAVEH; KINGSLEY 1991, p. 199-200; 205-206).

Há também as escavações realizadas pelo *Center for Nautical and Regional Archaeology, Dora* do *Israel Department of Antiquities and Museums*, desde 1976. Em seus doze primeiros anos de explorações, essa iniciativa esclareceu que Dor provavelmente possuía um porto duplo, ou dois portos, já que fazia uso tanto da lagoa ao sul quanto da baía ao norte como ancoradouro (Fig. 5) (WACHSMANN; RAVEH 1984, p. 224).

Já Stern nos informa que Dor na verdade possuía três portos, ou ancoradouros. Um ao sul, que se localizava no que hoje é a Lagoa Tantura e o Ancoradouro Sul; um ao

norte, cuja existência foi confirmada por estudos subaquáticos recentes; e um porto central, menor e arredondado (Fig. 5). Geralmente, as cidades costeiras ao leste do Mediterrâneo possuíam dois portos apenas, ao norte e ao sul, mas, Tel Dor possuía um terceiro e central, que não apenas servia como ancoradouro, mas era utilizado para a construção e lançamento de barcos (STERN 1995, p.7; 10-11).

Por fim, também vale a menção do *The Tel Dor Maritime Interface Project*, encabeçado por Assaf Yasur-Landau, da Universidade de Haifa, e iniciado por volta de 2018. O objetivo do projeto é reconstruir o uso diacrônico da interface marítima de Tel Dor, da Idade do Bronze até o fim da Idade do Ferro, por meio da análise dos locais de ancoragem dos barcos até os locais de descarregamento de bens e pessoas, ou seja, os locais essenciais para a conectividade marítima. Com isso, o projeto pretende reexaminar a teoria predominante sobre o desenvolvimento dos portos no Mediterrâneo Oriental nas idades do Bronze e do Ferro, além de avaliar estratégias adaptativas no uso de baías em Dor, quando do surgimento de novas oportunidades e de mudanças ambientais.<sup>35</sup>

Seja como for, as explorações subaquáticas em Dor trouxeram à luz uma série de achados – como objetos cerâmicos locais e importados, cascos de naufrágios, âncoras, armas, entre outros – que atestam o envolvimento e conectividade marítimos da área (SHALEV *et al* 2019, p. 205). “A rica evidência dos contatos marítimos é reflexo da prosperidade da cidade durante os tempos helenístico e romano, quando ela alcançou sua maior extensão e mostrou sua influência por meio de muitos recursos urbanos” (SHALEV *et al* 2019, p. 205). Entretanto, apesar da baía norte de Dor conter diversos remanescentes de estruturas públicas – um teatro romano, e uma estrutura retangular de 37 x 35m que provavelmente servia como armazém, segundo Raban –, nenhuma ainda foi sistematicamente escavada (SHALEV *et al* 2019, p. 209).

---

<sup>35</sup> Informações fornecidas por Assaf Yasur-Landau em: <<https://www.researchgate.net/project/The-Tel-Dor-Maritime-Interface-Project>>.



Fig. 5: Vista área das baías de Tel Dor: (1) Lagoa de Tantara; (2) a baía sul; (3) a baía do amor, ou baía central; (4) a baía norte com algumas áreas exploradas (SHALEV *et al* 2019, p. 208).

## 2.2. Cesareia Marítima: a cidade ideal de Herodes Magno

Antes de se tornar a cidade cartão-postal do reino de Herodes Magno, Cesareia Marítima era conhecida como Torre de Estratão. Ou melhor, foi construída no sítio dessa antiga cidade. A fundação de Torre de Estratão ainda não foi totalmente esclarecida pelas fontes materiais ou literárias. O que se sabe é que o local foi primeiramente mencionado em um papiro dos arquivos de Zenon, que descrevia sua visita à região em 259 AEC. Torre de Estratão é então descrita como tendo um ancoradouro. Já outra fonte, do século I AEC, estabelece Torre de Estratão como um assentamento próximo a Tel Dor (FOERSTER 1975, p. 9). Uma taça da antiguidade tardia, exposta no Museu do Louvre, atribui a fundação de Torre de Estratão a um grego de nome Estratão. Essa ideia é repetida na *Novellae* de Justiniano. Mas, outros personagens também foram relacionados à fundação da cidade: Estratão, general ptolomaida do século III AEC e o rei sidoniano Adb Astarte, conhecido na literatura grega como Estratão. Nesse último caso, a fundação da cidade estaria inserida no processo de ocupação fenícia da região, sob o controle do império persa. Entretanto, há debate sobre esse rei ser Estratão I (365-352 AEC) ou Estratão II (343-332 AEC). Mas, conforme já relatado, a primeira menção à cidade foi feita em 259 AEC, de forma que não há evidências concretas sobre sua existência antes do século III AEC (ARAV 1989, p.144).

Seja como for, o assentamento teve uma fase sidoniana durante o período persa,<sup>36</sup> como o restante da costa Palestina, que foi rapidamente influenciada pela cultura helenística, já que se tornou um local ativo no comércio com o mundo grego. O período posterior é consideravelmente menos obscuro. Sabe-se que a cidade exercia função militar e econômica durante o período ptolomaico, possuindo terreno fértil para a agricultura e as vantagens do ancoradouro, que favoreceram as condições de seu desenvolvimento. Entre o final do século III e início do século II AEC, os selêucidas dominaram a região. Mas o Império Selêucida, já enfraquecido, perdeu o domínio desse e de outros assentamentos para os hasmoneus e sua política anti-helenística. Após isso, a cidade se deteriorou e seu porto ficou em ruínas, principalmente após o terremoto ali

---

<sup>36</sup> Depois que os reis aquemênidas da Pérsia conquistaram a costa da Sírio-Palestina, eles usaram os governantes locais para administrar as pequenas áreas para o governo imperial aquemênida. Assim, a parte noroeste da Síria-Palestina ficou sob a administração das cidades-estado locais Sidon, Acre e Tiro (MOTTA 2015, p. 6), a exemplo do que se sucedeu em Tel Dor.

ocorrido em 31 AEC. Mesmo a dominação por Pompeu, em 63 AEC, não gerou muitas mudanças na cidade, que só viria a ser restabelecida por Herodes, entre 13 e 9 AEC, quando da construção de Cesareia Marítima no mesmo sítio (ARAV 1989, p. 147).

A trajetória de Herodes Magno antes da construção de Cesareia Marítima foi muito pautada no estabelecimento e fortalecimento de seu reinado. Isso porque Herodes era de família idumeia<sup>37</sup> e a grande maioria dos judeus não via legitimidade no seu governo, que sucedeu a dinastia hasmoneia. Sua família estava há gerações a serviço dos governantes da Judeia, e seu pai, Antípatro, era um apoiador da expansão romana – chegando a receber cidadania romana, que se estendeu a Herodes –, de forma que foi sob a égide dos romanos que Herodes se tornou rei da Judeia, em 37 AEC, primeiro com o apoio de Marco Antônio e depois com o apoio de Augusto, após a batalha do Áccio (ROLLER 1998, p. 1-2).

Uma das principais características do reinado de Herodes era o seu extenso programa construtivo, que estava intrínseco em sua política interna e externa. Ele almejava fortalecer seu governo impopular entre os judeus e alavancar a economia de seu reino, sem precisar depender de cidades que não o favoreciam, além disso, ele também desejava promover as ambições políticas e culturais dos romanos no Oriente, já que ele se via mesmo como uma extensão de Roma (FRITSCH *et al* 1975, p. 11). Dessa forma, Herodes utilizava as construções tanto para aplacar o desagrado dos judeus, quanto para agradar aos romanos, que asseguravam sua permanência no trono. No que pode ser considerada a primeira fase de seu programa construtivo, Herodes deu maior ênfase à reconstrução de edifícios hasmoneus, principalmente fortalezas.<sup>38</sup> Já na segunda fase, foram construídos estruturas e palácios grandiosos, que buscavam mostrar a magnanimidade de Herodes (RICHARDSON; FISHER 2018, p. 242-243). Porém,

---

<sup>37</sup> “Herodes era filho de Antípatro, da Idumeia, e Cipro, da Nabateia. Sua família havia servido aos governantes da Judeia por gerações, sendo que seu avó, Antipas, e seu pai haviam sido governadores da Idumeia. Sua mãe era filha do rei Aretas III, e seu casamento com o pai de Herodes fortaleceu a aliança entre Idumeia e Nabateia, que foi a base do desenvolvimento do poder de Herodes posteriormente (Roller, 1998). Seu reinado era contestado pelos judeus, já que Herodes era tido como idumeu, e a Idumeia só havia aderido ao judaísmo porque fora obrigada por João Hircano, quando o mesmo conquistou o território no século II A.E.C” (OLIVEIRA 2019, p. 143).

<sup>38</sup> Para mais informações sobre as fortalezas herodianas ver: OLIVEIRA, G. R. M. Fortes Herodianas: reflexos de práticas políticas na Paisagem. R. Museu Arq. Etn., 33:139-150, 2019.



estruturas individuais não eram suficientes, Herodes idealizava a construção de toda uma cidade que pudesse deixar claro, e relegar para a posteridade, todo o seu poderio.

Cesareia Marítima era essa cidade. Bem planejada, nos moldes do sistema ortogonal romano (Figs. 6 e 7), ela foi fundada como uma cidade marítima, para servir às necessidades econômicas e políticas do reino de Herodes e atuar como capital administrativa (PATRICH 2011, p. 5). Além das motivações já destacadas anteriormente, ao construir uma cidade portuária, Herodes buscava fortalecer a identidade de seu reino (ROLLER 1998, p. 134), além de suprir sua necessidade de um porto próprio. Cesareia Marítima também era uma tentativa de Herodes de estabelecer uma ligação mais profunda com os romanos, o que fica claro já pelo próprio nome da cidade, que é uma homenagem a Augusto (FOERSTER 1975, p. 11).

Josefo (*War* 1.408-414; *Ant.* 15.331-341) faz uma descrição minuciosa de Cesareia Marítima e de seu porto. Dentre os edifícios por ele mencionados, e cuja existência foi provada materialmente, se destacam: a muralha que circundava a cidade; um possível anfiteatro – há controvérsias se na verdade se trata de um hipódromo –, construído com *kurkar* e com capacidade para 10.000 espectadores; um teatro, com capacidade para 4.000 espectadores, que foi uma das primeiras estruturas a serem escavadas na cidade; o palácio de Herodes, construído em um promontório perto da costa; e algumas construções relacionadas ao porto, como um cais em sua porção norte, flanqueado por um grande armazém (RICHARDSON; FISHER 2018, p. 267-271).

Além desses edifícios, Herodes ordenou a construção de um templo para Roma e Augusto no ponto mais alto, que tinha vistas para a costa e até divergia do plano ortogonal da cidade, para que ficasse no mesmo eixo do porto. “Assim, aqueles que vinham a Cesareia, e ao reino de Herodes, viam o templo, dedicado ao império e ao imperador, antes de verem qualquer outra coisa” (RICHARDSON; FISHER 2018, p. 268). O templo era uma demonstração de suas conexões favorecidas com Roma, e sua construção também pode ser vista como um desafio aos judeus que não viam legitimidade em seu reinado (HOHLFELDER 2003, p. 25).

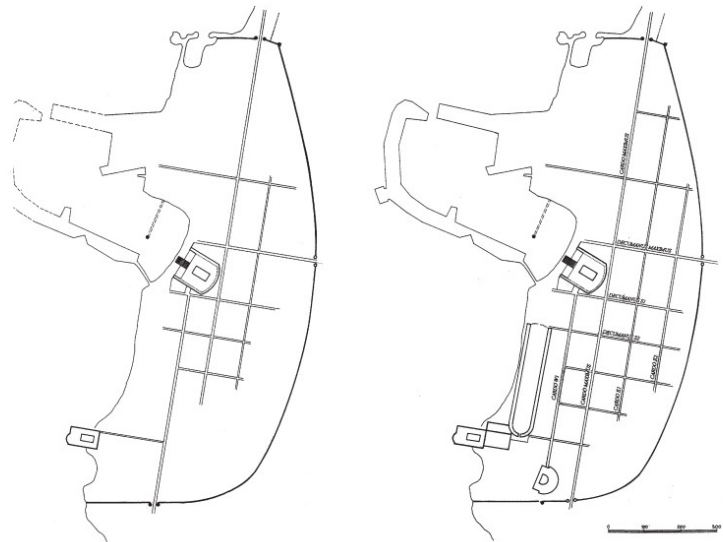


Fig.6: Estimativa de como seria Cesareia Marítima na primeira fase de sua construção (esquerda), e ao final do reinado de Herodes (direita) (NETZER 2007, p. 78).

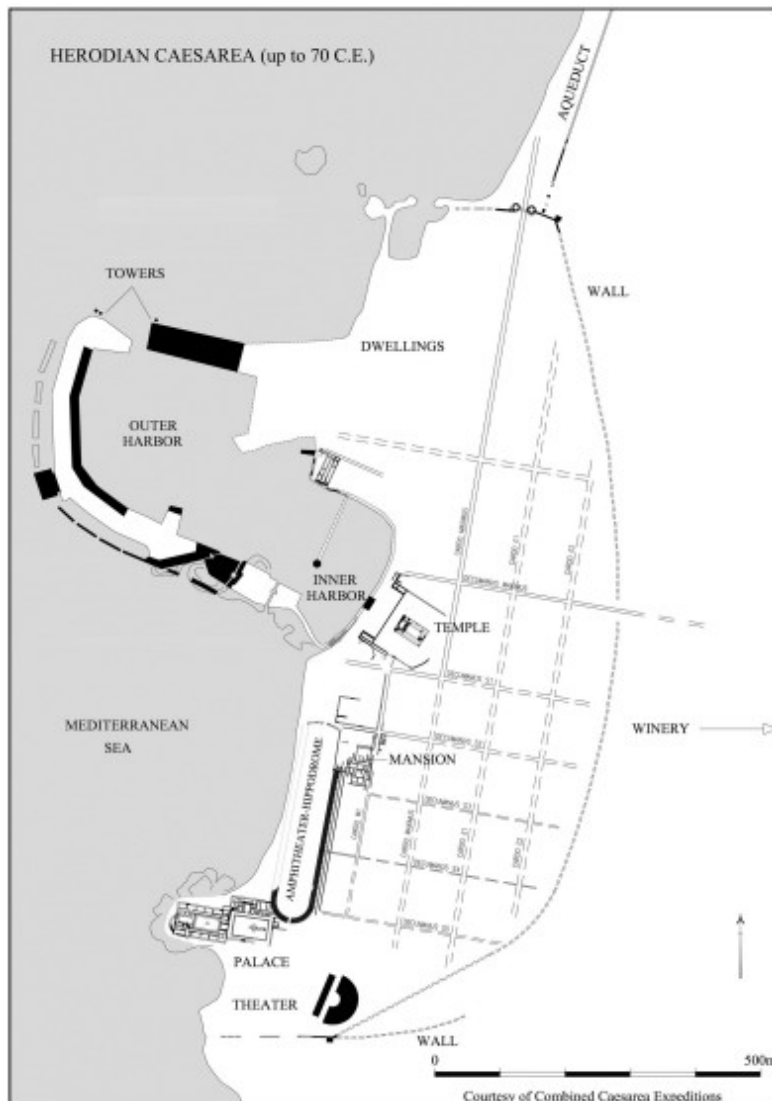


Fig. 7: Mapa da Cesareia herodiana. Fonte: Anna Iamim, *Combined Caesarea Expedition* (HOLLUM 2014, p. 184).

Porém, o verdadeiro destaque da cidade era seu colossal porto, Sebastos – grego para Augusto. Josefo o descreve como sendo o maior porto do mundo romano – e maior até mesmo que o porto de Pireu, em Atenas –, tendo sido construído com a tecnologia mais avançada disponível na época (*War* 1.408-16; *Ant.* 15.331-41),<sup>39</sup> conforme demonstramos no capítulo anterior. Foi graças ao seu tamanho que Cesareia Marítima se tornou um grande empório internacional no Mediterrâneo oriental (HOHLFELDER *et al* 1983, p. 133). Sebastos possuía dois imensos quebra-mares, sendo que o quebra-mar sul começava em um promontório natural e se estendia para oeste e noroeste, de modo a criar uma entrada para o porto. Havia também um molhe que marcava a separação de Sebastos em um grande porto externo e um porto interno menor (ROLLER 1998, p. 137).

A base de toda essa estrutura era o que os romanos denominaram concreto hidráulico, que utilizava a pozzolana em sua composição. Essa tecnologia possibilitava que os romanos construíssem portos artificiais em qualquer local,<sup>40</sup> sem que dependessem das características naturais, gerando uma certa “emancipação do determinismo geográfico” (RICKMAN 2008, p. 14). Herodes não apenas importou a tecnologia do concreto hidráulico para a construção de seu porto, como também a pozzolana, que se encontrava a cerca de 2000 km de seu reino (ROLLER 1998, p. 138).

Entretanto, Sebastos não era apenas a representação da “tecnologia de ponta” da época, era também uma demonstração de que a construção de portos artificiais – monumentais ou não - dependia de decisões e interesses políticos. Desde o templo para Roma e Augusto até o próprio nome do porto, tudo era em honra ao imperador (RICKMAN 2008, p. 15). Com isso, Herodes tentava ganhar o máximo possível de vantagens políticas e econômicas. “Ele via em Sebastos (e em Cesareia) sua única oportunidade de solidificar seus laços com Roma e anunciar seu próprio status para um mundo onde a estabilidade geopolítica ainda estava sendo definida” (HOHLFELDER

---

<sup>39</sup> "Nós temos a sorte de ter uma descrição detalhada da cidade e do porto nos escritos do historiador Josefo. Ainda que ele não tenha nascido antes de cerca de 37 EC e então não tenha sido testemunha da construção da Cesareia e de Sebastos, seus textos nos oferecem uma imagem vívida e completa das principais características de ambas (*War*, 1.408-414; *Ant.*, 15.331-341). Ele registra uma série de estruturas municipais e civis comuns a grandes cidades romanas e a capitais de províncias. A seção mais importante de sua descrição, porém, é a construção de Sebastos, que ele chama de o mais impressionante elemento arquitetônico da nova cidade" (HOHLFELDER *et al.* 1983, p. 133).

<sup>40</sup> Ver: CAPÍTULO UM, subtítulo “4.2. Portos romanos em contexto”.

2003, p.19). Sebastos era também uma forma de Herodes se conectar ao Mediterrâneo, além de ser sua ponte com Roma (HOHLFELDER 2003, p. 21). Mas, mais do que isso, também havia o fato de que um porto internacional abriria as portas do reino de Herodes para um mundo mais amplo, como de fato ocorreu, por isso também a necessidade de sua monumentalidade – para reiterar àqueles que chegavam a grandeza de Herodes e de seu reino (BURRELL 2009, p. 220).

Porém, a construção de Sebastos não atendia apenas aos interesses de Herodes. Roma também foi demasiadamente contemplada. Sebastos seria útil para preservar a hegemonia romana no Mediterrâneo Oriental; seria um valioso atracadouro para as embarcações de grãos que iam de Roma até Alexandria, e vice versa; facilitaria a exportação de bens “exóticos” da Judeia; e, principalmente, seria parte da rede de trocas que era crucial para a política augustana (VOTRUBA 2007, p. 328). Porém, um porto mais simples também seria capaz de cumprir esses objetivos.

A aliança entre Roma e a dinastia herodiana, e, mais especificamente, com Cesareia Marítima e seu porto, também pode ser observada em evidências numismáticas. As moedas exemplificadas, do governo de Agripa I,<sup>41</sup> neto de Herodes Magno e perpetuador de sua política clientelista com Roma, retratam Agripa I coroando o imperador Cláudio e duas mãos se cumprimentando entre os dizeres “aliança entre o rei Agripa e César Augusto, o Senado e o povo de Roma, fraternidade e ajuda mútua” (Fig. 8).

---

<sup>41</sup> “Importante ressaltar que Agripa I não apenas tinha boas relações com os romanos, mas era mesmo favorecido por Roma. Ele havia passado grande parte de sua juventude em Roma, na corte do imperador Tibério, onde desenvolveu uma sólida amizade com Calígula, de quem recebeu os territórios de seus tios Filipe, em 37 d.C., e Herodes Antipas, em 39 d.C. A região da Judeia propriamente só passou a fazer parte dos seus domínios em 41 d.C., já no governo do imperador Cláudio, também seu amigo de longa data” (OLIVEIRA 2021).



Fig. 8: Agripa I e seu irmão Herodes de Cálcis coroando o imperador Cláudio (anverso) e duas mãos cumprimentando-se (reverso), Cesareia Marítima, 37-43 EC (AJC 8; BROMBERG II 353; RPC 4983; MESHORER TJC 121).

Após a morte de Herodes, em 4 AEC, e o posterior fim do governo herodiano – em 44 EC, com a morte de Herodes Agripa I –, a Judeia passou a ser governada diretamente por Roma, por meio de procuradores, e Cesareia Marítima se tornou então a capital oficial da província Palestina, o que se consolidou efetivamente com a destruição de Jerusalém, em 70 EC. Foi em Cesareia que ocorreu a proclamação de Vespasiano como imperador, em 69 EC, e onde, com o crescimento da comunidade cristã, também se localizavam os bispos metropolitanos da Palestina, dentre eles Eusébio de Cesareia, tido como o primeiro historiador da igreja (HOLUM 2014, p. 183; 185).

Ao final do período romano e durante o período bizantino, a extensão da cidade aumentou, refletindo seu crescimento populacional (PATRICH 2011, p.79). Apesar disso, o porto de Sebastos foi sendo cada vez mais negligenciado, uma vez que os romanos necessitavam apenas de um ancoradouro seguro, de forma que não viam necessidade prática em sustentar a monumentalidade de todas as estruturas construídas por Herodes (HOHLFELDER 2003, p. 28). Ao final do século II EC, o porto já estava significativamente deteriorado – apesar de todo o investimento tecnológico realizado em sua construção –, o que se deveu, além da ação humana, a um terremoto – ocorrido por volta de 130 EC (GOODMAN-TCHERNOV *et al* 2015, p. 445). Apenas a Baía Sul e o ancoradouro meridional continuaram em uso durante o período bizantino, já a Baía Norte passou a ser usada como paredão de concreto (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 80). Depois da conquista islâmica, em 639 EC, a cidade foi governada pelos muçulmanos por mais de quatro séculos e meio, sendo tomada em 1101 pelo rei cruzado

Balduíno I, e finalmente destruída pelo sultão Mailik al-Ashraf, em 1291 (HOLUM 2014, p. 182).

Por fim, podemos dizer que Cesareia Marítima, pelo viés terrestre, era voltada para o reino de Herodes e para os territórios que o circundavam. Era o eixo terrestre de uma rede de transportes por meio de onde mercadorias, ideias, exércitos e influências políticas podiam fluir. Sebastos, por outro lado, era um canal com o mar para Cesareia Marítima e para os interesses regionais do rei, e, ao mesmo tempo, servia como um portal por meio do qual o mundo romano entrava no reino de Herodes (HOHLFELDER 2003, p. 21).<sup>42</sup>

### 2.2.1. Histórico de escavações

“O histórico de escavação em Cesareia Marítima é quase tão complexo quanto a arqueologia e história do sítio em si”, nos informa Jodi Magness (MAGNESS 1997, p. 109). Mas, podemos dizer que ele teve início ainda nos séculos XVIII e XIX, quando R. Pococke e V. Guérin publicaram uma descrição do sítio. Em 1873, C.R. Conder e H. H. Kitchener mapearam e descreveram a cidade, e notaram construções como aquedutos, muros, fortificações medievais, etc. (STERN 1993, p. 271). Porém, foi apenas na primeira metade do século XX que tiveram início verdadeiras escavações na cidade.

Um dos primeiros projetos realizados na região partiu do *Department of Antiquities of Israel*, em 1951, que logo identificou que os remanescentes da superfície da cidade eram demasiadamente escassos, devido ao furto de pedras, além de identificar o estrato árabe e bizantino (YEIVIN 1955, p. 122-123). Na mesma década, em 1959, a *Missione Archeologica Italiana*, dirigida por Antonio Frova, da Universidade de Milão, examinou o perímetro interno da muralha, uma construção cristã, e o teatro e fortaleza herodianos, durante cinco temporadas de escavações. Simultaneamente – de 1960 a 1964 –, Avraham Negev, da Universidade Hebraica de Jerusalém, e representando a *National Parks Authority*,<sup>43</sup> explorou o fosso Cruzado e a cidade medieval, onde

---

<sup>42</sup> A trajetória histórica de Cesareia Marítima é relativamente menor que a de Tel Dor, já que ela se inicia no período romano – se desconsiderarmos o assentamento de Torre de Estratão –, enquanto a segunda já existia desde o período cananeu.

<sup>43</sup> Em 1952, o barão Edmundo Rothschild, juntamente com o Estado de Israel, formaram uma corporação, chamada *Baron Edmund Benjamin de Rothschild Caesarea Development Corporation* (CDC, ver: caesarea.com), com o objetivo de beneficiar as áreas social, educacional e cultural de Israel por meio

escavou diversos edifícios (STERN 1993, p. 272), incluindo um grande edifício público bizantino.

Já em 1971, e até 1985, tiveram início as explorações da *The Joint Expedition to Caesarea Maritima* –, que uniu equipes de universidades e seminários dos EUA e Canadá – dentre as quais destacam-se *Christ Seminary* (St. Louis, MO), *Concordia College* (Moorhead, MN), *Drew University* (Madison, NJ), *Loma Linda University* (Riverside, CA), *Luther Northwestern Seminary* (St. Paul, MN), *McCormick Seminary* (Chicago, IL), *Middle Tennessee State University* (Murfreesboro, TN), *University of Colorado* (Boulder, CO), *University of Maryland* (College Park, MD), *Wake Forest University* (Winston-Salem, NC) e *Wilfrid Laurier University* (Waterloo, Ontario–Canada) -sob direção de R. Bull, O. Storvick e E. Krentz (BULL *et al*, 1980, p. 54). Em seus primeiros dez anos de escavações, tal iniciativa focou na descoberta do padrão urbano ortogonal da cidade romana, e na exposição da relação estratigráfica entre construções e ruas, à medida que Cesareia Marítima se desenvolvia no decorrer dos séculos (BULL *et al* 1990, p. 69; STERN 1993, p. 272). Uma de suas descobertas de destaque foi a de uma série de espaços subterrâneos que serviam como armazéns para o porto desde o período romano e, acima dos quais, havia remanescentes de prédios romanos e bizantinos de idades diversas, além de enterramentos posteriores islâmicos e cruzados (BULL *et al*, 1980, p. 31). Também foi descoberto um Mitreu, centro de culto do deus Mitras, considerado um dos primeiros do tipo no Oriente Médio (HOLUM 2014, p. 190).

Entre 1975 e 1979, Lee I. Levine e Ehud Netzer– que posteriormente se tornou especialista na arquitetura de Herodes Magno –, representando o Instituto de Arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém, exploraram a área oeste da cidade medieval e o Palácio do Promontório (STERN 1993, p. 272).

Dentre os projetos de exploração realizados entre as décadas de 1980 e 1990, podemos citar o *Combined Caesarea Expeditions* (CCE), que começou a atuar na cidade em 1989 e foi dirigido por Avner Raban e Kenneth Holum, investigando, principalmente, o sul da cidade medieval, o porto interno e a plataforma do templo; o *Promontory Palace Project*, que deu continuidade às escavações realizadas por Ehud Netzer; e as campanhas realizadas pelo *Israel Antiquities Authority*, sob a direção de

---

dos lucros obtidos em Cesareia Marítima por meio de um parque nacional voltado para o turismo (HOLUM 2014, p. 189).

Yosef Porath, focando na porção sul da muralha medieval. Essas expedições trouxeram à tona descobertas importantes para traçar a trajetória de Cesareia Marítima na Antiguidade. Remanescentes de construções dos períodos romano e bizantino incluíram vilas, armazéns, um banho, e um anfiteatro herodiano na orla costeira, além do templo de Roma e Augustus, joia do programa construtivo de Herodes na cidade (MAGNESS 1997, p.109; STERN 1993, p. 272).

Em 1992, o *Caesarea Tourist Development Project* (CTDP), que uniu o *Israel Antiquities Authority* (IAA), *National Parks Authority*, e outras autoridades, liderou escavações na cidade até 1998. Enquanto a IAA, liderada por Yosef Patrich, explorou o Templo da Plataforma na Cidade Antiga e parte do Palácio do Promontório de Herodes, outro grupo, liderado por Avner Raban, da Universidade de Haifa e representando o *Recanati Institute for Maritime Archaeology* (RIMS), se concentrou na área portuária. Além disso, houve também duas equipes de voluntários, a *University of Pennsylvania Project*, liderada por Kathryn Gleason e Barbara Burrell, e uma continuação da CCE, liderada por Holum, Raban, e agora Joseph Patrich – e que, em 1995, confirmou a localização das fundações do templo de Roma e Augusto, construído por Herodes (HOLUM 2014, p. 194).

Atualmente, não há nenhuma escavação de grande escala ocorrendo em Cesareia Marítima, como foi nos anos 1990. Peter Gendelman, da IAA, realizou algumas escavações curtas de resgate, em ocasiões em que construções modernas e iniciativas agricultoras expuseram ruínas antigas. Em 2010, uma dessas escavações revelou um anfiteatro bem preservado do século II EC. Em 2007, uma equipe liderada por Nicolas Faucherre e Jean Mesqui, do *Centre d'Études Supérieures de Civilisations Médiévales of Poitiers*, da França, conduziram pesquisas na Cesareia do período cruzado. Por fim, Yosef Porath, veterano de escavações na cidade, lidera um novo time de voluntários que continuam explorando a Cidade Antiga (HOLUM 2014, p. 197).

Por sua vez, o sítio identificado como Torre de Estratão tem sido escavado desde 1956. Ele se localiza em um promontório 10 m acima do nível do mar, e foi identificado como a Área G de Cesareia Marítima pela *Joint Expedition to Caesarea Maritima*. As expedições de 1956 e 1962 encontraram objetos feitos de cerâmica e remanescentes arquitetônicos dos séculos II e III AEC, enquanto a expedição de 1978, sob supervisão de Duane Roller, revelou objetos de cerâmica helenísticos. Ainda durante a década de 1970 e início de 1980, o *Caesarea Ancient Harbor Excavation Project* (CAHEP)



revelou que o perímetro dessa cidade era maior do que inicialmente se imaginava (ARAV 1989, p.145).

Entretanto, para Duane Roller, a Área G não se trata de Torre de Estratão, mas de outro assentamento helenístico. Essa área estaria muito distante do centro da Cesareia de Herodes – em seu limite norte, especificamente –, considerando que Josefo descreveu que Cesareia havia sido fundada na porção sul de Torre de Estratão. Além disso, a Área G se encontra demasiadamente no interior, sendo improvável que fosse uma vila costeira. Dessa forma, é possível que essa área seja uma vila helenística desconhecida, enquanto Torre de Estratão estaria localizada mais perto do centro de Cesareia Marítima – que atualmente seria uma zona turística<sup>44</sup> e não facilmente escavável (ROLLER; HOHLFELDER 1983, p. 64).

### 2.2.2. Explorações portuárias e subaquáticas

Explorações subaquáticas também têm sido realizadas no perímetro do porto de Sebastos desde 1960 (Figs. 7 e 10). Em uma das primeiras expedições, liderada por Charles Fritsch e Immanuel Bem-Dor, foi confirmada a exata localização de Sebastos e conjecturada a hipótese de que o porto havia sido destruído por um terremoto ainda na Antiguidade. Também em 1960, uma equipe americana liderada por Edwin Link utilizou a tecnologia SCUBA (*self-contained underwater breathing apparatus*) pela primeira vez em Cesareia Marítima, demonstrando que as ruínas do porto de Herodes estavam na região da costa do centro da Cidade Antiga. Entretanto, não foram feitas muito mais descobertas, devido a dificuldades técnicas (HOHLFELDER *et al* 2007, p. 410; HOLUM 2014, p. 188).

Em 1975, a Companhia Elétrica de Israel contratou pesquisadores da *Haifa University's Centre for Maritime Studies* (CMS) para estudar a geomorfologia ao longo da costa de Cesareia Marítima, de forma que pudesse ser construída uma planta nuclear na porção sul da Cidade Antiga. A construção de tal planta não ocorreu, mas essa iniciativa foi o pontapé inicial para as explorações realizadas por Avner Raban no local, que, até sua morte em 2004, se dedicou a pesquisar Cesareia Marítima e sua costa. Até 1979, a CMS se limitou a mapear e estudar os quebra-mares de Herodes, mas, a partir

---

<sup>44</sup> Cesareia Marítima é hoje conhecida principalmente pelo seu Parque Nacional. Mais informações em: <<https://national-parks.org/israel/caesarea>>.

da década de 1980, Raban passou a contar com a colaboração do arqueólogo americano Robert L. Hohlfelder, da Universidade do Colorado, e juntos formaram a *Caesarea Ancient Harbour Excavation Project* (CAHEP), que também contava com R. Lindley Vann, da Universidade de Maryland, EUA, e John Oleson, da Universidade de Victoria, Canadá (HOLUM 2014, p. 191).

Durante uma década de explorações, o foco da CAHEP foi estudar as instalações que formavam o complexo de Sebastos, como seus quebra-mares, as docas interna e externa, e algumas construções terrestres que também faziam parte do complexo. Para que isso fosse possível, novas técnicas de arqueologia subaquática foram utilizadas, como elevadores de ar e dragadores subaquáticos para escavar, além de cilindros de ferro que eram colocados no solo marinho, para a análise da estratificação, conforme os mergulhadores exploravam as camadas de deposição (HOLUM 2014, p. 191). A CAHEP também constatou que falhas na costa de Cesareia Marítima poderiam ter sido o elemento responsável pela submersão de grande parte de Sebastos. Esse projeto também descobriu outro método construtivo que havia sido utilizado no porto, além daquele apontado por Vitrúvio, onde uma caixa era colocada no chão do mar, sustentada com vigas horizontais cruzadas, e então preenchida com concreto. No novo método descoberto, um sistema de contenção para o concreto que utilizava uma grande caixa oca com parede dupla, construída na costa e depois realocada para o local desejado, quando então o espaço entre as duas paredes era preenchido com argamassa e em seguida com concreto (HOHLFELDER *et al* 2007, p. 410). R. Stieglitz, um dos diretores do projeto, explorou as instalações terrestres do porto, e os remanescentes de Torre de Estratão (STERN 1993, p. 272).

A já mencionada iniciativa da *Combined Caesarea Expeditions* (CCE) - que explorou Cesareia Marítima de 1989 à 2003 -, dirigida por Kenneth Holum, da Universidade de Maryland, e Avner Raban, da Universidade de Haifa, deu continuidade aos projetos da CAHEP, juntamente com as pesquisas da *The Joint Expedition to Caesarea Maritima* (JECM). O objetivo da nova iniciativa, em relação à costa de Cesareia, era continuar o estudo dos quebra-mares principais do porto, e do cais interno. Além disso, na região do porto externo, foram explorados detalhes da construção do complexo e da submersão dos quebra-mares, que resultou em diversos naufrágios de navios que colidiram com as ruínas imersas (HOLUM 2014, p. 192-193).

Uma das descobertas mais significativas da CCE foram as fundações de uma escada que congregava em um único complexo arquitetônico o porto interno e o Templo

de Roma e Augusto, o que também se evidenciava pelo posicionamento do templo em relação ao porto (Fig. 9). Também foi descoberto o comprimento total do cais original herodiano, que ficava a leste do porto interno, e de canais de escoamento que preveniam o acúmulo de lodo na base do porto. Por fim, em 1996, essa mesma iniciativa, ao escavar a porção norte do porto interno, confirmou a existência de um grande armazém herodiano, que guardava grãos e outros bens que eram comercializados pelo porto (HOLLUM 2014, p. 194; 196).

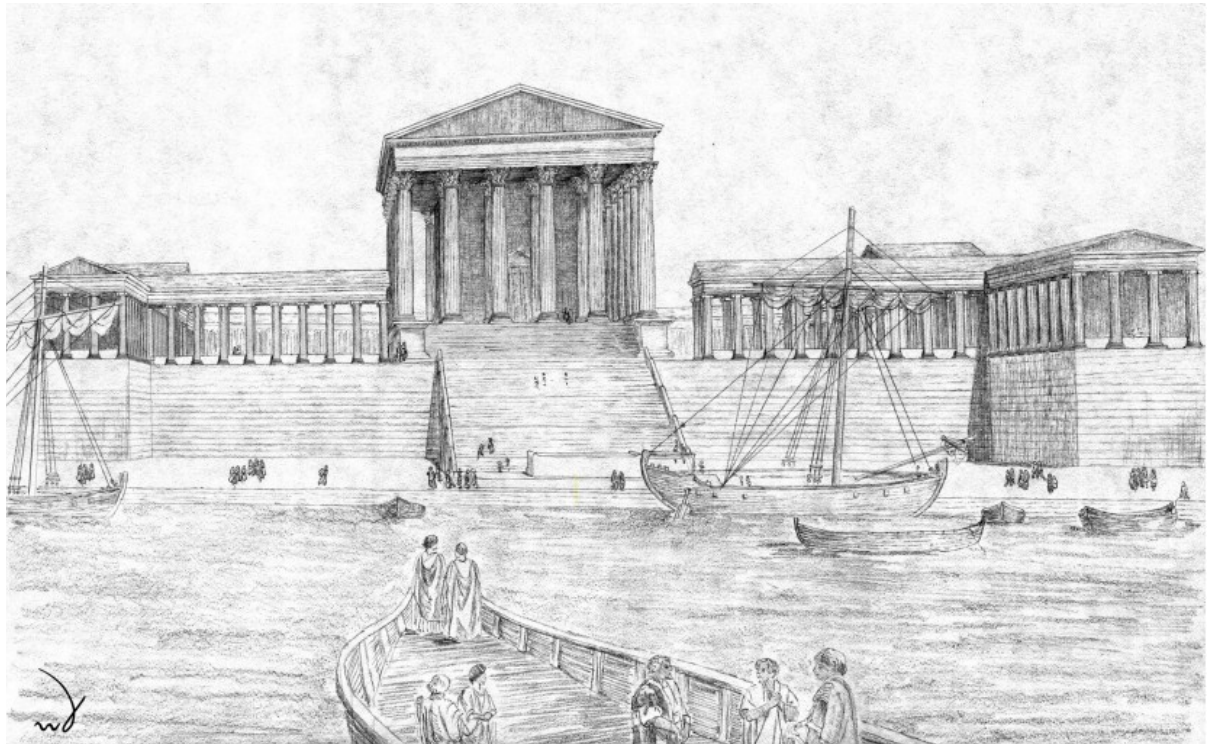


Fig. 9: Reconstrução do porto interno e do Templo da Plataforma, no tempo de Herodes Magno. Destaque para a escadaria que ligava o templo com o cais do porto interno. Fonte: Anna Iamim (HOLLUM 2014, p. 195).

Entre as iniciativas mais recentes, se destaca a da geoarqueóloga Beverly Goodman, aluna de Avner Raban, e Henrik Dey, que investigaram, por meio de pesquisa subaquática, o impacto dos processos naturais ao longo da costa de Cesarea Marítima, principalmente tsunamis (HOLLUM 2014, p. 197). Vale também mencionar a *Roman Maritime Concrete Study* (ROMACONS), liderada por Oleson e Hohlfelder, e que, desde 2002, conduz escavações na Itália para compreender as estruturas marítimas feitas com concreto hidráulico romano, e, desde 2005, também trabalha com as instalações submersas de Sebastos. O projeto objetiva expandir o conhecimento acerca do concreto hidráulico e da expansão da tecnologia de portos marítimos pelo mundo romano (HOHLFELDER *et al* 2007, p. 409-411).



Fig. 10: Ruínas submersas do porto de Sebastos, Cesareia Marítima. Créditos: *Caesarea Ancient Harbour Project* (HOHLFELDER et al 2007, p. 409).

## CAPÍTULO TRÊS – LEVANTAMENTO DOS ACHADOS PORTUÁRIOS DE TEL DOR E CESAREIA MARÍTIMA

### 3.1. Percurso da pesquisa e metodologia utilizada

A pesquisa, conforme ressaltado anteriormente, abrange os períodos de I AEC até II EC, primordialmente. Escolhemos essa periodização por ela abarcar o auge do domínio imperial romano nas províncias orientais, e conseqüentemente ser testemunha de diversas mudanças paisagísticas ocorridas nas cidades conquistadas. Nesse contexto, nosso ponto de partida seria 63 AEC – que na verdade se enquadra no final do período republicano –, ano em que Pompeu chega à região da Palestina e desmantela o reino hasmoneu, tornando independentes cidades como Tel Dor. O ponto final, por outro lado, seria o fim do século II EC, ou mesmo até as primeiras décadas do século III EC, quando da suposta decadência de Tel Dor e também do porto de Sebastos, em Cesareia Marítima.

Entretanto, as mudanças paisagísticas contidas em um recorte cronológico tão amplo nos impelem a estabelecer critérios para a escolha dos objetos de estudo que vão além da localização nas regiões portuárias das cidades. Levamos em conta, principalmente, a funcionalidade da estrutura no período de sua construção, o que nos permite comparar estruturas das duas cidades que detinham funções similares. A temporalidade também é fundamental, uma vez que a pesquisa é focada no período imperial romano. Também levamos em conta a intencionalidade da estrutura na paisagem – se sua localização em um local específico buscava passar algum tipo de mensagem –, e detalhes construtivos que possam revelar especificidades de certos contatos culturais. Além disso, o longo recorte cronológico também nos permite entrever as mudanças nos significados dessas estruturas, conforme a paisagem afetava e era afetada pelas populações, e a influência que os contatos culturais tiveram nessas transformações.

Tendo por base esse panorama cronológico, iniciamos nossa procura pelo material estudado – em um primeiro momento constituído por estruturas portuárias de Tel Dor e Cesareia Marítima – em relatórios de escavações e outras publicações concernentes, como o *Excavations and Surveys in Israel* e no *Israel Exploration Journal*. Outros importantes periódicos científicos de relevância confirmada referentes às pesquisas arqueológicas em Israel, nos foram de grande valia, são a *Atiqot e Excavations and*

*Surveys*, da Israel Antiquities Authority; a *Israel Exploration Journal* e a *Qadmoniot, Journal for the Antiquities of Eretz-Israel and Bible Lands*, os quais têm importante espaço acadêmico e interdisciplinar destinados às pesquisas arqueológicas, históricas e geográficas sobre Israel e região. Outro periódico de significativa importância é o periódico *Qedem Reports*, uma série de *Journals* publicada pelo Instituto de Arqueologia da Universidade Hebraica também foi essencial, pois, *O Projeto Tel Dor* coordenado pelo professor Ilan Sharon, por exemplo, publica seus volumes de relatórios finais de área dentro da série *Qedem Reports*.

Assim, o acesso ao material se deu por meio de descrições e fotos ou reconstituições, quando disponíveis, encontradas nessas publicações. Também foi realizada uma viagem de campo, em julho de 2022, que muito contribuiu para o enriquecimento do trabalho. Grande parte do material que não encontramos em plataformas *online*, pôde ser consultado na biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém. Além disso, foram realizadas visitas aos sítios pesquisados, com explicações *in situ* da professora Rebecca Martin, da Universidade de Boston e co-diretora do *Tel Dor Excavation Project*.

Em diálogo com os vestígios materiais, também fizemos uso de fontes primárias escritas, primordialmente as obras de Flávio Josefo – *Guerra dos Judeus contra os Romanos* e *Antiguidades Judaicas*<sup>45</sup>. Ambos os tipos documentais, material e textual, foram utilizados em conjunto, e não de forma meramente instrumental, conforme nos alerta Ulpiano B. de Meneses (MENESES 1983). Foi utilizada, dessa forma, uma abordagem indutiva, já que partimos da empiria para poder chegar às hipóteses e conclusões.

É importante também destacar que a pesquisa é de grande relevância para os estudos sobre Palestina romana, sobre portos mediterrânicos no período romano e sobre os contatos culturais na região oriental do Mediterrâneo, principalmente por conta do ineditismo de tratar sobre tais temáticas no Brasil.

Por fim, os resultados alcançados por meio dessas análises também alimentarão o banco de dados do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - LARP -,<sup>46</sup> com o

---

<sup>45</sup> Nos pautaremos, principalmente, na tradução da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), feita em 2018, visando um maior reconhecimento das traduções em língua portuguesa. Mas, contaremos também com o auxílio das traduções em língua inglesa realizadas pela Harvard University Press.

<sup>46</sup> Para mais informações, ver: <larp.mae.usp.br>.

qual esse estudo está em consonância. Contribuiremos, assim, para o enriquecimento da Base de Dados do LARP (Barolo), que vem reunindo diversas informações e estudos arqueológicos sobre as províncias romanas, trazendo grandes contribuições para a área.

### 3.1.1. Organização dos dados

A fim de organizar e facilitar a análise dos achados foram elaboradas fichas, por meio da própria ferramenta do *Word* de criação de tabelas. Essas fichas, quando dizem respeito a alguma estrutura analisada, são compostas por seis categorias: **área/localização**, que corresponde ao local na cidade e no sítio arqueológico onde a estrutura se encontra; **cronologia**, que corresponde aos possíveis períodos de construção e descoberta das estruturas, ou mesmo de reconstrução, reuso e destruição; **funções e usos**, ou seja, os objetivos e sentidos da estrutura para a comunidade local; **arquitetura e métodos construtivos**, que diz respeito a detalhes arquitetônicos e construtivos que possam revelar possíveis contatos culturais; **outras informações** – que não se enquadram nas categorias anteriores, mas que podem ser úteis; e **referências**, ou seja, onde todas as outras informações foram encontradas.

No caso de algumas estruturas, também existem achados relacionados que foram encontrados em seu perímetro e, nesses casos, foram feitas fichas adjacentes que contam com cinco categorias: **área/localização**, que é a categoria que propriamente liga o achado mencionado à estrutura a qual estaria relacionado; **descrição**, ou seja, todas as informações pertinentes que deixem claro a relevância do achado para a investigação; **cronologia**; **outras informações**; e **referências**. Esses objetos são, em sua maioria, moedas, estátuas e vasos de cerâmica, e foram priorizados os achados que, de alguma forma, remetem à relação entre os romanos e as populações das cidades. Alguns poucos achados se referem a possíveis contatos com outros povos do Mediterrâneo, como Chipre e Egito, além da própria relação entre Tel Dor e Cesareia Marítima.

Nem sempre as informações referentes a todas as categorias estão disponíveis, mas para a análise dos achados é essencial ao menos o conhecimento de sua localização, possíveis funções e período aproximado de construção. Além disso, sempre que possível, também foram adicionadas imagens que retratam as estruturas, sejam fotos de seus remanescentes – muitas puderam ser tiradas *in situ* -, plantas ou reconstituições de como teriam sido.

A seguir se apresentam tais fichas/tabelas (na verdade, na maioria dos casos trata-se de um conjunto de fichas, se contarmos as fichas de estruturas e achados adjacentes). Primeiramente as de Tel Dor, que totalizaram sete, seguidas das de Cesareia Marítima, que totalizaram oito. As fichas das cidades seguem uma certa ordem de relevância. As primeiras apresentadas dizem respeito diretamente aos portos ou zonas portuárias, enquanto as últimas estão ligadas a estruturas que, apesar de não serem portuárias, podem auxiliar no entendimento da organização e significado da paisagem para aquelas sociedades, além de ajudar também na compreensão dos contatos culturais ocorridos nesses territórios. No caso de estruturas que possuem achados relacionados, esses são apresentados logo abaixo das mesmas.

### 3.2. Achados de Tel Dor

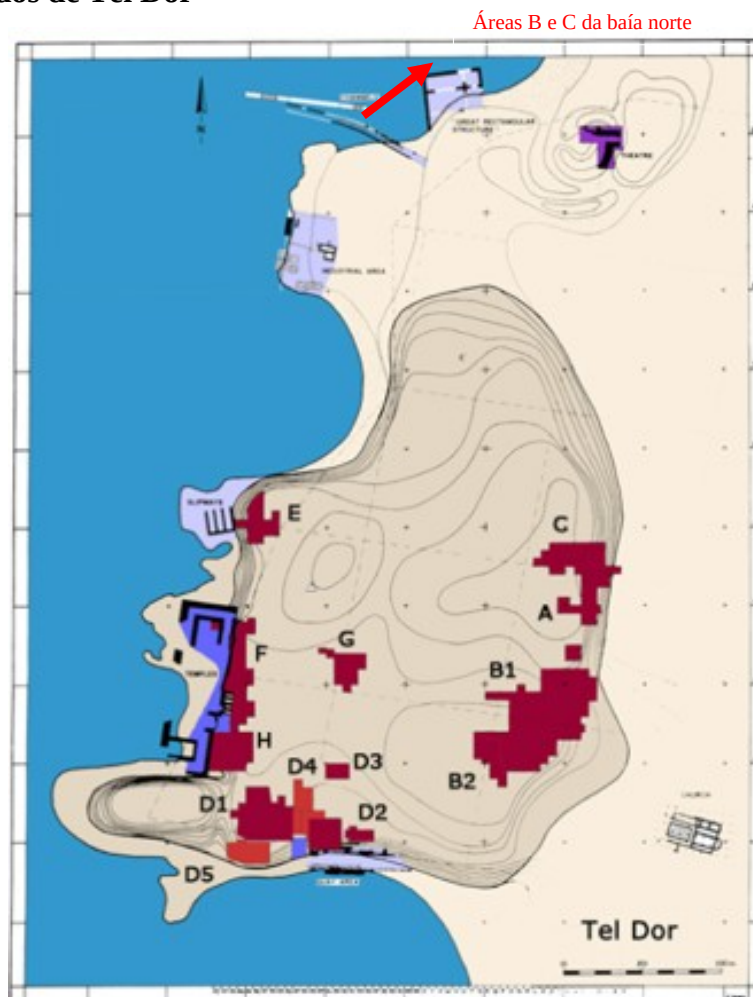


Fig. 11: Áreas escavadas de Tel Dor. Créditos: Svetlana Matskevich (MOTTA 2015, p. 18).

#### **FICHA 1: BAÍA NORTE**



A Baía Norte (Figs. 12 e 13) é um corpo alongado de água medindo 460 m de comprimento e 175 m de largura em seu ponto mais largo. Há um único canal de entrada em sua extremidade norte, que evita o acúmulo de areia por correntes localizadas. Diretamente a norte do canal de entrada encontra-se uma pequena enseada circular que se abre apenas a sudoeste e é mais profunda que o resto da baía, com uma profundidade máxima de 7 m. O corpo principal da baía encontra-se atualmente aterrado com uma profundidade máxima de apenas 3 m, tal como todas as quatro baías de Dor. Restos de muralhas e outras estruturas são visíveis apenas na costa da parte sul da baía, enquanto a costa da parte norte da baía provavelmente estava fora da área urbana da Dor romana e bizantina. Uma crista de calcário exposta e fortemente extraída corre no lado barlavento da baía paralela à costa e oferece proteção limitada dos ventos geralmente de sudoeste da região. Isso tem o efeito de transformar a Baía Norte em um ancoradouro natural, mas não ideal.

A Baía Norte de Dor contém os restos expostos de várias estruturas públicas, nenhuma das quais foi sistematicamente escavada. Estes incluem um teatro romano, de 60 m de diâmetro, localizado a cerca de 50 m a leste da atual linha de costa e uma estrutura retangular de 37 × 35 m no extremo sul da baía, perto da atual linha de água.

Várias outras construções localizadas na Baía Norte foram interpretadas no passado como relacionadas à atividade marítima: uma muralha interpretada como cais por Raban, situada a sul da estrutura retangular e agora designada por Muralha 101; e dois cabeçalhos de pedra ao norte da estrutura retangular, que Kingsley e Raveh acreditavam pertencer a um cais romano.

A seguir, veremos os dois principais ancoradouros da baía norte utilizados no período romano, e seus respectivos achados relacionados.

#### a. Pequena enseada

<b>Área/Localização</b>	Área B <sup>47</sup> (Figs. 11 e 12)/ Parte exterior da entrada da baía Norte; ficava a cerca de 250 m da extremidade norte da cidade romana.
<b>Cronologia</b>	Provavelmente foi usada de 2000 AEC até, pelo menos, 1000 EC; melhor

<sup>47</sup> Não confundir com a Área B da escavação da *The Tel Dor Project*, que fica mais a leste. Essa área B corresponde às explorações subaquáticas realizadas na baía norte

	<p>analisada por Shalev, Gambash e Yasur-Landau em 2019.</p>
<p><b>Funções e usos</b></p>	<p>Essa pequena enseada protegida foi usada como ancoradouro por diferentes períodos, de 2000 AEC até pelo menos 1000 EC, principalmente por conta de sua maior profundidade. A necessidade por maior profundidade para ancoragens mais seguras sobrepujou a necessidade de proximidade da costa, já que essa enseada ficava a cerca de 400 m do tel das idades do bronze e ferro, e a 250 m das cidades romana e bizantina.</p>
<p><b>Arquitetura e métodos construtivos</b></p>	<p>Formação natural. No canal de entrada para a baía (Área A) foram encontrados muitos objetos de cerâmica, o que pode indicar que as correntes contribuíram para essa deposição e que a morfologia básica da baía não mudou muito nos últimos 2000 anos. Essa enseada é mais funda que o resto da baía norte.</p>
<p><b>Outras informações</b></p>	<p>Não foi encontrada nenhuma infraestrutura marítima conectada com esse ancoradouro, apenas âncoras (6, de pedra, das idades do bronze e do ferro, e 1, de ferro, do início do período imperial romano) e objetos de cerâmica, da idade do ferro ao período bizantino, principalmente na entrada da enseada.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 227-228.</p>

**b. Área usada para ancoragem**

<p><b>Área/Localização</b></p>	<p>Área C (Figs. 11 e 12)/ Parte central e sul da baía Norte.</p>
<p><b>Cronologia</b></p>	<p>Foi bastante usada durante o período romano tardio; melhor analisada por Shalev, Gambash e Yasur-Landau em</p>

	2019.
<b>Funções e usos</b>	Provavelmente era uma área para onde os bens eram trazidos até a cidade. Esse ancoradouro se localizava em águas mais rasas, sendo mais fácil o carregamento e descarregamento de bens, em barcos menores, o que é atestado pela grande quantidade de cerâmica encontrada. Também foram encontradas muitas pedras de lastro, indicando que a água rasa da baía era usada para carregamento e descarregamento de lastro para estabilizar as pequenas embarcações.
<b>Arquitetura e métodos construtivos</b>	Formação natural. Atracadouro de águas rasas. Enquanto estruturas como o possível depósito romano e a estrada para o mar refletem um planejamento meticuloso e investimento (com o uso de alvenaria de silhar), a infraestrutura marítima da baía é bem simples, sendo formada principalmente por postes e pedras de amarração, sem nenhum cais.
<b>Outras informações</b>	A conexão entre os limites da cidade romana e a atividade marítima na baía é demonstrada pelo nítido contraste entre o grande número de achados da área C e a arquitetura costeira próxima e a quase ausência de achados na parte leste da baía, paralelamente a uma completa falta de arquitetura na costa. Essa conexão entre a atividade marítima da área C e o norte da cidade, próximo da área D, não se manifestou, entretanto, em nenhuma construção significativa que ligasse terra e mar. Foram encontradas colunas e outros fragmentos arquitetônicos, além de bases de estátuas de Gargilius Antiquus (melhor abordadas a seguir), governador romano da Judeia no século II EC, mas esses objetos não estão <i>in situ</i> , e sim associados com o desmantelamento e reuso de construções da Dor romana e bizantina.



Fig. 12: Baía Norte, com as áreas A, B e C em destaque (SHALEV *et al* 2019).



Fig. 13: Baía norte. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).

- **Achados relacionados**

1. **Ânfora**

Área/Localização	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12)
Descrição	Ânfora romana com borda frisada grossa; pescoço cilíndrico curto; ombro carenado afiado; alça vertical curta une o pescoço abaixo da borda e termina no meio do ombro, com duas cristas apertadas (Fig. 14.1).
Cronologia	Comum entre II e IV EC
Outras informações	Há ânfora do mesmo tipo em Cesareia Marítima, Bengasi e Ilion
Referências	SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 220.



## 2. Ânfora

Área/Localização	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12)
Descrição	Possivelmente uma ânfora do tipo Dressel 14, com a base longa, oca e afunilada (Fig. 14.2).
Cronologia	Comum entre I e III CE.
Outras informações	Fazia parte do naufrágio de Anticítera.
Referências	SHALEV, et al 2019, p. 220.

## 3. Jarro

Área/Localização	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12)
Descrição	Jarro do tipo Ras al-Bassit, ou <i>dolium</i> <sup>48</sup> para transporte. Base nodosa (Fig. 14.3).
Cronologia	Comum em II EC.
Outras informações	Há paralelo com <i>dolia</i> de um naufrágio da baía Fig Tree, em Chipre, e também da baía sul de Dor.
Referências	SHALEV, et al 2019, p. 220.

## 4. Ânfora

Área/Localização	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12).
Descrição	Ânfora do tipo rodiana/class 9, assim classificada por Peacock e Williams. Base nodosa; Restos cristalizados pretos

<sup>48</sup> *Dolium* é uma grande jarra usada para a estocagem de vinho, óleo, grãos, etc (PATRICH 2011, p. 231-232).

	encontrados dentro da base (Fig. 14.4).
<b>Cronologia</b>	Tipo comum entre II AEC e II EC.
<b>Outras informações</b>	Era usado para armazenamento e transporte. Também foram encontradas ânforas desse estilo em Cesareia Marítima.
<b>Referências</b>	SHALEV, et al 2019, p. 220.

### 5. Ânfora

<b>Área/Localização</b>	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12).
<b>Descrição</b>	Ânfora do tipo rodiana/class 9, assim classificada por Peacock e Williams. Punho pontiagudo com seção redonda (Fig. 14.5).
<b>Cronologia</b>	Tipo comum entre II AEC e II EC.
<b>Outras informações</b>	Era usado para armazenamento e transporte. Também foram encontradas ânforas desse estilo em Cesareia Marítima.
<b>Referências</b>	SHALEV, et al 2019, p. 220.

### 6. *Sigillata*

<b>Área/Localização</b>	Entre as áreas A e C (Fig. 11 e 12).
<b>Descrição</b>	<i>Sigillata</i> oriental. Uma tigela simples. Base, corpo e parte da borda de uma tigela lisa (Fig. 14.6)
<b>Cronologia</b>	Comum entre o fim do período helenístico e início do romano.

Outras informações	Eram comuns em Cesareia Marítima.
Referências	SHALEV, <i>et al</i> 2019, p. 220.

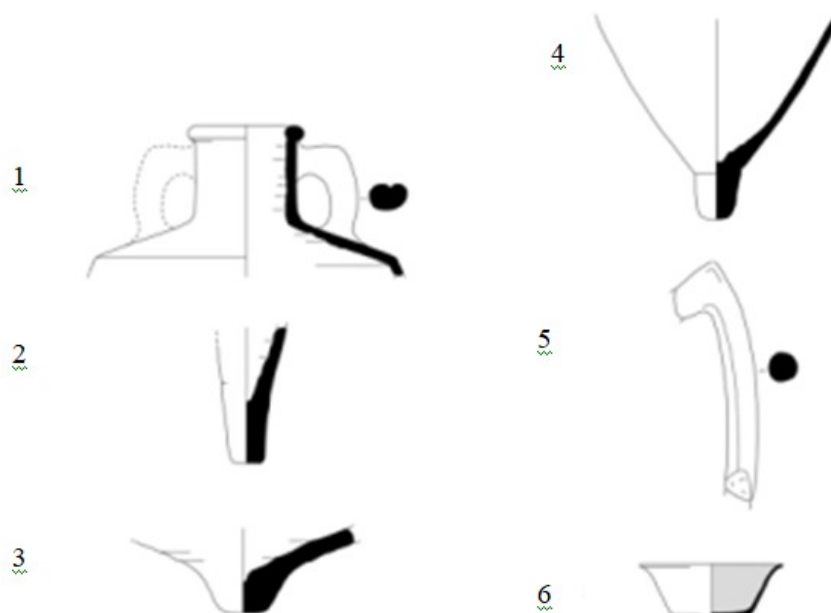


Fig. 14: Montagem das cerâmicas encontradas. Desenho por S. Haad (SHALEV *et al* 2019, p. 221).  
Imagem modificada para mostrar apenas os objetos mencionados

## 7. Âncora

Área/Localização	Área B (Fig. 11 e 12)
Descrição	Âncora de ferro. Tem um comprimento de haste de 2,91 m, um diâmetro de anel de 35 cm e um comprimento de braço de 40 cm (Fig. 15).
Cronologia	Início do período imperial romano
Outras informações	Uma âncora similar foi encontrada na baía sul de Dor.
Referências	SHALEV, <i>et al</i> 2019, p. 221.



## 8. Base de uma estátua

Área/Localização	Área C da baía norte (Fig. 11 e 12).
Descrição	Base arredondada de uma estátua com dedicatória em grego para o governador romano Gargilius Antiquus. Parte da inscrição está faltando, mas o que pode ser visível diz: “(alguém) ... honrou Marcus Paccius filho de Publius ... Silvanus Quintus Corelius Gallus Gargilius Antiquus, governador imperial com posição pretoriana da província Síria Palestina”. Uma pessoa desconhecida, ou talvez a cidade de Dor, honrou Gargilius com uma estátua (Fig. 15).
Cronologia	Feita no século II EC. Foi descoberta em 1978.
Outras informações	Por ter sido encontrada na água, fora de seu contexto primário e secundário, reforça a hipótese de que alguns achados da baía norte advém do dismantelamento da Dor romana em períodos posteriores.
Referências	DE GRUYTER <i>et al</i> 2011, p. 843-844; SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 224-225.

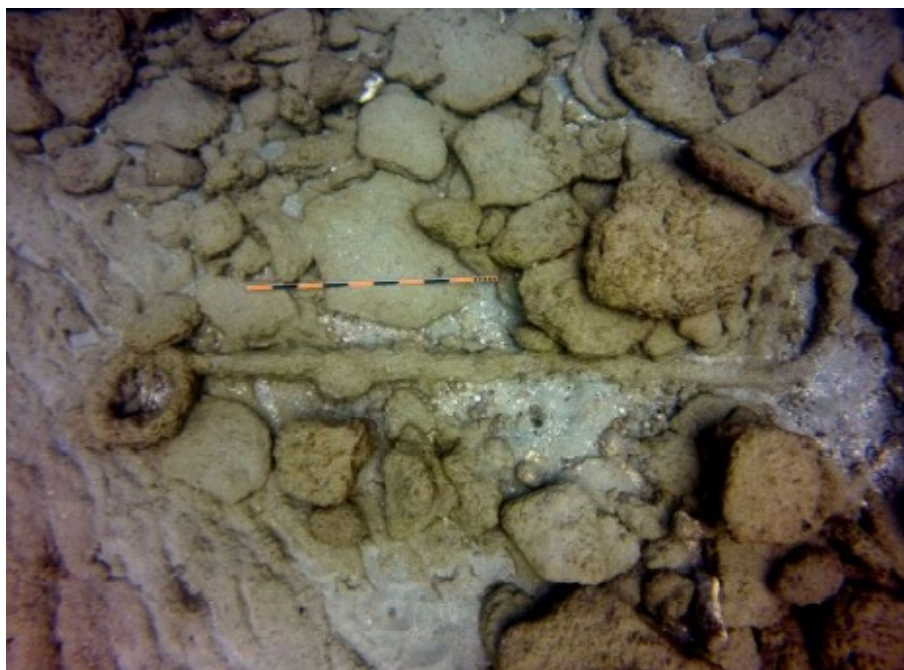


Fig. 15: Âncora de ferro romana, da área B e base de uma estátua com inscrição em grego para Gargillius Antiquus. Foto por E. Arkin Shalev (SHALEV et al 2019, p. 224).

### 9. Pedra de calcário com inscrição

Área/Localização	Parte sul da baía norte, a cerca de 20m da costa (Fig. 11 e 12).
Descrição	Bloco de calcário com inscrição em homenagem a Gargilius Antiquus. Possivelmente servia como base de uma

	<p>estátua de bronze. Possui 74 cm de altura e 58 cm de comprimento, tendo sido originalmente redonda (Fig. 16).</p> <p>Parte da inscrição está faltando, mas o que pode ser visível diz: “(em honra de) Marcus Paccius filho de Publius ... Silvanus Quintus Corelius Gallus Gargilius Antiquus, governador imperial com posição pretoriana da província da Judeia e da Síria, o patrono (uma estátua foi erigida)”.</p>
<b>Cronologia</b>	Feita no século II EC. Foi descoberta em 2016.
<b>Outras informações</b>	Assim como a inscrição anterior, nessa há o nome inteiro de Gargilius Antiquus e sua posição pretoriana. O principal diferencial dessa é que há a confirmação de que Antiquus foi governador não apenas da Síria, mas também da Judeia
<b>Referências</b>	GAMBASH; YASUR-LANDAU <i>et al</i> 2018, p. 158-164

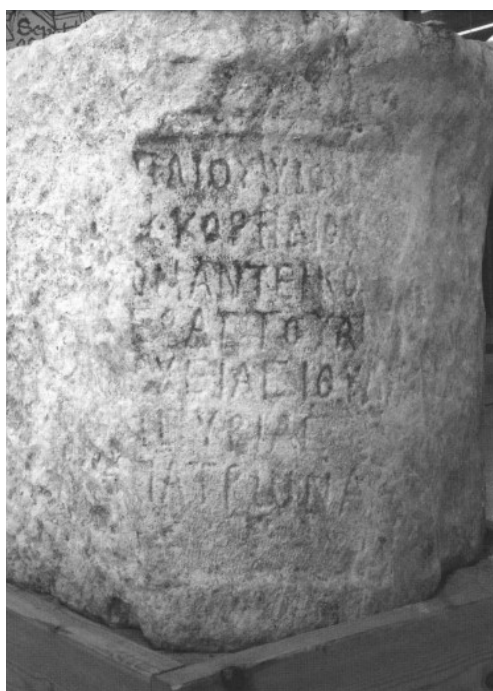


Fig. 16: Inscrição em honra de Gargillius Antiquus, descoberta em 2016 (GAMBASH; YASURLANDAU 2018, p. 159)

## FICHA 2: BAÍA SUL E LAGOA TANTURA

<b>Área/Localização</b>	A baía sul (Figs. 11, 17 e 18) fica na área S, próxima às áreas D2 e D5, enquanto a lagoa Tantura (Fig. 19) é uma formação cercada por pequenas ilhas, que então parecem formar uma lagoa.
<b>Cronologia</b>	Os primeiros vestígios de estruturas portuárias datam da Idade do Bronze e do Ferro. Até o período helenístico a baía sul foi usada em conjunto com a lagoa Tantura. A baía foi abandonada durante o período bizantino, talvez por conta da sedimentação e do aumento do nível do mar.
<b>Funções e usos</b>	As fontes consultadas dizem que, juntamente com a baía sul, formava o ancoradouro principal de Dor (hoje são separadas por um banco de areia). No período romano a baía norte passou a ser mais utilizada como atracadouro
<b>Arquitetura e métodos construtivos</b>	Formação natural, mas havia estruturas portuárias nas Idades do Bronze e Ferro. Estruturas dos períodos helenístico e romano não foram encontradas. Havia um banco de areia que ligava a baía sul à lagoa Tantura, que pode ter sido uma formação natural ou antropogênica.
<b>Outras informações</b>	Na Idade do Ferro a baía era usada pelos Sikil. De acordo com Avner Raban, as estruturas dessa baía são o ponto que conecta os portos da Idade do Bronze aos da Idade do Ferro, além de serem uma das únicas evidências de um porto feito de silhar na Idade do Ferro. Os achados arqueológicos do local chegam até o período romano, mesmo período em que começam a aparecer objetos na baía norte,



	<p>mostrando a transição entre as duas baías.</p> <p>Na lagoa Tantura foram encontrados mais de vinte naufrágios na lagoa, do período romano ao otomano.</p>
<b>Referências</b>	<p>STERN 1995, p. 11; WACHSMANN, RAVEH 1984, p. 224-225; LAZAR <i>et al</i> 2020, p. 1-9; SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 440</p>



Fig. 17: Baía sul, com vista da Lagoa Tantura ao fundo. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).

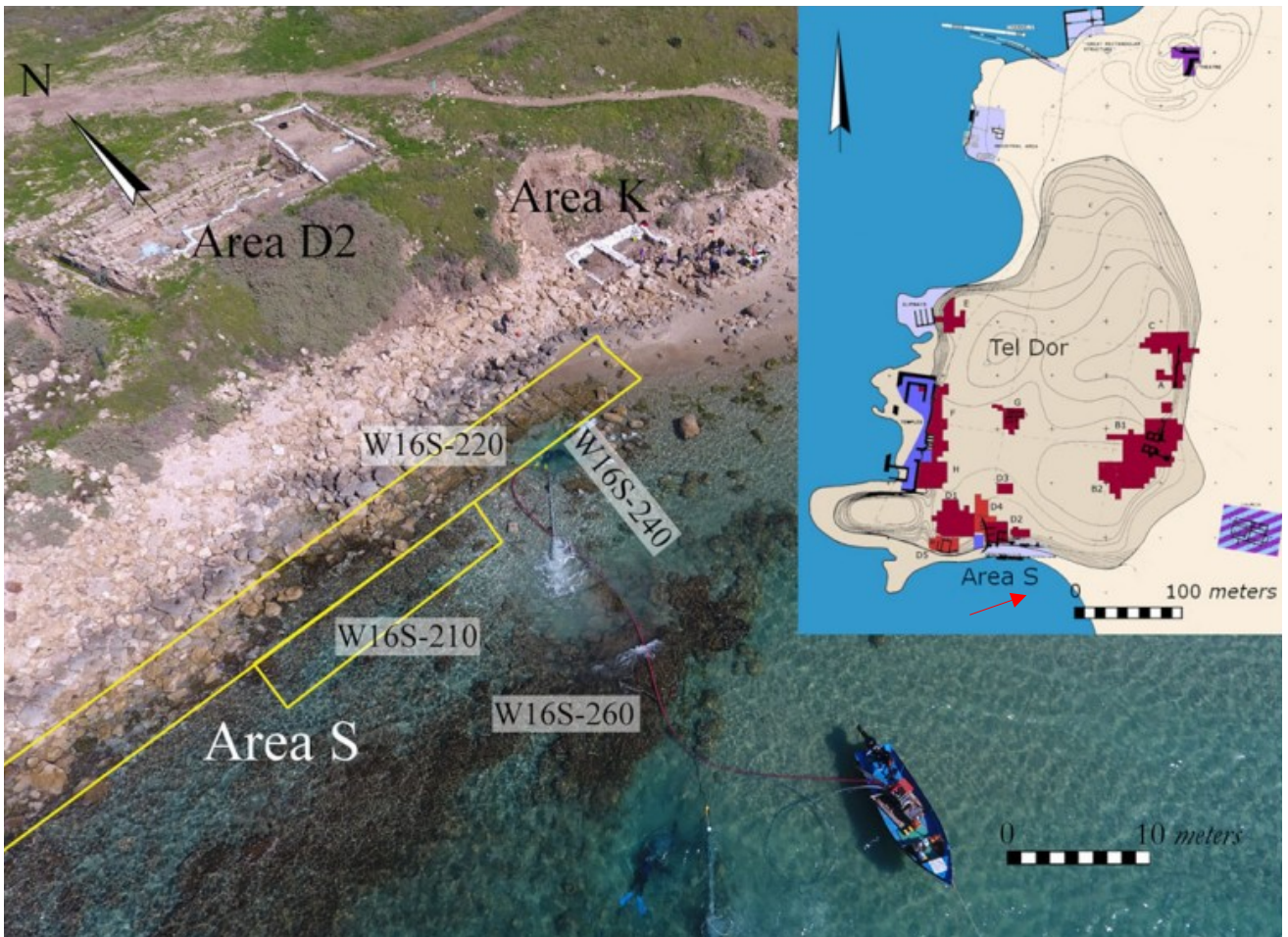


Fig. 18: Imagem aérea das escavações na área S. Mapa por S. Matskevich; imagem aérea por A. Pessó.  
 Nota-se a proximidade das instalações industriais e da baía sul.

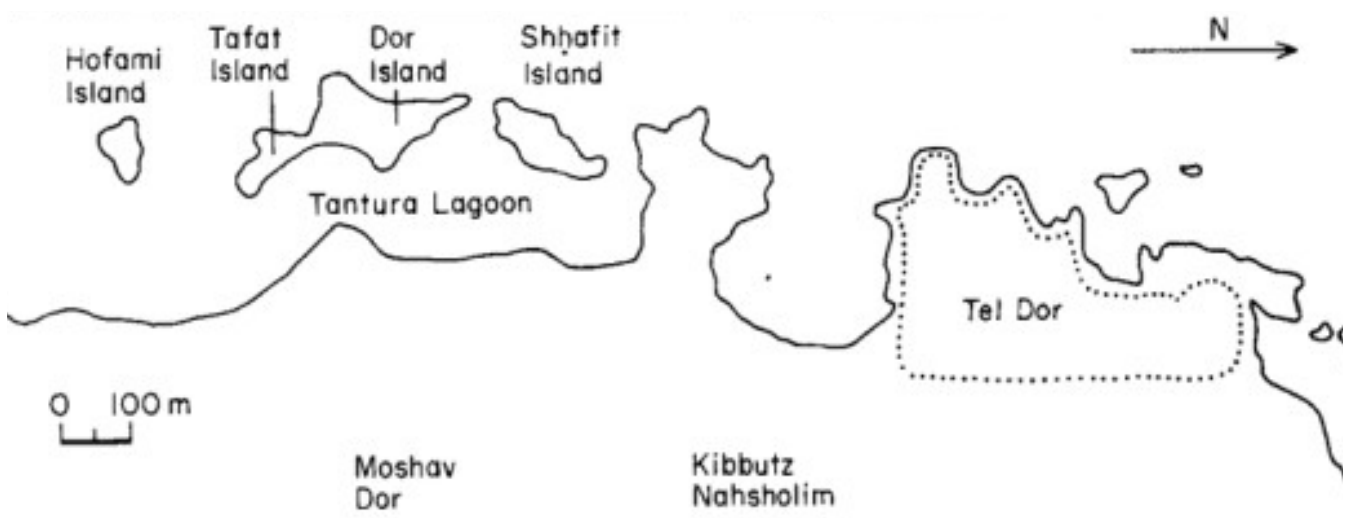


Fig. 19: Mapa de Tel Dor e arredores, com destaque para a Lagoa Tantara (WACHSMANN; RAVEH 1984, p. 225).

- **Achado relacionado**

1. **Inscrição de altar**

Área/Localização	Tantura.
Descrição	Inscrição que pertencia a um altar, ou templo, dedicado a Antonino Pio. Está preservada apenas de um lado. Os títulos imperiais não são informados (Fig. 20).
Cronologia	Construído entre 138-161 EC.
Outras informações	Atualmente está no Museu Rockefeller, em Jerusalém.
Referências	DE GRUYTER <i>et al</i> 2011, p. 842.



Fig. 20: Inscrição que pertencia a um altar, ou templo, dedicado a Antonino Pio (DE GRUYTER *et al* 2011)



### FICHA 3: ESTRUTURA ROMANA (DEPÓSITO)

Área/Localização	Extremidade sul da baía norte, próxima à linha d'água atual (Fig. 11).
Cronologia	Construída no período romano, entre II e IV EC.
Funções e usos	Possivelmente um armazém, segundo Avner Raban.
Arquitetura e métodos construtivos	<p>Estrutura retangular de 37 x 35 m. O lado de sua fundação que está voltado para o mar foi feito de blocos maciços de silhar, dispostos como vigas.</p> <p>O tamanho monumental da estrutura e sua proximidade da costa reforçam a ideia de que era um local de armazenamento de bens comercializados pelo ancoradouro.</p>
Outras informações	<p>Até o momento é a única estrutura portuária ligada à Dor romana.</p> <p>Existiam diversos tipos de armazéns no mundo romano, que incluíam desde cômodos organizados ao redor de um pátio (mais comum), até formações com múltiplos cômodos, e estruturas similares a casas, como possivelmente era o caso do armazém em Dor.</p>
Referências	SHALEV <i>et al</i> 2019, p. 209.

### FICHA 4: COMPLEXO DE RESIDÊNCIAS

Área/Localização	Áreas F e H (parte oeste do <i>tel</i> ) (Fig. 11).
Cronologia	Construídas no período romano (entre I –



	II EC).
<b>Funções e usos</b>	Residências prósperas com vistas para o mar (Fig. 21).
<b>Arquitetura e métodos construtivos</b>	Estilo de decoração típico de estruturas domésticas do restante do império, como as de Pompeia. Na casa 2, por exemplo, um chão de mosaico (Fig. 22) retratando dois golfinhos flanqueando um tridente foi preservado, e o cômodo ao sul deste era decorado com um fresco pintado, que retratava motivos vegetais e animais (muitos fragmentos desse fresco foram encontrados nas pedras de uma parede que desabou no nível inferior devido à construção feita posteriormente). Além desses, foram encontrados outros cômodos, partes de um pátio e uma cisterna.
<b>Outras informações</b>	As residências foram demolidas na segunda metade do século II EC e a quadratura da área foi realinhada, por conta da construção do templo monumental descoberto por Garstang, em 1924.
<b>Referências</b>	NITSCHKE, <i>et al</i> 2011, p. 147; STERN <i>et al</i> 1991, p.50.

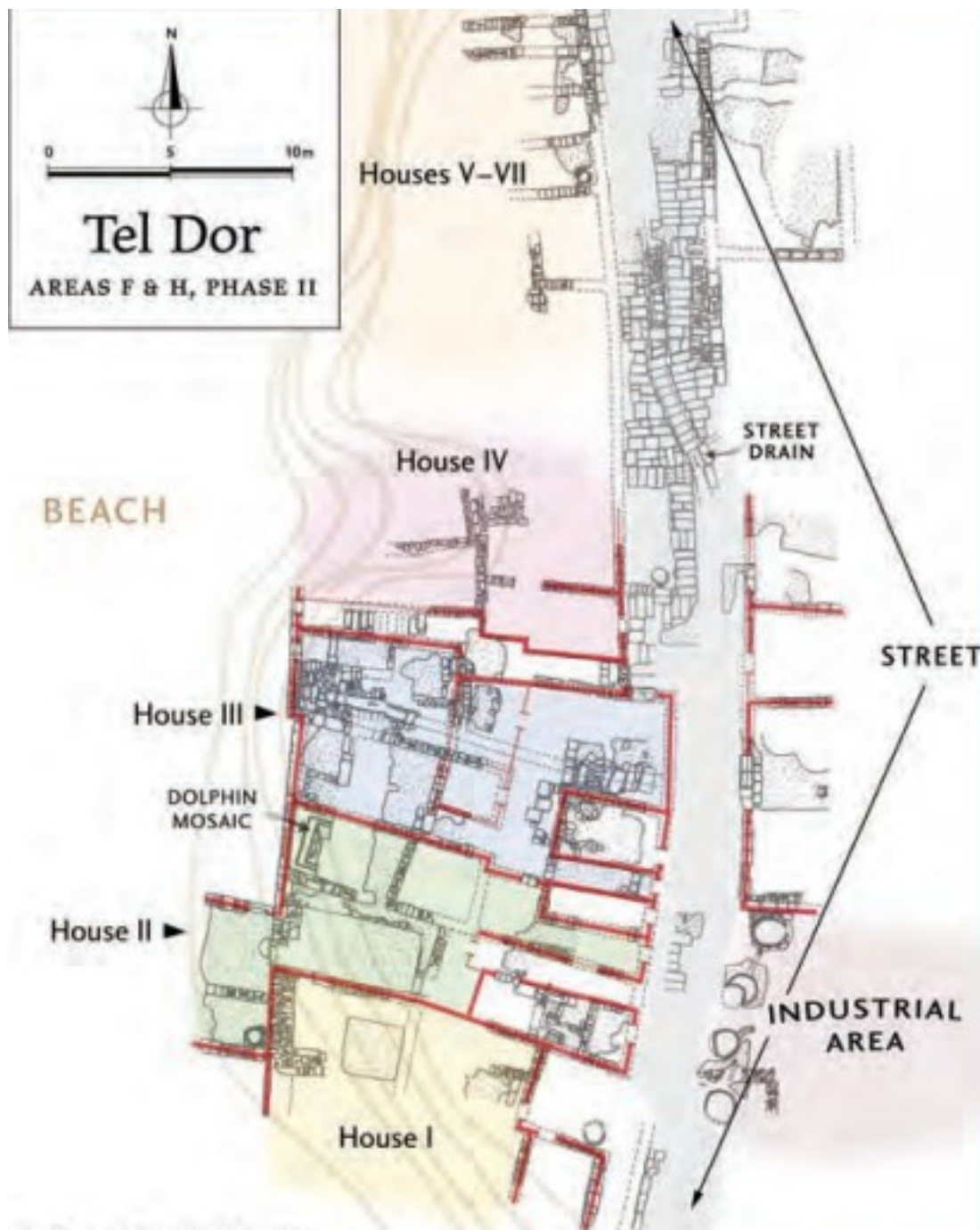


Fig. 21: Planta das estruturas domésticas da área H, durante o começo do século II EC, aproximadamente. Reconstrução por A. F. Stewart e J. Berg; desenho por E. Babnik. (NITSCHKE et al 2011, p. 147).



Fig. 22: Fragmento de um mosaico de chão retratando um tridente flanqueado por dois golfinhos, recuperado da casa 2 na área H. Foto por Prof. E. Stern, The Tel Dor Project. (NITSCHKE et al, p. 148).

#### FICHA 5: TEMPLO MONUMENTAL/ COMPLEXO DE TEMPLOS

<b>Área/Localização</b>	Áreas F e H (Figs. 11, 23 e 24).
<b>Cronologia</b>	Construído no período romano tardio (talvez durante a dinastia Severiana), provavelmente na segunda metade do séc. II EC. Escavado em 1923-24, por Garstang, que achou que se tratava de uma estrutura helenística.
<b>Funções e usos</b>	Culto. Mas não se sabe exatamente a que deus, ou deuses.
<b>Arquitetura e métodos construtivos</b>	Existem dois complexos, ou templos, principais. A estrutura F, mais ao norte, é a maior e mais enigmática das duas, possuindo apenas suas fundações e nenhum fragmento arquitetônico. A estrutura H tem metade do tamanho da primeira, e apenas suas fundações também permaneceram, junto com um ponto de

	<p>acesso a leste. Mas seu formato e suas fundações são o suficiente para identificá-lo como um <i>perípteros sine portico</i>, um tipo ocidental de templo com colunas em três lados e a extensão da parede da cela no quarto lado. Esse tipo de templo se originou na Roma republicana e se espalhou pelo império do ocidente e pelo norte da África, e era desconhecido a leste de Cirenaica.</p> <p>As estruturas estão separadas do resto da cidade por um muro de concreto de 2,2 m de grossura. Para construir o pódio, os construtores cavaram camadas do tel ao invés de construir acima dele, como seria esperado. O muro do <i>temenos</i> não era homogêneo em seu comprimento, possuía pedras maiores onde haviam portões, e pedras menores e reutilizadas na sua parte central. Os portões norte e sul foram bloqueados logo depois de finalizados, o que talvez indique a existência de outra entrada, provavelmente no nível do pódio. Mas também foram encontradas projeções no muro que podem ser fundações de uma entrada monumental no templo norte a partir da cidade.</p>
<p><b>Outras informações</b></p>	<p>Sua localização elevada permitia que fosse bem visto por aqueles que chegavam pelo mar. Não foi encontrado nenhum elemento condizente a uma superestrutura como essa, o que significa que o complexo pode ter sido saqueado, ou que sequer chegou a ser finalizado; as ruas da fase 2 romana sofreram alterações com a construção do templo (fase 1).</p> <p>Do lado leste, o complexo H era rodeado por uma rua pavimentada, cuja ponta sul ia até a área D1 e a ponta norte até a área F.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>STERN, SHARON 1993, 1995; STERN, et al 1997; NITSCHKE, <i>et al</i> 2011, p. 148-149; STERN 2000, p. 382.</p>





Fig. 23: Estruturas F e H. Do lado direito nota-se o muro maciço construído acima das residências da fase 1. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).



Fig. 24: Planta das áreas F e H mostrando as fases 2 e 1. Ênfase para a mudança na organização do plano do local, e para o muro massivo da fase 1, que para no meio das estruturas da fase 2. Plano por J. Berg e A. F. Stewart 2001; desenho de E. Babnik.

- **Achado relacionado**

1. **Moeda**

Área/Localização	Área F (Fig. 11).
Descrição	Moeda que representa a imagem de uma deusa no anverso (provavelmente Tyche) com uma cornucópia, de pé em um <i>aedicule</i> (nicho flanqueado por colunas e encimado por um frontão), que por sua vez está dentro de um pátio colunado, o que corresponderia aos remanescentes da estrutura F (Fig. 25).
Cronologia	Cunhada durante o reinado de Caracala, entre 201 e 202 EC.
Outras informações	As principais deidades da Dor romana eram Tyche e Doros (representado como uma figura barbada semelhante a Zeus ou Poseidon), que eram vistos geralmente nas moedas cunhadas na cidade. Essa é a primeira moeda cunhada em Dor que retrata um edifício.
Referências	NITSCHKE, <i>et al</i> 2011, p. 148.



Fig. 25: Moeda cunhada em Tel Dor, 201/2 EC (coleção Arie Fichman, Haifa). Anverso: imagem de Tyche (Fortuna), segurando uma cornucópia, em pé em um *aedicule* dentro de um grande pátio com colunas. Essa talvez seja a representação do precinto F. Foto: R. Motta (NITSCHKE, *et al* 2011, p. 148).

## FICHA 6: INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

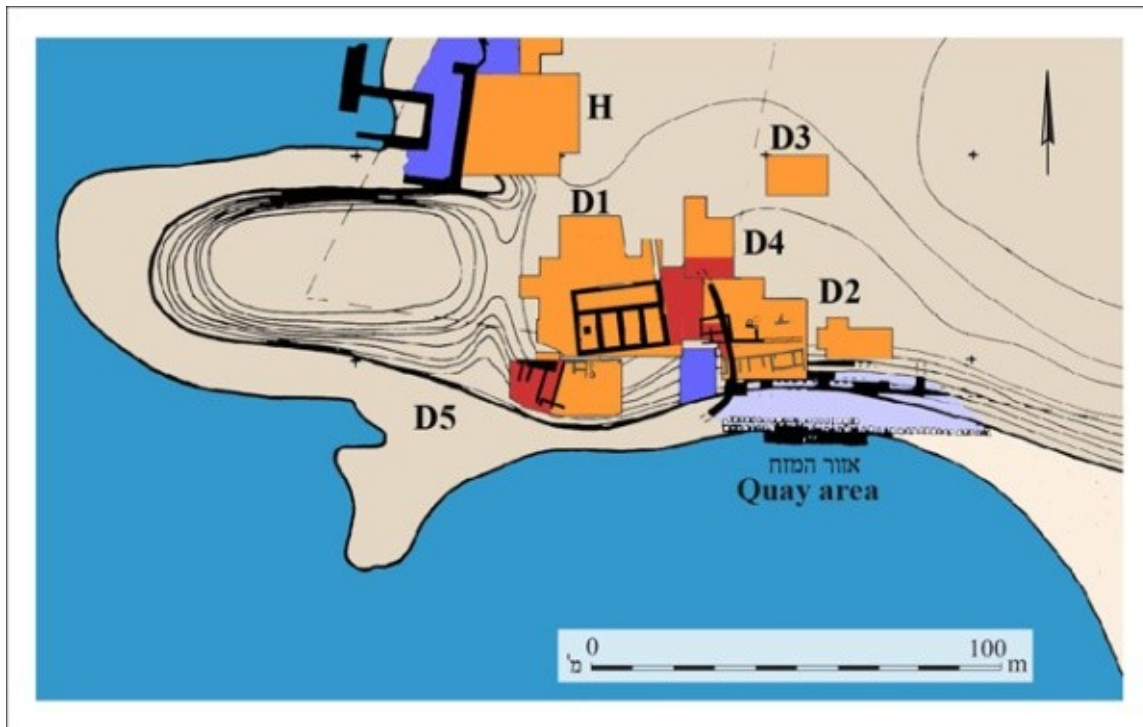
Área/Localização	Área D3, D4, parte norte das áreas D1 e D2, e parte leste da área H (Figs. 11, 26 e 27).
Cronologia	Estruturas construídas no período helenístico e modificadas no período romano (durante as duas fases arquitetônicas romanas). Escavadas na primeira década do século XXI.
Funções e usos	Inicialmente pensou-se que poderia ser um banho, por ter telhas de hipocausto, mas em 2005 ficou claro que tinha uma função industrial, pelo menos a partir do período romano, por causa de fornos e outras instalações ali encontradas.
Arquitetura e métodos construtivos	<p>No período helenístico eram estruturas monumentais e religiosas, que no período romano se tornaram estruturas menores, algumas com função doméstica e outras com função industrial. As fundações da estrutura helenística foram usadas para dar suporte às estruturas industriais.</p> <p>Pedaços de colunas foram reutilizados na construção de várias paredes do edifício. Tem pisos de mosaico brancos, instalações de água e várias telhas de hipocausto. As instalações foram construídas em pedra, cerâmica, argila; algumas têm poço de trabalho. Foram encontrados tubos de cerâmica e telhas de hipocausto na parte sul. Uma telha estava <i>in situ</i>.</p> <p>Na área D4, especificamente, foram encontradas várias instalações de processamento de alimentos e um sistema de drenagem, que aponta para o emprego de cimento, gesso e mosaico nos pisos e, em alguns casos, também para o revestimento de paredes, mas com função impermeabilizante, e não estética.</p>



<p><b>Outras informações</b></p>	<p>Foram encontrados cerca de 24 recursos industriais, como fornos, e pequenas instalações aquáticas (bacias e drenos) em todas as áreas de possíveis instalações industriais. A recente análise infravermelha (Fourier Transform Infrared) e espectrométrica da área D1 mostrou que um dos fornos era usado para metalurgia, principalmente de objetos de bronze. Como essa estrutura era próxima dos templos das áreas F e H, é possível que esse forno fosse usado para a moldagem de objetos ali utilizados, como esculturas. Porém, não é claro se esses edifícios eram de fato contemporâneos, então também é possível que fosse apenas uma zona industrial geral que produzia bens diversos.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>STERN 1997, p. 32; GILBOA <i>et al</i> 2010; NITSCHKE <i>et al</i> 2011, p. 151; SHARON <i>et al</i> 2006, 2009; MATSKEVICH <i>et al</i> 2014.</p>



Fig. 26: Vista aérea das áreas D1, D2 e D4 e suas instalações industriais romanas (SHARON *et al* 2009)



- שטחים שנחפרו בשנת 2013  
Areas excavated in 2013
- שטחים שנחפרו בעונות קודמות  
Areas excavated in previous seasons
- שטחים שנחפרו על ידי ג' גרסטנג וא' רבן  
Areas excavated by J. Garstang and A. Raban

Fig. 27: Áreas escavadas que contém instalações industriais do período romano (MATSKEVICH *et al* 2021)

- **Achado relacionado**

1. **Amuleto**

Área/Localização	Área D3 (Figs. 11).
Descrição	Amuleto de jasper verde com incisão dos dois lados. Pertencia a um grupo de gemas greco-egípcias do período romano, supostamente relacionadas ao culto do deus egípcio Chnoubis, que dominava 1/3 do zodíaco. Esses amuletos eram usados como remédio contra indigestão. Uma serpente é representada de um lado do amuleto, e do outro lado há um emblema cercado por uma inscrição pseudo fenícia ininteligível. A natureza profilática desses

	amuletos e sua característica fenícia pode formar um aspecto do culto de Eshmun-Asclépio (Fig. 28).
<b>Cronologia</b>	Amuleto característico do século II EC.
<b>Outras informações</b>	Foram encontrados vários nos arredores de Cesareia Marítima.
<b>Referências</b>	STERN; SHARON 1995, p. 32.

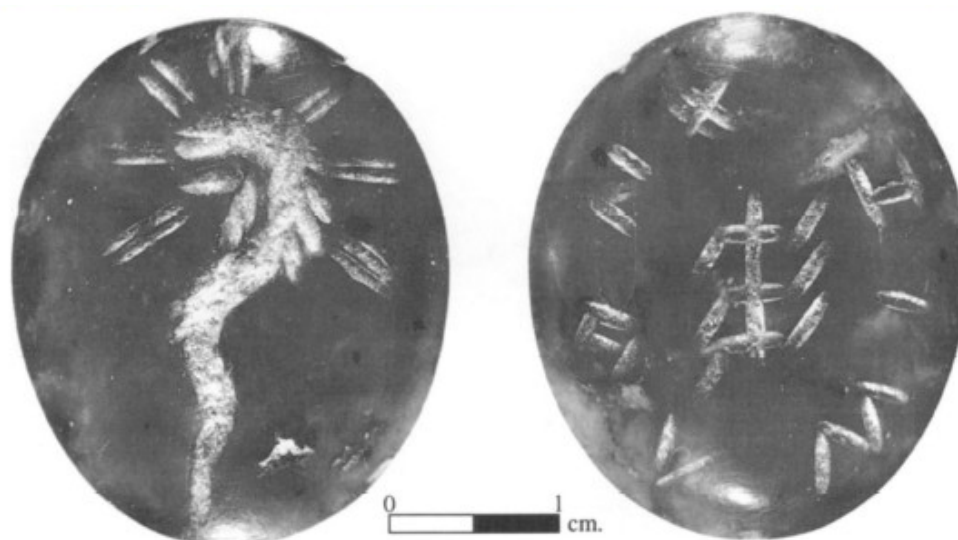


Fig. 28: Amuleto de jasper verde encontrado na área D3, datado do século II EC (STERN; SHARON 1995, p. 32).

### 3.3. Achados de Cesareia Marítima

#### FICHA 1: SEBASTOS

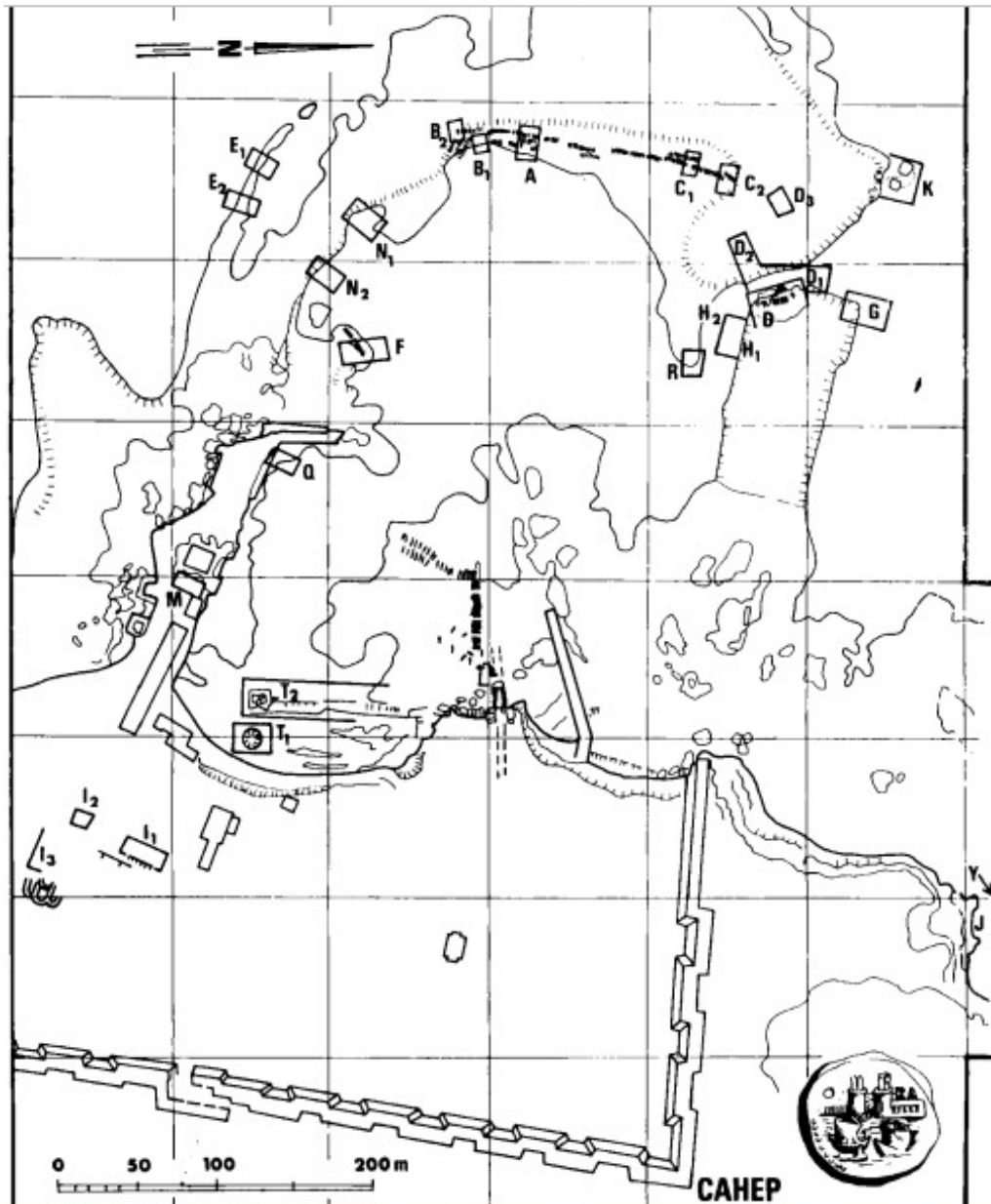


Fig. 29: Plano geral das áreas escavadas pela CAHEP em Sebastos e arredores (RABAN 1985, p. 156).

Sebastos foi o primeiro porto totalmente construído por mãos humanas em mar aberto, sem a dependência de alguma característica topográfica favorável. De acordo com Josefo, era um porto em formato circular formado por dois quebra-mares principais que saíam da costa. O quebra-mar sul inicialmente corria para oeste, mas curvava-se

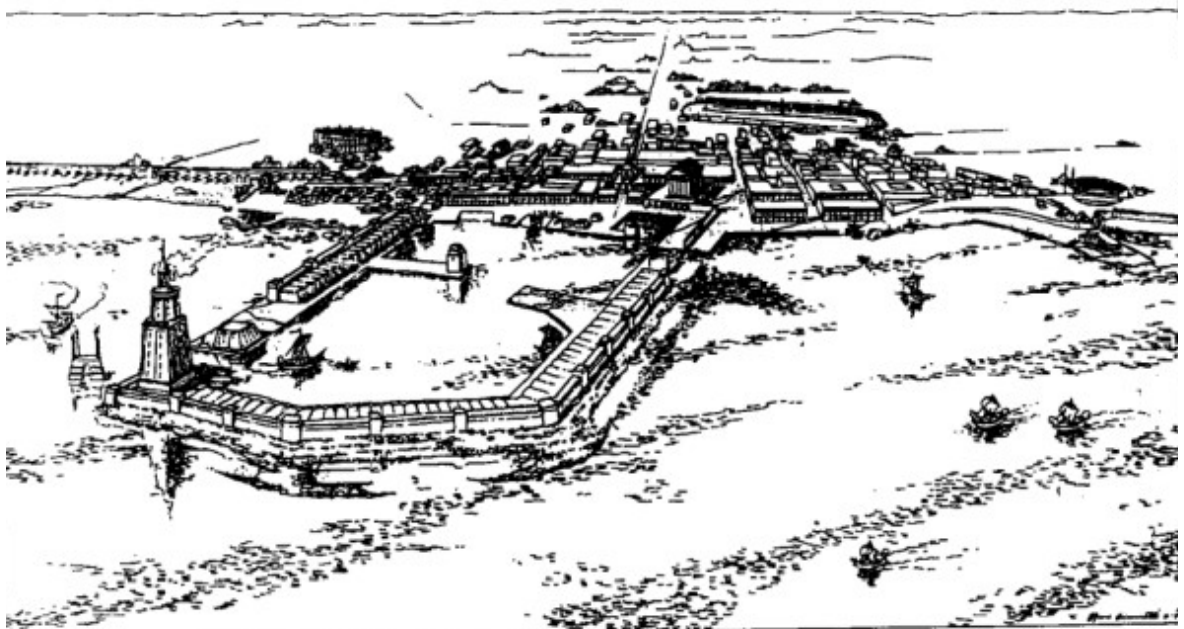
para o norte em sua extremidade em direção ao mar. O quebra-mar norte, menor e mais curto, se estendia diretamente para oeste até cerca de 20 a 30 m do final do quebra-mar sul. A entrada para o porto era, portanto, do norte. Esses dois "braços" que envolviam o porto eram, na verdade, estruturas compostas. De acordo com Josefo, os dois braços (ou pelo menos o principal, o sul) foram construídos com enormes pedras de 15m de comprimento, por 3m de largura, que eram baixadas a uma profundidade de 9m. Quando uma plataforma de 200 pés de largura finalmente ficou acima da superfície do mar, foi então dividida em seções. A face virada para o mar, ou sudoeste-oeste, com uma largura de 100 pés, foi deixada como um quebra-mar (*prokumatia*). Uma parede adornada com torres parece ter percorrido o comprimento do braço. A parte interna dessa parede aparentemente continha vários edifícios de apoio construídos nela. O componente terrestre (ou interno) do braço foi finalizado como um cais de carga, que Josefo nos assegura que era um lugar agradável para caminhar. Na entrada do porto havia seis colossos, três de cada lado. As três estátuas à leste (o lado do porto para a entrada de navios) ficavam em uma enorme torre. As do oeste eram sustentadas por duas pedras verticais (HOHLFELDER 1983, p. 134).

O plano principal de Sebastos, entretanto, é muito mais complexo do que sugere Josefo. O porto descrito por ele é apenas um dos componentes do complexo. Escavações terrestres realizadas por Avner Raban dentro da fortaleza dos cruzados, à leste da atual linha da costa cerca de 8m, e na base do pódio do templo de Augusto, descobriram a face vertical de um antigo paredão. Os blocos desta parede distinguem-se pela presença de vida marinha a uma altura de cerca de 0,20m acima do nível do mar. Esse paredão, que existe ao pé de uma escada que desce do templo de Augusto, era provavelmente o segmento leste de uma bacia interna não mencionada por Josefo, mas conectada ao porto por um canal (RABAN; LINDER 1978).

O limite oeste desta instalação fechada também foi descoberto por investigadores do Centro de Estudos Marítimos e confirmado pelo CAHEP. A aproximadamente 100 m à oeste da vala de teste no interior do porto e à 20 m da orla atual, uma torre circular de blocos de cantaria foi descoberta. A partir de seu projeto, dos materiais usados para sua construção e do material cerâmico encontrado durante as escavações submarinas em torno de seus cursos inferiores, a torre parece ser anterior à metrópole de Herodes e pode ser melhor associada ao assentamento da Torre de Estratão. Parece provável que esta torre circular, e um paredão norte-sul que deve ter sido associado à ela, definiram a parte ocidental da bacia interna. A entrada para este porto secundário era imediatamente

a sul da torre através de um canal de 20 a 30 m de largura, e possivelmente ainda mais largo. Enquanto a torre marcava o limite norte da foz da bacia, o extremo sul era o grande promontório em cujo sotavento fora construído o porto interno. É possível que essa bacia fechada ainda existisse no final do século I AEC e talvez tenha sido uma das razões pelas quais essa seção específica do litoral foi selecionada por Herodes para sua nova cidade. Por quanto tempo o porto interno foi usado ainda não pode ser determinado. Pelos objetos de cerâmica encontrados no local, parece que teve uma vida curta. Cerâmica dos períodos romano tardio e bizantino foi encontrada nos estratos superiores da trincheira. Pode ser que toda a bacia tenha sido preenchida deliberadamente durante a época romana ou sido assoreada ao longo dos anos. A Cesareia romana não precisava do vasto complexo portuário da cidade herodiana. A ideia de Herodes de que a cidade deveria ser o empório de todo o comércio oriental não foi compartilhada pelos romanos. O porto exterior e os ancoradouros secundários norte e sul teriam sido suficientes para as necessidades da cidade romana (HOHLFELDER; RABAN 1981, p. 60).

A seguir, veremos mais especificações a respeito dos portos externo e interno do complexo de Sebastos.





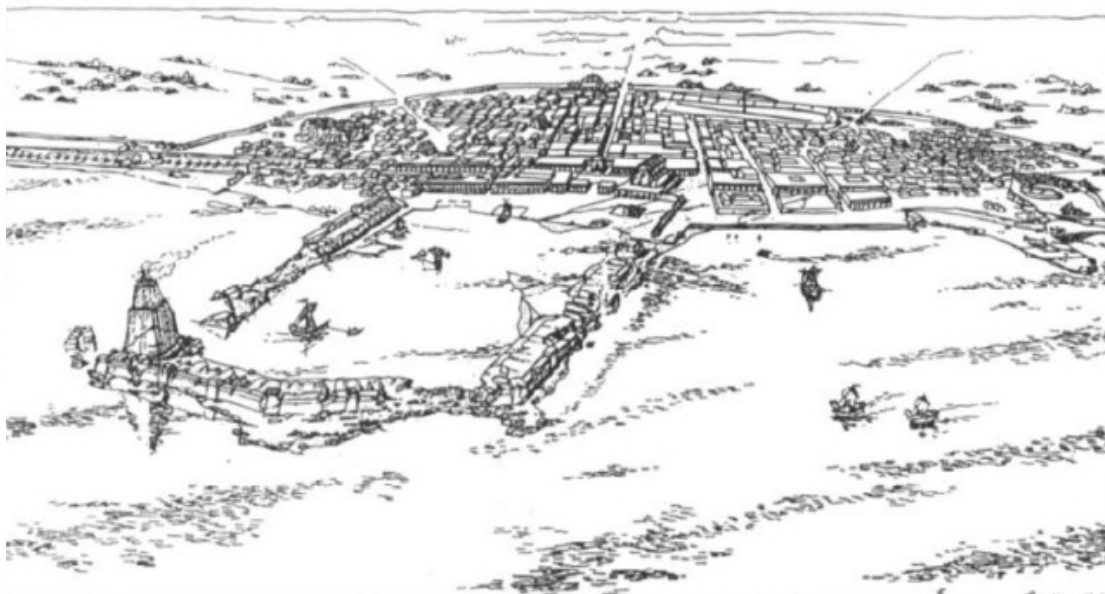


Fig. 30: Reconstrução de Sebastos e Cesareia Marítima no período herodiano, no século I EC (acima). Cesareia Marítima e Sebastos no fim do século II EC (abaixo). Reconstrução por S. Gianetti (RABAN 1992, p. 122-123).

#### a. Porto externo

Área/Localização	Sebastos. Áreas E, N, B, C, D, K, H, G, R e Q (Fig. 29, 31 e 32).
Cronologia	Construído no período herodiano.
Funções e usos	Atracadouro e o maior componente de Sebastos.
Arquitetura e métodos construtivos	<p>Era o componente principal de Sebastos. Foi construído no estilo helenístico <i>limen kleistos</i> – um porto fechado com um ancoradouro interno separado.</p> <p>O quebra-mar principal (sul) foi construído a partir da ponta do promontório sul até o oeste e norte por cerca de 480m. Sua largura original pode ter sido de até 60m. A face externa desse quebra-mar é composta por várias camadas de blocos de silhar com revestimento escalonado encimados por enormes monólitos de concreto, alguns</p>

com mais de 50 toneladas, superando as dimensões atribuídas por Josefo. Ainda é incerto se esses blocos de concreto foram movidos para a posição e baixados no mar, despejados no quebra-mar e depois deslizados sobre a fundação, ou despejados em estruturas de madeira que foram afundadas no mar e endureceram sob a água. Essas estruturas de concreto parecem estar posicionadas no ponto onde tempestades mais atingiam o quebra-mar.

Já o quebra-mar norte foi construído como uma extensão de estruturas construídas na costa, e foi feito com pedras muito menores do que as utilizadas no braço sul. Estendia-se do litoral ao oeste por mais de 200m e possuía cerca de 50m de largura. Por estar protegido das tempestades pelo quebra-mar sul, o quebra-mar norte não foi feito de pedras maciças ou enormes blocos de concreto, exceto em seu terminal marítimo adjacente a entrada do porto. Nesse caso, as pedras colossais, algumas com grampos de ferro, não foram posicionadas para dissipar tempestades, mas eram componentes de alguma estrutura maciça, talvez a torre mencionada por Josefo.

Paralelo ao quebra-mar sul havia um quebra-mar subsidiário, bem menor e menos largo. Provavelmente servia para minimizar os danos que tempestades poderiam causar ao quebra-mar principal, principalmente durante o inverno. Também poderia ter servido para armazenar cargas que seriam transportadas nos navios durante os meses de inverno, já que sua localização mais distanciada impedia que as ondas que quebravam chegassem às instalações de armazenamento no cais, e protegia os galpões e navios atracados em seu paredão interior.

Na extremidade do quebra-mar sul também foram descobertas ruínas de um grande edifício, que pode ter sido o farol do porto, apesar de não ser mencionado



	por Josefo.
Outras informações	<p>Está submerso, pelo menos, desde o século III EC, tendo causado vários naufrágios por conta disso.</p> <p>Mergulhadores encontraram evidências de que a entrada do porto era fechada por uma corrente, prática comum por muitos séculos.</p>
Referências	<p>HOHLFELDER <i>et al</i> 1983, p. 137;  RABAN, HOHLFELDER 1981, p. 58;  WEISS 2014, p. 105; 160.</p>

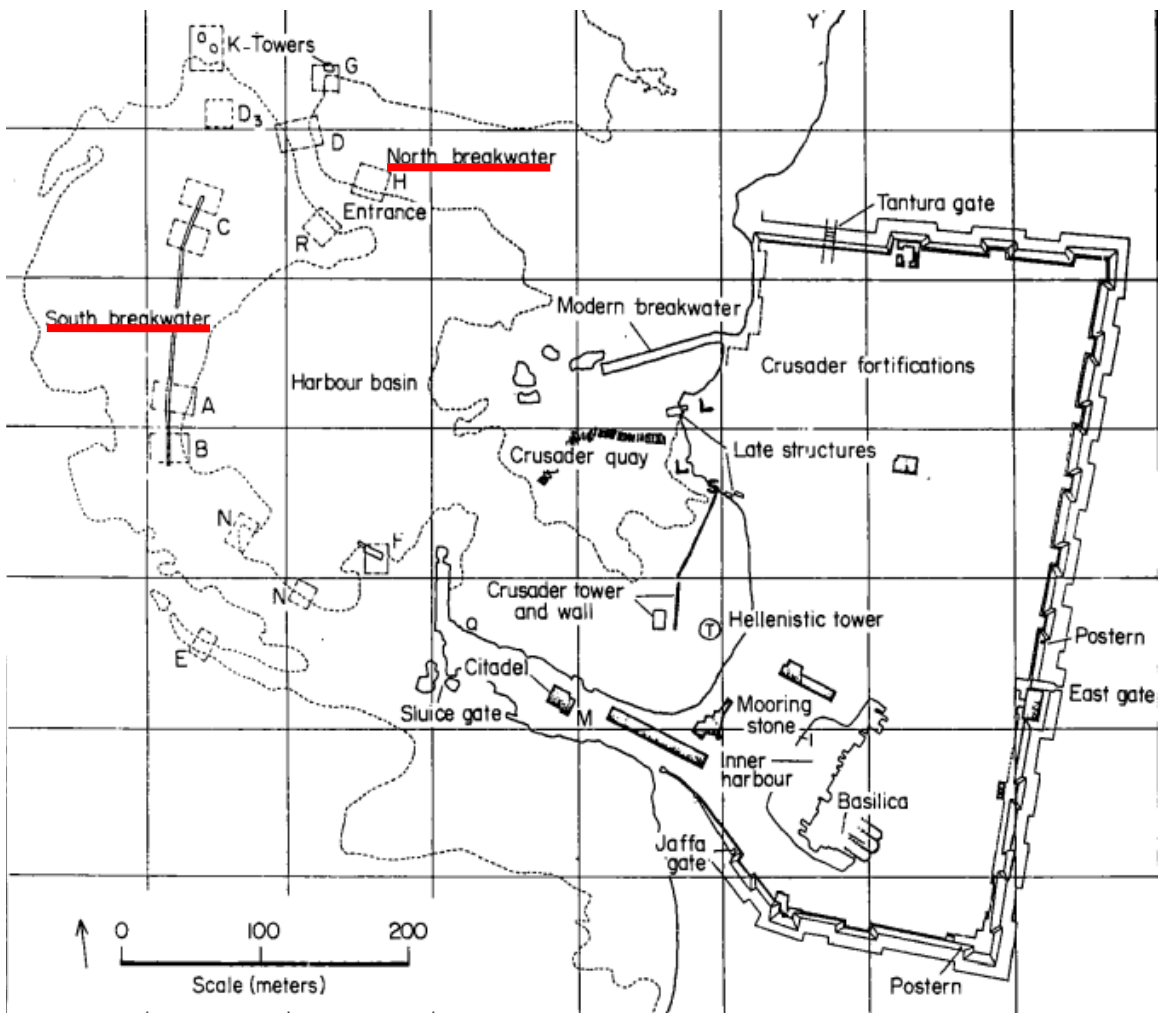


Fig. 31: Planta de Cesareia Marítima e Sebastos, com indicações das principais estruturas da cidade. Destaque para os quebra-mares sul e norte (RABAN 1992, p. 112)

## b. Porto interno

Área/Localização	Sebastos. Áreas T, M e I (Figs. 29, 31 e 32).
Cronologia	Construído no período herodiano; já no período islâmico, construções foram feitas em cima de sua base, que continuaram sendo ocupadas até o fim do período cruzado; Descoberto entre 1960 e 1964 por Avraham Negev; melhor explorado pela CCE nos anos 2000; atualmente existem lojas e restaurantes no local do porto interno, que foi assoreado, o que impossibilita novas escavações no local.
Funções e usos	Um dos atracadouros que constitui o complexo de Sebastos.
Arquitetura e métodos construtivos	É uma bacia artificial escavada na rocha, com mais de 40m de largura em seu eixo norte-sul e 100m de comprimento. É conectado com o porto principal por um canal. Provavelmente os construtores desse porto extraíram a pedra natural para ter um ancoradouro mais profundo. Era linear e retangular, e pode ter incorporado a pequena boca de um antigo leito de rio.
Outras informações	
Referências	HOLUM 2014, p. 188; HOHLFELDER <i>et al</i> , 1983, p. 136; RABAN, 1985, p. 167; RABAN 1992, p. 116-117.



Fig. 32: Planta de Cesareia Marítima e Sebastos durante o reinado de Herodes Magno. Fonte: K. Holm e A. Jamim (WEISS 2014, p. 105).

- **Achados relacionados**

1. **Busto**

Área/Localização	Área I/6. Parte leste do porto interno (Fig. 29).
------------------	---

Descrição	Busto masculino. Foi esculpido de modo a se encaixar em uma estátua. Suas feições e a forma do cabelo e barba remetem aos retratos do imperador Antonino Pio (Fig. 33).
Cronologia	Feito no período Antonino. Encontrado em 1992. Estava enterrada na areia que encheu o porto no fim no período bizantino.
Outras informações	Provavelmente representava o imperador Antonino Pio, que teria construído um banho em Cesareia Marítima e em troca os moradores o teriam homenageado com uma estátua.
Referências	GERSHT 1995, p. 109-110.



Fig. 33: Busto masculino, provavelmente de Antonino Pio (GERSHT 1995, p. 109)

## 2. Parte de estátua

Área/Localização	Área I/4 do porto interno (Fig. 29)
Descrição	Possível estátua de Afrodite, mas sem a cabeça, que aparenta ser uma cópia da Afrodite <i>Pontia-Euploia</i> , bem conhecida nos períodos helenístico e romano. Se for realmente o caso, a deusa poderia estar associada à proteção de marinheiros, já que a maioria dos deuses adorados em Cesareia Marítima tinha caráter marítimo (Fig. 34).
Cronologia	Encontrada em 1993.
Outras informações	Outras Afrodites foram encontradas em Cesareia Marítima, como a <i>Pudica</i> e a <i>Marina</i> , associada ao mar.
Referências	GERSHT 1995, p. 113-115.

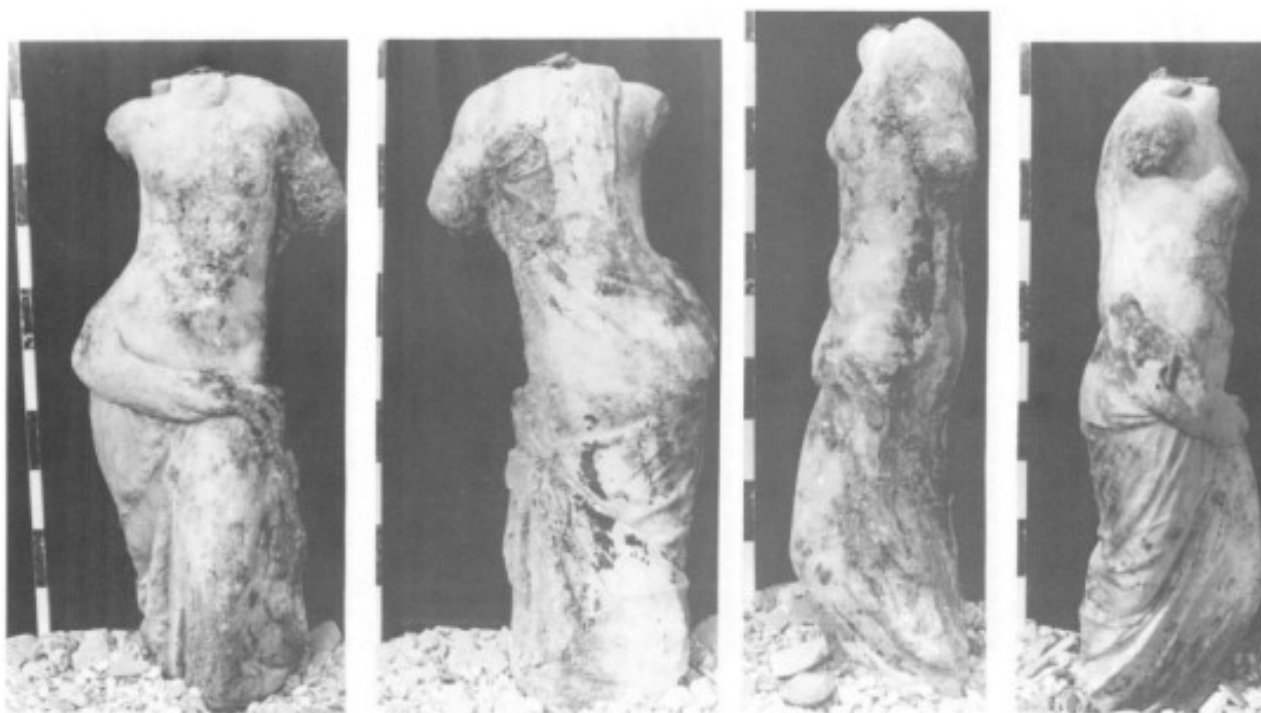


Fig. 34: Possível estátua de Afrodite *Pontia-Euploia* (GERSHT 1995, p. 113).

### 3. Vasos de cerâmica

Área/Localização	Área H do porto externo (Fig. 29). Ao longo da base do quebra-mar.
Descrição	Grande quantidade de vasos de cerâmica, que junto criaram uma grossa camada acima do antigo nível do mar. O repertório de cerâmica representa uma grande variedade de proveniências, e ilustra a escala do comércio marítimo que passava pelo porto de Cesareia Marítima durante o início do período romano. Esse repertório difere do de outros sítios levantinos por se originar principalmente do Mediterrâneo médio e ocidental.
Cronologia	Início do período romano.
Outras informações	Vasos domésticos, louças finas e ânforas comerciais encontradas tem paralelos com achados de sítios na Itália, sul da França e Espanha.
Referências	RABAN 1985, p. 158.

### 4. Moeda

Área/Localização	Porto interno. Área I-1 da escavação da CAHEP (Fig. 29)
Descrição	Moeda do último ano do reinado de Nero, que também marca o primeiro ano do reinado de Vespasiano. Foi a última a ter o epíteto “Cesareia, que está no porto de Sebastos”
Cronologia	Cunhada entre 67 e 68 EC. Encontrada na década de 1980 pela CAHEP
Outras informações	Acho mais recente (durante o período de

	funcionamento de Sebastos) encontrado no porto interno. Os achados mais antigos do mesmo local são vasos de cerâmica datados do século II AEC, o que confirmaria a vida curta de Sebastos
Referências	RABAN 1992, p. 119.

## FICHA 2: ANCORADOURO SECUNDÁRIO

Área/Localização	Baía sul.
Cronologia	Utilizado desde antes da construção de Cesareia Marítima, até pelo menos o período bizantino.
Funções e usos	Servia aos numerosos armazéns do local, mesmo depois da construção de Sebastos, que até meados do fim do século I EC era uma entidade separada da cidade, de forma que, provavelmente, as taxas reais para seu uso eram altas. Por isso, os cidadãos de Cesareia Marítima continuaram utilizando a baía sul. Além disso, sempre que as condições permitiam, os navios aportavam ao longo da <i>horrea</i> , próxima a essa baía, para facilitar o desembarque.
Arquitetura e métodos construtivos	Ancoradouro natural desprotegido (típico de outras cidades do Levante, como Gaza, Ascalon e Joppa). É delimitado ao norte por um molhe que se estende desde o promontório que delimita o complexo portuário interior, e ao sul por um promontório que se distingue por uma enorme piscina e evidências de pedreiras. Investigações subaquáticas feitas em 1981 concluíram que essa baía nunca teve estruturas marítimas. Na verdade, parece

	<p>que a baía sul serviu apenas como ancoradouro natural por toda a história de Cesareia Marítima, embora em vários momentos da antiguidade, grandes quantidades de pedras e escombros foram despejados no cais e no promontório para aumentar a proteção natural do local. É possível, porém, que ao longo de toda a extensão dessa baía possa ter existido um cais de carga, hoje obscurecido por uma estrada de terra. Tal instalação teria servido aos numerosos <i>horrea</i>, ou depósitos de armazenamento, que existem nessa porção da cidade.</p>
<p>Outras informações</p>	<p>Foi encontrada uma âncora de 1200 AEC no local. Não fazia parte do complexo de Sebastos, mas continuou em uso mesmo após a construção de Sebastos.</p> <p>A presença de depósitos nessa parte da cidade reforça o pressuposto de que a baía sul foi um ancoradouro secundário durante os mais de seis séculos em que esses edifícios estiveram em uso. Embora as mercadorias pudessem facilmente ser transportadas de carroça para o complexo de Sebastos, parece mais provável que, sempre que as condições marítimas permitissem, os navios atracassem ao lado das <i>horrea</i> para facilitar seu carregamento e descarregamento. Além disso, diversos cacos de cerâmica e uma âncora de pedra (de cerca de 1200 AEC) descobertas, sugerem que a baía era usada como ancoradouro bem antes da construção da cidade de Herodes.</p>
<p>Referências</p>	<p>RABAN 1992, p. 120; HOHLFELDER <i>et al</i> 1983, p. 140-141; RABAN; HOHLFELDER 1981, p. 60.</p>

### FICHA 3: CAIS/ INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

<p>Área/Localização</p>	<p>Ao norte de Sebastos, adjacente à</p>
-------------------------	--



	<p>sinagoga e aos níveis de ocupação helenística escavados por Michel Avi-Yonah (1956, 1961) e à oeste das torres circulares gêmeas descobertas por Antonio Frova (1965).</p>
<b>Cronologia</b>	<p>Provavelmente era parte de Torre de Estratão ainda no período fenício. Continuou em uso no período helenístico e herodiano. Descoberto em 1980.</p>
<b>Funções e usos</b>	<p>Atracadouro utilizado do período fenício ao período herodiano, pelo menos.</p>
<b>Arquitetura e métodos construtivos</b>	<p>Cais fenício e/ou helenístico com cerca de 4m de largura e com cerca de 30m visíveis hoje. O cais helenístico foi construído com o lado exposto para o mar, ou oeste, protegido por uma série de recifes naturais. Para o sul e leste, a própria costa oferecia proteção. Sua face norte aparentemente foi parcialmente fechada pela continuação da muralha herodiana, uma fortificação visível ao longe.</p> <p>Era encimado por blocos de silhar unidos por um tipo de grampo de chumbo. Esse tipo de bloco com grampos como fixadores é característico de construções herodianas de outros locais em Cesareia Marítima, o que sugere que esse cais foi reformado quando Sebastos foi construído e aparentemente serviu a alguma função comercial. Na verdade, talvez tenha sido até mesmo incorporado no plano da cidade.</p>
<b>Outras informações</b>	<p>Continuou em uso mesmo após a construção de Sebastos. Foram encontrados muitos objetos de cerâmica do período helenístico (III - II AEC) no local.</p> <p>Além desse porto, duas grandes torres ligadas a ele, de 12m de diâmetro cada, também foram associadas/anexadas a</p>

	muralla herodiana.
Referências	HOHLFELDER <i>et al</i> 1983, p. 141; RABAN, HOHLFELDER 1981, p. 59-60.

- **Achado relacionado**

### 1. Naufrágio

Área/Localização	Área Y, a 150 m do atracadouro norte. Local de águas rasas, parcialmente protegido por recifes rochosos a oeste e sudoeste.
Descrição	Naufrágio romano (assim determinado por conta do estilo da técnica de construção em concha e do tipo de encaixes e espigas que foram usados para prender as placas umas às outras) descoberto a cerca de 60m da costa, em uma área que continha pedras de construção, blocos de silhar e cacos de cerâmica, arrastados pelas ondas. A profundidade do mar abaixo do casco do navio era de apenas 2,5m.
Cronologia	Naufragado no período romano. Descoberto em 1980.
Outras informações	Foram descobertas duas balanças de bronze e muitos cacos de cerâmica. Mesmo que muitos dos cacos tenham sido trazidos de outros locais pelas correntes marítimas, há uma grande quantidade de <i>dolia</i> , tipo incomum de cerâmica no oriente, e raramente encontrado em escavações terrestres, mas que eram recipientes padrão para cargas a granel comercializadas pelo mar do período republicano ao romano tardio. A junção de um grande navio mercante, <i>dolia</i> quebrada e balanças, sugerem que o naufrágio transportava uma carga a granel cara o suficiente para ser pesada quando carregada ou descarregada. Podia ser sal do Mar Morto, ou especiarias.

Referências	RABAN 1985, p. 173-176.
-------------	-------------------------

#### FICHA 4: HORREA/ ARMAZÉNS

Área/Localização	Área I, 3 (Fig. 32 e 35)
Cronologia	Período pré-herodiano, herodiano e romano. Identificado na década de 1960 por Negev.
Funções e usos	Armazenamento de bens que eram comercializados pelo porto.
Arquitetura e métodos construtivos	Consiste em uma série de quatro abóbadas paralelas, construídas com blocos de silhar alternados, com 30m de comprimento e 5m de diâmetro, abertas para oeste. Em sua planta se assemelham aos armazéns de Massada e Samaria, mas os telhados destes eram planos. As <i>horrea</i> refletem uma tradição do Oriente Médio. Elas constituem um complexo arquitetônico, com aberturas em arco perto da frente e uma segunda na extremidade traseira das paredes laterais, que fornecem acesso entre as abóbadas adjacentes. Parte da estrutura remete à face interna do muro de Cesareia Marítima, datada do período herodiano. Outra parte, a face da parede norte do salão abobadado e a própria abóbada, são de um tipo diferente de pedra, menor e sem revestimento, sendo então pré-herodiana.
Outras informações	Na descrição de Josefo não há referência a nenhuma estrutura de armazenamento ao longo do molhe, apenas há câmaras abobadas para a estadia de marinheiros. A estratigrafia mostrou que as paredes das <i>horrea</i> são herodianas e pré herodianas. Parte da estrutura se tornou um Mitreu no

	<p>período romano tardio. No solo foram encontrados recipientes de cozinha quebrados, do tipo <i>Sigillata</i> oriental, característico do tempo de Herodes.</p> <p>As escavações feitas pela JECM apontaram que as abóbadas serviram como <i>horreum</i> até o século I EC, sendo que uma foi transformada em Mitreu, provavelmente no início do século II EC.</p>
<p>Referências</p>	<p>PATRICH 2001, p. 93; RABAN 1985, p. 169-170; RABAN, HOHLFELDER 1981, p. 57; PATRICH 2011, p. 227-229.</p>



Fig. 35: *Horrea* de Cesareia Marítima. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).

#### FICHA 5: TEMPLO DE AUGUSTO E ROMA

<p>Área/Localização</p>	<p>Área TP/terreno elevado perto da igreja cruzada (Fig. 32, 36 e 37)</p>
-------------------------	---

Cronologia	Construído no período herodiano; depois, no local, foi construída uma igreja cristã (cristianismo inicial), e depois o Templo da Plataforma (período bizantino); Descoberto entre 1960 e 1964 por Avraham Negev.
Funções e usos	Culto imperial.
Arquitetura e métodos construtivos	Foi construído em um afloramento de rocha e acima de uma plataforma elevada (a cerca de 11,5 m acima do nível do mar). Era uma estrutura coríntia com seis colunas, construída de pedra local (kurkar) e revestida com estuque contendo pó de mármore, para que ficasse lisa e brilhante. Josefo diz que os edifícios de Cesareia Marítima eram de pedra branca importada ( <i>Ant.</i> 15.331-332). Os detalhes foram feitos com tinta vermelha e azul. Ao contrário dos templos no fórum de César ou Augusto em Roma, o templo de Herodes ficava isolado e centralizado em seu precinto ( <i>temenos</i> ), mas a parte de trás desse recinto era curva, lembrando a colunata semicircular cortada em uma encosta de outro templo para Augusto, na colônia de Pisidian, em Antioquia. A ínsula, que era basicamente ocupada pelo <i>temenos</i> , estava cercada em três lados por ruas, e pelo porto interno em seu lado oeste. Na verdade, a orientação do templo estava de acordo com o eixo do porto, e não da cidade. O acesso pela cidade era feito por uma grande encruzilhada, mas a ampla escadaria sul levava a uma vista lateral do templo, não à sua impressionante fachada.
Outras informações	Uma das construções mais imponentes do tipo no Oriente, conforme aponta Josefo. Era a primeira coisa avistada por quem ia à Cesareia Marítima por mar, e foi construído em correspondência com o porto e não com o plano do restante da cidade. Josefo também informa que havia uma estátua de Augusto, retratado como

	<p>Zeus Olímpio, e uma de Dea Roma, retratada como Hera de Argos, dentro do templo. Hera geralmente era associada a Livia, então quando Herodes coloca uma estátua dessa deusa no templo, ele também insere Livia no culto imperial de Cesareia Marítima. Além das estátuas de Augusto e de Dea Roma, provavelmente também havia três outras imagens que Herodes erigiu em honra de seus benfeitores: uma de Livia, de um príncipe Julio-Claudiano, e uma de Vênus Marina.</p>
<p>Referências</p>	<p>HOLUM 2014, p. 188; BURRELL, p. 221-222; ROLLER 1998, p. 153; NETZER 2007, p. 79-80; GERSHT 2001, p. 70.</p>

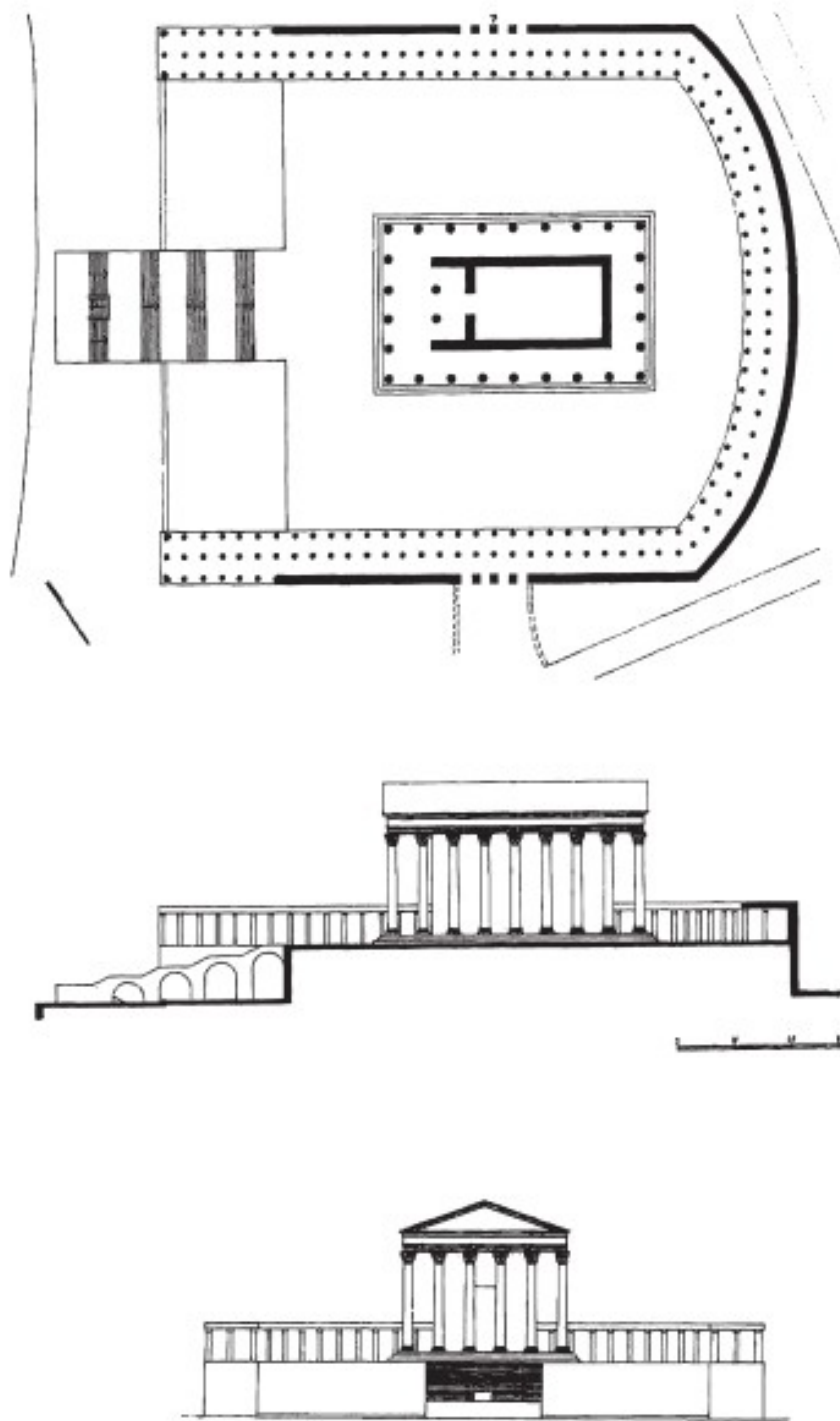


Fig. 36: Plano do templo de Augusto e Roma em Cesareia Marítima, e de seu precinto. Desenho por R. Laureys (NETZER 2007, p. 81).





Fig. 37: Remanescentes do templo de Augusto e Roma, com reconstituição possível da escada que o ligava ao porto interno. Foto: Gabriela R. Marques (25/07/2022).

#### a. Ninfeu

Área/Localização	Canto noroeste do templo de Roma e Augusto (os nichos foram cortados na fachada do templo) (Fig. 38).
Cronologia	Provavelmente construído nos últimos anos do reinado de Tiberio. Descoberto na década de 1960 por Negev, escavado pela IAA em 1994.
Funções e usos	Culto (mas não se sabe com certeza a que deuses). Possivelmente era um local que representava o bem-estar (salus) dos habitantes da cidade.
Arquitetura e métodos construtivos	Ficava de frente para o mar, a cerca de 17m do porto interno. Até pelo menos o século IV AEC, o ninfeu permaneceu praticamente o mesmo, de forma que aqueles que entravam na cidade pelo mar, por meio do porto interno e a rua principal, poderiam ter a bela vista de três estátuas sentadas em frente a um jardim



	pintado - toda a fachada era pintada com uma cena de um jardim atrás de uma cerca de treliça marrom, motivo comum em alguns sítios ocidentais.
Outras informações	É possível que no 3º nicho houvesse uma estátua de Asclépio, já que ele está relacionado com Higiéia.
Referências	GERSHT 2001, p. 73-74, 78-79; GERSHT 2008, p. 533.

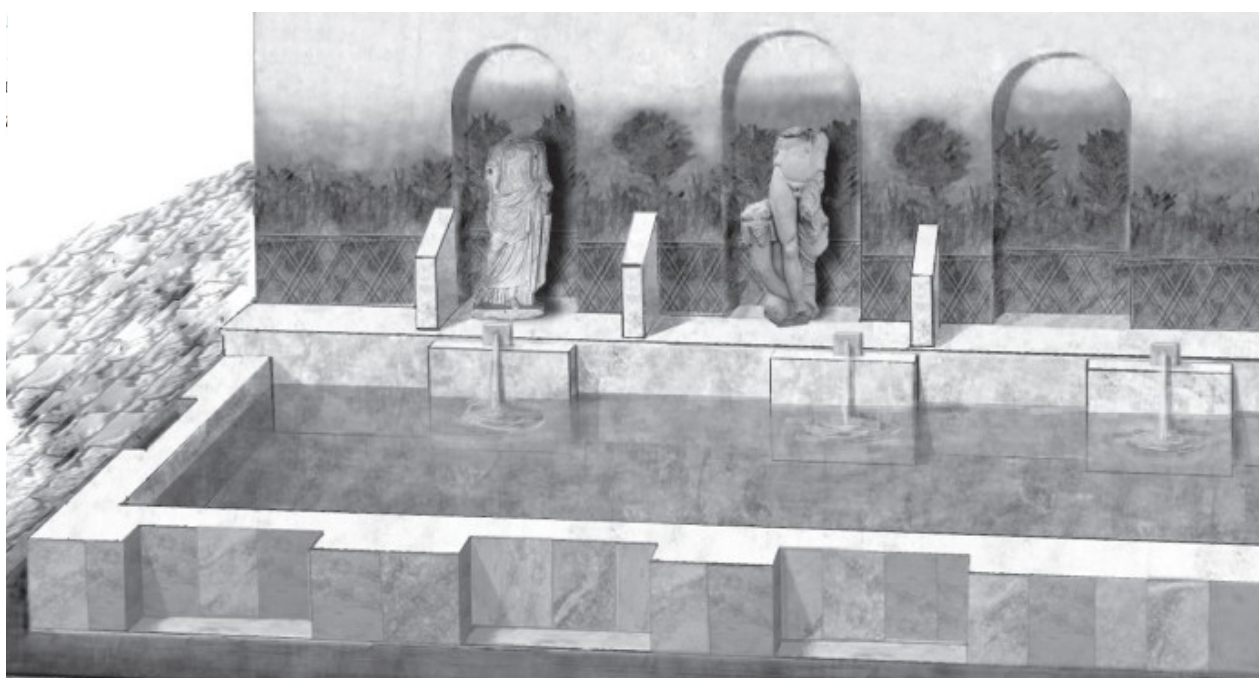


Fig. 38: Reconstrução do Ninfeu (GERSHT 2017, p. 77)

- **Achados relacionados**

### 1. Estátuas

Área/Localização	Ninfeu
Descrição	Duas estátuas. Uma, de 1,75m, retrata possivelmente o imperador nu, ou o <i>genius</i> (espírito guardião) da cidade, com uma cornucópia apoiada em sua perna direita. A outra estátua, 1,56m,

	<p>provavelmente retrata Higieia, vestida em <i>chiton</i> e <i>himation</i>, e foi encontrada sob um dos nichos do ninfeu. Essas estátuas preenchem 2 dos 3 nichos do ninfeu (Fig. 39).</p>
<b>Cronologia</b>	<p>A primeira foi descoberta na década de 1960, e a segunda em 1994.</p>
<b>Outras informações</b>	<p>Como o culto de Asclépio e Higieia eram importantes em Cesareia Marítima (geralmente os dois eram colocados ao lado de fontes de águas com propriedades curativas), e o fragmento de uma dedicatória a Asclépio foi encontrada em frente ao templo da plataforma, foi sugerido que a escultura faltante no terceiro nicho seria dessa deidade, assim como no ninfeu de Apamea, Síria. Se as esculturas forem de Higieia, Asclépio e do <i>genius</i> da cidade de Cesareia Marítima, elas podem ser interpretadas como garantida do bem-estar (<i>salus</i>) dos habitantes da cidade.</p>
<b>Referências</b>	<p>GERSHT 2008, p. 532-533.</p>



Fig. 39: Estátua de uma mulher, possivelmente Higieia (à esquerda). Estátua de um homem com uma cornucópia, possivelmente o imperador ou o *genius* da cidade (à direita). Israel Antiquities Authority (GERSHT 2008, p. 532).

#### FICHA 6: MITREU

Área/Localização	Área C1/ ficava em uma inclinação acima da costa oeste (Fig. 40).
Cronologia	Usado como centro de culto nos séculos II EC e III EC; Descoberto em 1979 pela JECM; no período herodiano o local era um armazém relacionado ao porto.
Funções e usos	Centro de culto do deus Mitras.

Arquitetura e métodos construtivos	Era parte de um complexo de subestruturas abobadadas.
Outras informações	Foi um dos primeiros Mitreus conhecidos no Oriente Médio.
Referências	HOLUM 2014, p. 190; GERSHT 1996, p. 306; RABAN 1992, p. 121.



Fig. 40: Abóbada 1 (Mitreu). Por J. J. Gottlieb.

- **Achado relacionado**

**1. Medalhão**

Área/Localização	Encontrado perto do altar, no templo de Mitras.
Descrição	Pequeno medalhão de mármore retratando Mitras tauroctonos, acompanhado de Cautes e Cautopates segurando tochas, e pelo busto de Sol e Luna (Fig. 41).

<b>Cronologia</b>	Provavelmente feito no século II EC. Encontrado em 1973.
<b>Outras informações</b>	
<b>Referências</b>	GERSHT 1996, p. 306.



Fig. 41: Medalhão de mármore retratando Mitras matando um touro. Encontrado pela JECM no Mitreu (GERSHT 1996, p. 306).

## FICHA 7: PALÁCIO DE HERODES/ PALÁCIO DO PROMONTÓRIO

<b>Área/Localização</b>	Ficava em um promontório que se projeta para o mar, ao sul de Sebastos (Fig, 32 e 42).
<b>Cronologia:</b>	Construído no período herodiano, depois usado pelos governadores romanos, a partir de 6 EC. Descoberto por Ehud

	Netzer, entre 1975 e 1979.
Funções e usos	Palácio de onde Herodes observava o progresso da construção do porto e da cidade. Posteriormente foi pretória dos governadores romanos.
Arquitetura e métodos construtivos:	<p>O palácio tinha salas de jantar e acomodações para convidados, e circundava uma piscina de água fresca. O terraço superior possuía um jardim flanqueado por colunas de mármore, ao norte do qual havia um auditório onde Herodes mantinha a corte.</p> <p>Era um edifício retangular composto de cômodos que ficavam em torno de um pátio peristilo, não muito diferente do palácio de Herodes em Jericó; mas, neste caso, o centro do pátio não era um jardim ou um local de reunião, mas um tanque com canais para enchê-lo de água fresca (piscina), embora ficasse no meio do mar. A extremidade leste da piscina tinha uma grande sala de jantar e recepção com vista para sua extensão; de lá, podia-se andar pelos pórticos floridos ou subir as escadas até um mirante semicircular no segundo nível, que evitava ventos e borrifos, permitindo aos hóspedes uma vista para o mar. Embora palaciana, essa ala inferior não tinha instalações para acomodar muitos convidados ou petionários, e parece ter sido para uso do próprio Herodes. Apenas mais tarde foi instalada uma nova ala pública, que era acessada por meio de um impressionante portão, que levava a um enorme pátio peristilo projetado para a reunião e controle de multidões. Restos de um pódio retangular central provavelmente marcam o tribunal do rei; e ao norte, uma ampla basílica provavelmente era destinada a audiências fechadas.</p> <p>Foram distinguidas quatro fases de modificações na estrutura, inclusive dos</p>

	mosaicos.
<b>Outras informações:</b>	Do lado leste do terraço superior do palácio, a IAA escavou outras estruturas que faziam parte da expansão feita durante o governo romano (o palácio foi expandido quando se tornou pretório).
<b>Referências:</b>	HOLUM 2014, p. 191, 196; PATRICH, p. 90; BURRELL, p. 223-224.

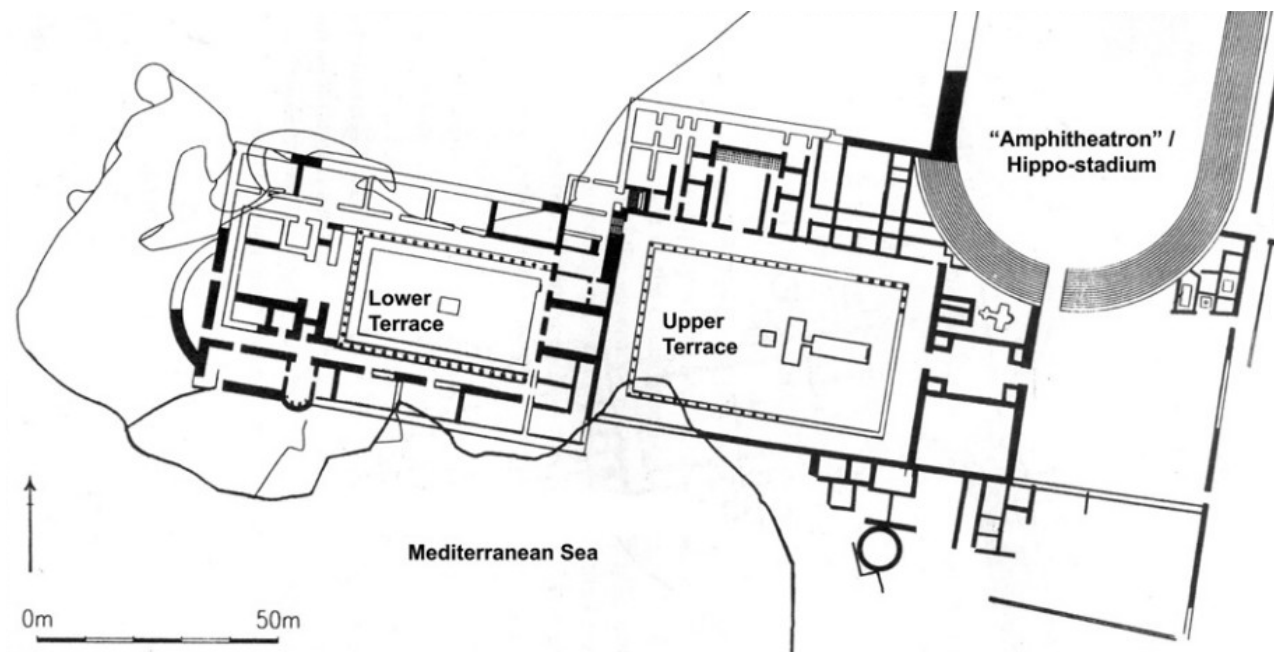


Fig. 42: Planta do palácio de Herodes. (PORATH 2000, p. 40).



## **CAPÍTULO 4 – ANÁLISE RELACIONAL DOS DADOS: REVERBERAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA E NATURAL NA VIDA SOCIAL**

### **4.1. Análise dos portos e arredores**

#### **4.1.1. Nuances costeiras: divergências e semelhanças entre os portos de Tel Dor e Cesareia Marítima**

Conforme abordado no capítulo 1, o mundo romano viu crescer o número de portos pelo Mediterrâneo, assim como da variedade das tecnologias a eles associadas. Isso não significou, entretanto, que todos os portos construídos no período romano foram monumentais. Autores como George W. Houston (1988) defendem que a grande maioria dos atracadouros desse período eram, na verdade, pequenos. Isso porque era mais comum o uso de barcos mercantis pequenos<sup>49</sup> (de 60 toneladas ou menos) - mesmo que a tecnologia da época permitisse a construção de embarcações maiores - principalmente em viagens de curto e médio prazo. Barcos pequenos não teriam tanto impacto na configuração de um porto, já que podiam atracar em águas rasas e mesmo em praias, não sendo necessários grandes investimentos em estruturas marítimas (NAKAS 2020, p. 5).

O uso de barcos grandes (de 500 toneladas ou mais) seria exceção, ocorrendo principalmente em situações que envolvessem viagens muito longas, ou a ida para grandes mercados (o que justificava o transporte de um número maior de bens). Portanto, os portos monumentais, como o de Cesareia Marítima, eram a exceção e não a regra no mundo romano. A maioria possuía pouca ou nenhuma estrutura marítima. Mesmo nas fontes escritas há referências à simplicidade dos portos romanos. Ulpiano, escrevendo no século II EC define um porto apenas como “um local protegido, onde bens podem ser carregados e descarregados” (Dig. 50.16.59 *apud* HOUSTON 1988, p. 563). Além disso, no período romano, a atracagem em docas não era muito comum. A prática mais utilizada era o uso de âncoras, que possuíam diversos tipos e tamanhos, a

---

<sup>49</sup> Os barcos pequenos geralmente carregavam bens diversos em pequena quantidade, que pertenciam a diferentes mercadores. Dessa forma, caso o barco naufragasse, não haveria tanto prejuízo para uma só pessoa (HOUSTON 1988, p. 558).



depende do local onde o barco atracaria. Fator esse que também podia tornar desnecessária a construção de maiores estruturas para ancoragem (NAKAS 2020, p. 5).

Era esse o caso dos atracadouros de Tel Dor. Conforme detalhado nas fichas do capítulo anterior, Dor possuía, ao que tudo indica, três formações naturais que eram utilizadas como atracadouros, mas nos ateremos apenas a duas: a baía norte (ficha 1 de Tel Dor) e a baía sul, em conjunto com a lagoa Tantura (ficha 2 de Tel Dor). Há também a possibilidade da outra baía de Dor – a baía central, ou baía do amor - ter sido utilizada como porto, mas, não encontramos vestígios suficientes do período romano para que a mesma entrasse nesse escopo.<sup>50</sup>

A baía norte de Tel Dor começou a ser mais explorada apenas recentemente, no final da década de 2010, principalmente por iniciativa de Assaf Yasur-Landau, Ehud Arkin Shalev e Gil Gambash, em consonância com o trabalho feito pelo *Tel Dor Excavation Project*. Ela conta com três enseadas (Fig. 12), sendo que em duas delas (áreas B e C – a área A servia mais como entrada para a área C) foram encontrados diversos vestígios romanos, tanto objetos menores de cerâmica (que também podem ter sido depositados pelas correntes marítimas) quanto grandes estruturas públicas (como um teatro e um possível armazém). Ambas as enseadas foram utilizadas pelos romanos, mas uma era mais rasa (área C) e a outra mais profunda (área B). A mais profunda, que ficava a cerca de 250 m da extremidade norte da cidade romana, era utilizada desde a Idade do Bronze, e continuou em uso pelo menos até 1000 EC (SHALEV *et al* 2019, p. 227-228). Isso porque, além de profunda era protegida. Por conta de suas características, talvez abrigasse barcos maiores, que provavelmente encalhariam se aportassem em uma enseada mais rasa. Ou até mesmo navios de guerra quando necessário, por conta de sua proteção natural.

Já a enseada mais rasa, localizada na parte central e sul da baía norte, facilitava o carregamento e descarregamento de bens em barcos menores, provavelmente sendo mais próxima da cidade romana. Não à toa, é a enseada que mais possui vestígios de objetos de cerâmica, além de muitas pedras de lastro (em comparação, a parte leste da baía quase não tem achados). Além disso, é próxima a essa enseada que se encontra a única estrutura portuária até agora relacionada à Dor romana. Trata-se de um provável armazém (SHALEV *et al* 2019, p. 219, 227-228). Tal construção reitera o uso intenso dessa enseada pelos romanos, ao menos por motivos comerciais, já que atesta que havia

---

<sup>50</sup> Na verdade, Stern nos informa que a baía central pode ter sido não apenas um local de ancoragem, mas de construção e lançamento de barcos (STERN 1995, p. 11).

um grande volume de bens que entravam e saíam da cidade e que precisavam ser armazenados. Outro fator que poderia reforçar ainda mais a importância dessa baía é a base de uma estátua do governador romano Gargilius Antiquus, encontrada em explorações subaquáticas, em 1978 (SHALEV *et al* 2019, p. 224). Entretanto, como a peça não estava em seu contexto primário e nem secundário, seu posicionamento original é incerto.

A baía norte passou a ser mais intensamente utilizada a partir do período romano, mas antes disso, o principal atracadouro de Dor ficava ao sul, e era formado pela baía sul e pela Lagoa Tantura (que não é uma lagoa, mas sim uma faixa de mar cercada por três pequenas ilhas). Dessa forma, Dor possuiu, pelo menos por um tempo, um porto duplo (assim como Tiro e Sidon), mas essa formação foi posteriormente separada por um banco de areia. Tendo sido utilizado desde a Idade do Bronze, esse atracadouro foi abandonado no período bizantino, provavelmente por conta da sedimentação e do aumento do nível do mar. Ali foram encontradas estruturas portuárias das Idades do Bronze e Ferro, mas nenhuma do período romano. Na região da Lagoa Tantura foram encontrados cerca de vinte naufrágios, do período romano ao otomano (LAZAR *et al* 2020, p. 2-9). O uso da Lagoa Tantura pelos romanos também é atestado por uma inscrição de altar dedicada a Antonino Pio, encontrada no local (WACHSMANN; RAVEH 1984, p. 224 e DE GRUYTER *et al* 2011, p. 842).

Dessa forma, fica claro que os romanos fizeram uso não apenas de um, mas de vários atracadouros em Tel Dor. A existência de mais de um porto em cidades costeiras do Mediterrâneo não era incomum. Vemos uma situação semelhante em Cesareia Marítima, onde houve o uso tanto de atracadouros naturais, ou com pouca intervenção humana, quanto do porto monumental artificialmente construído, Sebastos.

Os atracadouros naturais eram dois: um se localizava ao norte e o outro ao sul de Sebastos. Na verdade, apesar de serem naturais, ambos possuíam estruturas marítimas a eles relacionadas. O que ficava ao norte (ficha 3 de Cesareia) era utilizado no mínimo desde o período helenístico, quando da existência de Torre de Estratão. O seu cais, que era provavelmente helenístico (foram encontrados muitos objetos de cerâmica desse período no local), foi construído com 4 m de largura e pelo menos 30 m de comprimento, e era protegido por uma série de recifes naturais em seu lado oeste, e pela própria costa no lado leste. Ele continuou sendo utilizado durante o período herodiano, e é provável que tenha sido incorporado ao plano de Cesareia Marítima, já que sua parte norte foi alcançada pela muralha da cidade. Além disso, o cais parece ter sido reformado

nessa mesma época, já que o estilo construtivo utilizado (blocos com grampos fixadores) pode ser visto em outras estruturas de Cesareia Marítima. Também havia duas grandes torres relacionadas a esse atracadouro, de 12 m de diâmetro cada, que foram anexadas à muralha de Herodes. Robert L. Hohlfelder defende que esse atracadouro era na verdade um porto helenístico construído na tradição *limen kleistos* (porto fechado com um atracadouro interno separado), por conta da proteção que possuía (HOHLFELDER 1981, p. 60).

O atracadouro sul (ficha 2 de Cesareia), por sua vez, era uma baía desprotegida formada por dois promontórios, utilizada desde, aproximadamente, 1200 AEC (foram encontradas âncoras de pedra desse período) até o período bizantino. O promontório norte marcava o limite sul de Sebastos, enquanto o promontório sul foi nivelado e transformado em uma piscina, ou tanque de peixes, conectada ao mar (RABAN; HOHLFELDER 1981, p. 60). A baía sul era utilizada concomitantemente a Sebastos pelos cidadãos de Cesareia Marítima, por conta das altas taxas de uso do porto real (pelo menos até meados do fim do século I EC), entre outros motivos. Apesar de explorações subaquáticas não confirmarem a existência de estruturas marítimas na baía, mesmo durante o período herodiano, é possível que existisse um cais de carga, que servia aos numerosos armazéns próximos (que foram usados do século I aos VII EC), e que hoje estaria obliterado por uma estrada de terra. A presença desses armazéns atestaria, inclusive, que a baía sul foi utilizada como atracadouro secundário, principalmente quando as condições climáticas eram favoráveis. Além disso, mesmo sendo utilizada como atracadouro natural, pedras e escombros eram depositados no cais e no promontório da baía, para que sua proteção aumentasse (RABAN 1992, p. 120 e HOHLFELDER *et al* 1983, p. 140-141).

Até aqui vimos o que seria o mais comum no mundo romano: portos simples e naturais, e com pouca, ou nenhuma, estrutura marítima. Agora nos voltamos para a (grande) exceção: Sebastos (ficha 1 de Cesareia), principal ponto que diferenciava a paisagem costeira de Tel Dor e Cesareia Marítima. Tendo já discorrido sobre as possíveis motivações de Herodes para a sua edificação, focamos aqui nas especificidades de suas construções. Isso porque, Sebastos era um complexo portuário, constituído por diversas estruturas. Josefo (*Ant.* 15.333; *War.* 1.409) revela, porém, que sua construção foi desafiadora, já que não havia nenhuma formação natural que facilitasse a edificação de um porto artificial no local. Pelo contrário, as condições naturais eram desfavoráveis, já que havia uma forte corrente vinda do sul que carregava

grande quantidade de aluvião do Delta do Nilo, e uma construção que bloqueasse essa corrente causaria a deposição de areia ao sul do local, o que aceleraria a erosão da estrutura. Também o mar do lado oeste proporcionava muitas tempestades. Além de que, a pedra local geralmente usada em construções, o kurkar, não era adequada para ambientes marítimos. A solução de Herodes para resolver tais problemas foi investir em tecnologia, materiais e construtores romanos (HOHLFELDER 2003, p. 18).

Apesar do uso predominante do concreto hidráulico, várias tecnologias foram aplicadas na construção de Sebastos. Tradições e técnicas locais e do leste do Mediterrâneo também influenciaram seu planejamento. Seus dois quebra-mares eram como braços que o envolviam, sendo o sul o maior, com cerca de 600 m de comprimento, e o norte o menor, com 200 m de comprimento (HOHLFELDER 1983, p. 134). Eles foram construídos com pedras entulhadas entre os cais de concreto. Esse concreto era assentado embaixo d'água dentro de formas de madeira ou cofragem. Existem três possíveis métodos utilizados para assentar o concreto que compôs as fundações das torres do paredão e reforçou os quebra-mares: a construção de um recinto com tábuas de madeira verticais cravadas no fundo do mar, técnica que pode ser vista em Cosa, Anzio e Portus e que segue a descrição de Vitrúvio sobre a construção de estruturas de pozzolana no mar; o uso de uma única forma flutuante de lados duplos, que criava um recinto com fundo aberto que era então preenchido com concreto embaixo d'água, depois que a parte vazia entre os lados da forma eram preenchidos o suficiente para que ela afundasse. O uso dessa técnica pôde ser notado na área G e na extremidade oeste do quebra-mar norte, não tendo sido encontrado nenhum paralelo em outros portos; e por fim, a instalação de barcaças retangulares usadas para criar recintos estanques para que o concreto fosse assentado em um ambiente seco. Essa técnica, vista na área K e no quebra-mar sul, é semelhante à usada no porto de Alexandria, sendo um possível exemplo de tradição oriental adaptada à tecnologia ocidental (BRANDON 2008, p. 251-252).

O quebra-mar principal aparentemente foi formado por duas linhas de *pilae* (blocos individuais retangulares de concreto), sendo que a fileira externa desse *pilae* funcionou como *prokumai* (quebra-mar). Esse sistema pode ter sido tanto influência romana, principalmente de Cosa e Puteoli, quanto conhecimento local derivado dos fenícios, que usavam recifes para proteger seus portos internos (BRANDON 2008, p. 252). Havia ainda um quebra-mar subsidiário menor atrelado à parte externa do quebra-mar principal, que o protegia de tempestades. Ele era mais estreito e mais baixo que o

quebra-mar principal, e não havia nenhuma estrutura que os conectava (RABAN 1985, p. 159-160). Além disso, na extremidade do quebra-mar sul havia um provável farol, que não foi mencionado por Josefo – mas que seria um edifício essencial em um porto do tamanho de Sebastos. Porém, ele menciona um muro adornado com torres, localizado acima do quebra-mar principal, e seis colossos que ficariam na entrada do complexo – três localizados no lado leste, acima de uma grande torre, e três no lado oeste, suportados por pedras (HOHLFELDER *et al* 1983, p. 134). Os colossos não foram encontrados, mas, se realmente existiram, é possível que Herodes tenha se inspirado nos colossos de Rodas, e que as figuras representassem divindades romanas, ou mesmo membros da família Julio-Claudiana. Se assim fosse, essas estátuas também fariam parte dos esforços do rei para reiterar sua aliança com Roma, além de ser um lembrete da importância do imperador aos marinheiros que saíam e chegavam à Cesareia Marítima (HOHLFELDER 2003, p. 29).

A organização do complexo pode ser comparada ao *limen kleistos*, já que Sebastos possuía um porto externo (composto pelas estruturas acima descritas), cuja entrada se dava pelo norte (lado menos atingido por tempestades) e provavelmente era fechada por uma corrente; e um porto interno menor – não mencionado por Josefo -, com 40 m de largura e 100 m de comprimento, conectado ao porto principal por um canal, e também ligado ao templo de Augusto e Roma (RABAN; HOHLFELDER 1981, p. 59 e RABAN 1992, p. 116). Esse porto era uma bacia artificial escavada na rocha, sendo que os construtores extraíram a pedra natural para ter um ancoradouro mais profundo. Sua entrada ficava ao sul de uma torre circular, que provavelmente antecedia a cidade herodiana. Ele foi construído em cima de um promontório natural, que talvez fosse uma das razões que levou Herodes a escolher esse trecho específico da costa para ser um ponto importante de sua cidade, já que além do porto interno, esse promontório também abrigava o templo de Augusto e Roma. Entretanto, possivelmente o porto interno teve uma vida curta, assim como Sebastos como um todo (HOHLFELDER *et al* 1983, p. 136).

Ao observar os atracadouros das duas cidades devemos sempre levar em consideração que as tecnologias envolvidas na construção de portos e as diferenças em seus usos não seguiram um desenvolvimento linear. Na verdade, antes de tratar de um suposto desenvolvimento, diversas variáveis devem ser levadas em consideração: a topografia do local, a disponibilidade de materiais construtivos e as condições econômicas regionais (OLESON 1988, p. 148). Se pensarmos apenas em técnicas

inovadoras de construção, como as utilizadas em Sebastos, seria fácil concluir que os outros atracadouros, com seu caráter natural, passaram incólumes às inovações tecnológicas romanas, o que poderia indicar sua falta de importância para o império ou mesmo falta de recursos da cidade.

Porém, nem sempre era esse o caso. Os romanos se baseavam em dois princípios que definiam a prosperidade das cidades portuárias: continuidade e inovação. “O tradicional conhecimento local do sul do Levante em acessar o mar, ou seja, construir com o uso de vigas de silhar, ancorar fora da costa e em baías, continuou sendo bem usado no período romano” (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 79). Além disso, “a importância de uma cidade costeira não garantia a realização de melhorias em suas estruturas portuárias, assim como o sucesso comercial de uma cidade não dependia da existência de estruturas portuárias elaboradas” (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 81). Em Tel Dor, por exemplo, existem diversas evidências que apontam para uma prosperidade da cidade antes e depois do domínio romano, conforme visto em sua trajetória e conforme veremos nesse capítulo também. Mesmo em Cesareia Marítima, uma das cidades mais importantes do reino herodiano, portos mais antigos e simples continuaram em uso após a construção de Sebastos.

Dito isso, é claro que as técnicas e materiais construtivos desenvolvidos pelos romanos foram fundamentais para o aumento do número de portos, e de seus tamanhos, pelo Mediterrâneo. Nesse contexto, o concreto hidráulico teve grande destaque. Feito de argamassa e pozzolana (tipo de pó vulcânico), o concreto hidráulico se mostrou muito duradouro em estruturas terrestres, assim como de fácil sedimentação quando em contextos marítimos. Não se sabe ao certo quando essa descoberta foi feita, mas, a partir de então, o concreto hidráulico sempre estaria relacionado como a água, em estruturas como pontes, portos e aquedutos. O primeiro porto a fazer uso dessa tecnologia foi o de Cosa, entre o final do século II e início do século I AEC (OLESON 1988, p. 149).

Sebastos, portanto, era singular na paisagem costeira levantina não apenas por seu tamanho, mas também pelos materiais e tecnologias envolvidos em sua construção. Além do uso do próprio concreto hidráulico, diferentes técnicas de deposição desse concreto no fundo do mar foram utilizadas. Nem sempre essas técnicas eram estritamente romanas. A elas era somado o conhecimento local, produto das ocupações anteriores daquele território.

#### **4.1.2. As áreas portuárias e a estruturação do restante das cidades**

O principal ponto que diferenciava Tel Dor e Cesareia Marítima, além da existência de Sebastos, era que a primeira não fazia parte do reino de Herodes e respondia diretamente aos romanos. Quanto às similaridades, foram apontadas as características de seus atracadouros naturais e seus usos durante o período romano. Havia, porém, outro ponto em comum entre as duas cidades: elas eram as únicas cidades portuárias do Levante a possuir estruturas de armazenamento.

Conforme indicado na ficha 3 de Tel Dor, a única estrutura marítima efetivamente relacionada com o período romano, até o momento, é um provável armazém, localizado na extremidade sul da baía norte. Esse armazém, que é uma estrutura retangular de 37 x 35 m, foi erigido na segunda fase construtiva romana da cidade, entre os séculos II e IV EC. Alguns pesquisadores discordam quanto à sua funcionalidade, mas seu tamanho e sua proximidade da costa reforçam a teoria de que se tratava, de fato, de um local para armazenamento de bens (SHALEV *et al* 2019, p. 209). Também devemos levar em conta que na época de sua construção a baía norte era mais utilizada pelos romanos do que qualquer outro atracadouro da cidade, de forma que grande parte do comércio externo se dava por ali, justificando a existência de um armazém no local.

A existência de armazéns, ou *horrea*, em Cesareia Marítima, por sua vez, é mais do que esperada, dado o tamanho de Sebastos. Próximo do porto interno, e abaixo do templo da plataforma, havia um complexo de duas séries de seis abóbadas paralelas (ficha 4 de Cesareia). Inicialmente foram creditadas como sendo herodianas, mas escavações da IAA demonstraram que na verdade foram construídas por volta de 300 EC. Além dessas, existem também as *horrea* que posteriormente foram transformadas em Mitreu. Elas consistiam em uma série de quatro estruturas abobadadas construídas com blocos de silhar. Possuíam aberturas em arco na parte da frente, e uma segunda abertura na extremidade traseira das paredes laterais, que forneciam acesso entre as abóbadas adjacentes (PATRICH 2011, p. 228). Sua constituição se assemelhava à dos armazéns de Massada (também construídos por Herodes) e Samaria, mas os telhados destes eram planos. Parte da estrutura remetia à face interna do muro de Cesareia Marítima, do período herodiano, enquanto outra parte, a face da parede norte do salão abobadado e a própria abóbada, eram de um tipo diferente de pedra, menor e sem revestimento, sendo provavelmente pré-herodiana (PATRICH, 2011, p. 227-229; RABAN 1985, p. 169-170 e RABAN, HOHLFELDER 1981, p. 57).

Na descrição que Josefo faz de Cesareia Marítima não há menção a nenhuma estrutura de armazenamento ao longo do porto, apenas a câmaras abobadadas utilizadas como estadia para os marinheiros (YASUR-LANDAU *et al* 2018, p. 79). Considerando que posteriormente uma das câmaras abobadadas foi transformada em Mitreu, não seria de todo estranho que alguma delas também já tivesse possuído a função de abrigo para marinheiros, já que então provavelmente existia certa maleabilidade em seus usos. Além disso, se parte da estrutura era pré-herodiana, é possível também que o depósito de bens tenha sido uma função posterior dessa construção.

Na verdade, havia diversos armazéns em Cesareia Marítima, nem todos próximos dos atracadouros. Até porque, armazéns também eram utilizados para o provisãoamento de alimentos para a população local, e não apenas para guardar bens comercializados pelo mar. É importante salientar também que havia diferentes tipos de estruturas de armazenamento no império. O *porticus* era inspirado na *stoa* grega, sendo uma estrutura de estocagem mais adaptável. Já as *horrea* armazenavam especificamente bens que seriam comercializados, e apareceram pela primeira vez no mundo romano, em Roma e Óstia, no final do século II AEC. Tratavam-se de fileiras de cômodos que poderiam ser construídas tanto na forma de um corredor quanto de um pátio, sendo o último uma influência helenística. No caso das províncias da Ásia Menor, África e Judeia-Palestina, as *horrea* geralmente eram corredores únicos com cômodos muito profundos abertos para o mesmo lado (PATRICH 2011, p. 225-226).

A existência de armazéns e *horrea* nas cidades indica não apenas sua importância no mundo romano, mas reitera que de fato eram cidades portuárias, e não apenas cidades que possuíam atracadouros. “A dependência da morfologia urbana em relação às instalações portuárias, por exemplo, define a “cidade portuária” e a sua função primordial como cidade com vocação mercantil, dedicada ao comércio marítimo” (TACLA *et al* 2011, p. 169). Ou seja, a organização e constituição do espaço urbano era um reflexo direto da função de uma cidade. Além disso, a trajetória de uma cidade também era um fator determinante para a caracterização de sua relação portuária.

Em Tel Dor, por exemplo, vimos que havia um uso de seus atracadouros desde a Idade do Bronze. E em suas sucessivas ocupações, seu caráter portuário sempre foi essencial para a perduração de sua importância, mesmo sob domínio de diferentes povos. No período romano podem ser distinguidas duas fases construtivas na cidade. A fase 2, assim denominada de acordo com a ordem dos estratos, deu certa continuidade à fase helenística, mas, a partir do século II EC, houve uma intensa atividade construtiva



na cidade, e diversas estruturas foram reformadas, ou mesmo demolidas, para dar lugar à outras, no que seria a fase 1. Em alguns trechos até mesmo a malha urbana citadina sofreu modificações. Stern oferece alguns possíveis motivos para essa mudança na paisagem construída de Dor, como o fato de que nesse período, especialmente durante o reinado de Adriano, muitas construções estavam sendo erigidas naquele território, provavelmente por conta da Segunda Revolta Judaica, que demandou a permanência de muitos soldados nas cidades que apoiaram os romanos no conflito – como era o caso de Dor (STERN 1995, p. 281).

Seja como for, um dos maiores exemplos da mudança paisagística que ocorreu no período romano em Dor foi a demolição de uma série de casas abastadas para dar lugar a um complexo de templos. Essas construções se localizavam entre as baías sul e norte, com vistas para o mar, correspondendo às áreas F e H do sítio arqueológico. As casas, conforme demonstrado na ficha 4 de Tel Dor, provavelmente pertenciam à elite da cidade e sua decoração era típica das estruturas domésticas do restante do império, sendo as de Pompeia um bom exemplo. Quanto aos métodos construtivos, perpetuou-se o que já era utilizado no período helenístico, isto é, os métodos fenícios – o que só mudaria na fase 1 romana. Por terem sido demolidas, poucos vestígios restaram das casas, mas entre os que foram encontrados destacam-se um piso de mosaico retratando dois golfinhos flanqueando um tridente e um fresco pintado com motivos vegetais e animais (Fig. 21) (NITSCHKE *et al* 2011, p. 147).

Ainda em Tel Dor, outra estrutura que sofreu modificações no período romano e que podemos citar são as instalações industriais (ficha 6 de Tel Dor), localizadas perto da baía sul e, majoritariamente, na área D do sítio arqueológico. Durante o período helenístico essas instalações na verdade faziam parte de um complexo de templos, que foi dividido em estruturas menores no período romano, que detinham função não apenas industrial, mas também doméstica (*insulae*). Na realidade, apenas as fundações e colunas da estrutura helenística foram reutilizadas (STERN 1997, p. 32; GILBOA *et al* 2010; NITSCHKE *et al* 2011, p. 151; SHARON *et al* 2006, 2009 e MATSKEVICH *et al* 2014).

Não se sabe ao certo o que era produzido em tais instalações industriais, ou mesmo se os bens produzidos eram exportados ou apenas serviam para uso da população local. Mas, a proximidade da baía sul pode ser um indicativo do comércio externo desses bens, apesar de não ter sido encontrado nenhum vestígio que aponte nessa direção. O que se sabe é que havia produção de alimentos, já que foram

encontradas diversas instalações de processamento de alimentos e fornos, além de um sistema de drenagem. Foi atestado também que um dos fornos era usado para metalurgia, principalmente de objetos de bronze (STERN 1997, p. 32; GILBOA *et al* 2010; NITSCHKE *et al* 2011, p. 151; SHARON *et al* 2006, 2009 e MATSKEVICH *et al* 2014).

Já no caso de Cesareia Marítima, sua organização urbana está diretamente relacionada com as intencionalidades de Herodes em sua construção. O porto de Sebastos era a atração principal da cidade, e também a maior conquista arquitetônica de Herodes. Josefo (*War* 1.410) chega a dizer que o rei visava conquistar o mar, ao construir o complexo portuário acima dele (HOHLFELDER 2003, p. 27). Mas, outros elementos da cidade também se destacavam. Primeiramente, ela havia sido planejada de acordo com o sistema ortogonal romano, e dois dos seus *decumani* principais eram conectados com o porto. E, além dos armazéns já descritos, e do templo de Augusto e Roma – que já foi mencionado, mas será melhor abordado posteriormente -, outra estrutura que merece menção é o palácio de Herodes, ou palácio do promontório (ficha 7 de Cesareia).

Construído em um local elevado próximo de Sebastos, o palácio era um edifício retangular composto de cômodos que ficavam em torno de um pátio peristilo, não sendo muito diferente do palácio de Herodes em Jericó, pelo menos no início de sua construção. O centro do pátio era um tanque de água fresca, também feito de pozzolana. “A criação de uma piscina de água fresca no meio de um palácio que ficava no mar era o tipo de projeto inovador que agradava a Herodes” (RICHARDSON; FISHER 2018, p. 271). Em um estágio posterior de construção foi adicionado um segundo andar ao palácio, que era mais voltado para reuniões e atendimentos públicos. Ao fim do governo herodiano, ele se tornou o palácio dos procuradores romanos.

Em ambas as cidades, abordamos alguns edifícios que, de uma forma ou de outra, se relacionam com seus portos. Em todos os casos trataram-se de estruturas construídas, ou reconstruídas, no período romano. Levando em conta o fato de que Cesareia Marítima teve um planejamento prévio, enquanto Tel Dor cresceu de acordo com suas sucessivas ocupações, não seria difícil cair na dicotomia de que uma era uma cidade planejada enquanto a outra era uma cidade orgânica. Porém, se partirmos da definição de cidade orgânica como sendo “uma cidade irregular que por vezes confunde variação cultural estética com a descentralização do planejamento urbano” (SMITH 2003, p. 223-225 *apud* SMITH 2007, p. 5), talvez não possamos encaixar Tel Dor nessa

categoria, uma vez que apesar das variações culturais, geralmente havia um planejamento urbano. A cidade persa havia sido planejada, assim como a helenística e a romana. Essa última principalmente em sua segunda fase construtiva, quando o centro da cidade se deslocou do *tel*. Além disso, a oposição não seria propriamente entre a cidade orgânica e a cidade planejada, mas entre diferentes planos e visões do papel político das autoridades na produção da paisagem (SMITH 2003, p. 223-225 *apud* SMITH 2007, p. 5). Sendo assim, definir as cidades como planejadas ou não, não é o suficiente para compreendê-las dentro da lógica do urbanismo romano ou mesmo para entender os significados de sua paisagem, até porque

“(…) existem níveis de planejamento, e algumas cidades são mais planejadas que outras. Entretanto, a escala de planejamento não é simples. ‘Mais planejada’ pode se referir ao nível de ordenação ou padronização. Planejamento ortogonal, por exemplo, sugere mais envolvimento no planejamento do que a simples ordenação entre prédios. ‘Mais planejada’ também pode se referir ao esforço envolvido no planejamento. O estabelecimento de estruturas monumentais requer mais investimento de energia do que o simples alinhamento entre casas. ‘Mais planejada’ também pode se referir à extensão de uma cidade que exhibe planejamento (em termos absolutos e relativos)” (SMITH 2007, p. 7).

Seguindo essa lógica, ambas as cidades poderiam ser consideradas planejadas. Cesareia Marítima por conta do seu sistema ortogonal bem definido, além das diversas estruturas monumentais, principalmente Sebastos. E Tel Dor por também possuir um sistema ortogonal e estruturas monumentais, como o complexo de templos das áreas F e H (ficha 5 de Tel Dor), e mesmo o armazém romano da baía norte. Para melhor compreender essa questão, também podemos citar outra cidade, que teve um desenvolvimento parecido com o de Tel Dor, além de também compartilhar uma característica em comum com Cesareia Marítima: Acre.<sup>51</sup>

A trajetória de Acre, que fica na Galileia, é similar a de Tel Dor, sendo que sua fundação também deriva da Idade do Bronze e sua ocupação persistiu pela Idade do Ferro. Além disso, Acre também teve períodos de ocupação assíria, persa, helenística e

---

<sup>51</sup> Acre (em hebraico: אַקוֹ, transl. *Akko*; em árabe: عַكَّ، ‘*Akkā*) é uma cidade de Israel situada na região da Galileia, a norte da Baía de Haifa, na costa do Mediterrâneo e localizada num promontório próximo do Monte Carmelo. Outras grafias e nomes utilizados historicamente para a cidade incluem *Accho*, *Acco* e (ortografia Bahá’í) *`Akká*, ou, anteriormente, *Aak*, *Ake*, *Akre*, *Akke*, *Ocina*, *Antiochia Ptolemais* (em grego: Αντιόχεια τηςΠτολεμαίδος), *Antiochenes*, *PtolemaisAntiochenes*, *Ptolemais* ou *Ptolemais*, *ColoniaClaudiiCæsaris* e *St.-Jean d’Acre* (“São João de Acre”). Fonte: <https://bityli.com/ifuCg>

romana. A única diferença maior entre as duas cidades era que Acre possuía um porto artificial, provavelmente construído no período helenístico, mas com tecnologia fenícia. Esse, na verdade, era um ponto em comum que Acre tinha com Cesareia Marítima, já que era o único porto artificial, além de Sebastos, na costa levantina romana (YASURLANDAU *et al* 2018, p. 77-79). Mas, assim como os atracadouros de Dor, o porto de Acre não fazia parte do reino de Herodes. Acre, que teve um histórico de ocupações, e portanto um planejamento urbano, similar ao de Tel Dor, teve sua importância atestada em diversas ocasiões. Sendo o único porto artificial no Levante, até a construção de Sebastos, era um local estratégico para os romanos, tendo sido uma base do imperador Vespasiano durante a Primeira Revolta. Objetos de cerâmica encontrados no porto também mostraram que Acre comercializava com diversas localidades do Mediterrâneo, enquanto objetos importados de luxo indicaram que havia uma elite consumidora na cidade. Além disso, a cidade também cunhava moedas, que muitas vezes retratavam símbolos marítimos e motivos portuários, incluindo um porto fechado circundado por armazéns e galpões de navios, e um possível farol (GALILI *et al* 2010, p. 204).

Observamos, dessa forma, que a distinção entre cidades planejadas ou orgânicas é insuficiente para descrever os papéis de Tel Dor e Cesareia Marítima no mundo romano. Até porque, a paisagem dessas cidades é constituída por diversas camadas de temporalidade, intencionalidade e memória, de forma que sua análise deve ser igualmente multifacetada.

## **4.2. Dinâmicas da vida cotidiana**

### **4.2.1. Inserção da paisagem portuária na vida social**

A paisagem é indiscutivelmente imbuída de significados, que são causa e consequência das interações socioculturais. As pessoas reagem à paisagem ao seu redor de acordo com o sentido que aquela paisagem possui para elas, de forma que a “avaliação de um ambiente é mais uma questão de resposta afetiva do que uma análise detalhada de aspectos específicos” (RAPOPORT 1990, p. 13). Se considerarmos que toda paisagem também têm uma função, podemos pensar que o significado é o aspecto mais importante dessa função. “Na verdade, os aspectos significativos do ambiente são críticos e centrais, de forma que o ambiente físico é usado na representação do ser, no estabelecimento da identidade de grupo” (RAPOPORT 1990, p. 15). Nesse contexto, o

significado, ou simbólico, é o que então determina a constituição de uma paisagem urbana, já que suas estruturas são reflexos diretos das intencionalidades e necessidades socioculturais. “Esquemas socioculturais são os determinantes primários da forma, afetando as imagens e esquemas que são mediadores entre ambientes e pessoas” (RAPOPORT 1990, p. 28). Sendo assim, ainda nas palavras de Amos Rapoport, nos questionamos: “Quais sentidos a paisagem construída tem para os habitantes e usuários, ou o público ou, mais corretamente, os vários públicos, considerando que os sentidos, assim como as paisagens que os comunicam, são culturalmente específicos e assim culturalmente variáveis?” (RAPOPORT 1990, p. 21). E ainda podemos acrescentar: qual a relação das pessoas com as cidades onde habitavam? No caso das duas cidades portuárias estudadas, qual sua relação com os portos? Para além da paisagem construída, podemos ter um vislumbre dessa relação em algumas moedas cunhadas nas cidades.

Em Cesareia Marítima já demonstramos que outros ancoradouros eram utilizados simultaneamente a Sebastos. Em especial a baía sul, que tinha instalações de armazenamento próximas, era bem utilizada pela população da cidade. Um dos motivos apontados, além da praticidade, era o fato de que o porto real possuía altas taxas de uso, o que acabava limitando sua utilização. Podemos considerar então que ao menos parte da população de Cesareia Marítima via Sebastos com certo distanciamento, e não como um elemento intrínseco a cidade. Uma moeda do reinado de Agripa I também parece indicar que o porto era um elemento quase à parte de Cesareia. Ela continha o título da cidade, que dizia “Cesareia, que é próxima ao porto de Sebastos” (RABAN 1992, p. 69). Já em outra moeda, representada abaixo, com o busto desse mesmo rei, via-se legenda “o grande rei Agripa, amigo de César”, em conjunto com a deusa Tyche de Cesareia e a legenda “Cesareia, na qual está à disposição, o porto de Augusto” (Fig. 43). Ora, a menção à Cesareia e ao porto separadamente dão a impressão de que Sebastos era uma entidade independente. Além disso, também existem diversas moedas, cunhadas nos primeiros anos de Cesareia Marítima, onde não há nenhuma referência à Sebastos (EVANS 1995, p. 158); o que é de se estranhar, considerando que ele seria a principal estrutura da cidade herodiana.

Isso se modifica, principalmente, a partir da Primeira Revolta, quando imperadores passam a ser retratados nas moedas, juntamente com divindades da cidade. Em outro exemplo, a deusa Tyche, que então seria a personificação de Cesareia, aparece com um pé apoiado em uma proa, aludindo ao grande porto da cidade, e segurando o

busto do imperador. Mas mesmo essa moeda ainda sinaliza para uma separação entre Sebastos e Cesareia Marítima, já que continha uma inscrição em grego que dizia “Cesareia pelo porto Sebastos” (EVANS 1995, p. 158).



Fig. 43: Busto de Agripa I (anverso) e Tyche de Cesareia em pé, segurando leme e palma, com a legenda “KAICAPIA H PPOC TW CEBACTW LIMHN (Cesareia, na qual está à disposição, o porto de Augusto” (reverso), Cesareia Marítima, 42-43 EC (MESHORER *TJC* 122; RPC *I* 4985; HENDIN 555; BMC 20; AJC 6).

Outras representações dignas de nota são as moedas que mostram Sebastos como uma divindade. Citamos duas dessas moedas, cunhadas sob o governo de Trajano e Adriano, onde o porto é tratado como “deus porto”.



Fig. 44: Busto de Adriano (anverso) e Tyche-Amazona (reverso), em pé, usando quítion e manto. Em tipos secundários desse reverso, há representações do deus porto (PORTO 2007, p. 97, tomo II, moeda 88)

Se levarmos em conta que a paisagem tinha significado para as populações que a habitavam, e que tinha grande influência nas interações entre essas pessoas e também nos objetos materiais, podemos pensar que talvez Sebastos não fosse visto como parte intrínseca de Cesareia Marítima por sua população. O reflexo dessa separação pode ser notado em algumas moedas cunhadas na cidade que, sendo um receptáculo de identidades locais, podem nos mostrar os principais símbolos aos quais as comunidades se conectavam. O suposto distanciamento de Sebastos, nesse sentido, poderia ter sido

causado pela delimitação em seu uso, por conta das altas taxas cobradas, ou até mesmo por conta de sua monumentalidade, se levarmos em conta que era o maior porto do mundo romano, sem precedentes principalmente no Levante. Talvez por conta disso a população local o visse com certa estranheza, talvez não compreendessem ou compactuassem com as intenções de Herodes ao construí-lo. Ou, talvez o fato dele ter sido até mesmo divinizado por certo período também tenha causado esse afastamento. Seja como for, esses fatores podem explicar, em parte, sua rápida deterioração após o fim do reinado herodiano.

Em Tel Dor a situação era diferente. No período romano, moedas começaram a ser cunhadas na cidade logo após a chegada de Pompeu na Palestina, mas, até pelo menos o reinado de Vespasiano – ou até o período da Primeira Revolta -, elas eram semi-autônomas e não retratavam o imperador. Mas, a cunhagem na cidade não foi linear, não tendo sido encontradas moedas dos governos de Domitiano, Nerva, Marco Aurélio, Lúcio Vero e Cômodo, por exemplo. Em relação aos motivos representados nas moedas, há a constância das representações das divindades Doros e Tyche-Astarte, principais deuses da cidade. Também há a representação de diversos símbolos marítimos, como galés e *aphlaston* (instrumento, colocado na popa do navio, usado para medir a força e a direção do vento). Em muitas moedas também havia inscrições que aludiam ao papel marítimo de Dor (MESHORER 1986-87, p. 357-360). No reverso da moeda abaixo, por exemplo, batida à época do imperador Trajano e que exhibe a cabeça de Doros, destacamos a inscrição em grego “NAYAPXIS”, que significa “governante do mar”, título muito raro e associado apenas a poucas cidades portuárias de extrema importância econômica – como Trípoli e Sidon (PORTO 2007, p.120-121).



Fig. 45: Moeda retratando o imperador Trajano (anverso) e Doros (reverso). Batida entre 111-112 EC, Tel Dor (PORTO 2007, p.117, tomo II, moeda 108).

Nessa moeda fica claro não apenas o papel, mas a importância marítima que Dor detinha no período romano. A inscrição também nos faz entrever que a cidade não era vista de forma separada de seus atracadouros, já que a menção é a ela como um todo. Ao contrário das moedas citadas de Cesareia Marítima, que mencionam a cidade e o porto separadamente. Além disso, é importante lembrar que “a relação entre o tamanho da cidade e o tamanho do porto produz cidades de diferentes dimensões, tipos e *status*. Isso se deve ao fato de que a atividade portuária estimula o crescimento urbano” (TACLA et al 2011, p. 162)

Porém, no caso de Cesareia Marítima o porto era desproporcional para a dimensão da cidade - ao menos no início de sua construção -, seus tamanhos não estavam, portanto, relacionados. Inclusive, o auge de Cesareia Marítima, a partir do século II EC foi também quando Sebastos entrou em desativação. Mesmo Josefo (*War.* 1.414) destaca que a cidade havia sido feita para as pessoas da província, enquanto o porto era para os marinheiros (Raban, p. 68). Raban também revela que provavelmente a manutenção do porto era muito cara, e a administração municipal não tinha dinheiro suficiente para arcar com ela, até porque a receita gerada por Sebastos não cobria os custos. Dessa forma, Cesareia Marítima não tinha necessidade de um porto tão grande, que, por falta de manutenção apropriada, e também por falhas nas placas tectônicas, entrou em rápida decadência (RABAN 1992, p. 74).

Em Tel Dor, por outro lado, o fato de ser uma cidade portuária desde a Idade do Bronze, tornou seu caráter marítimo, com os atracadouros inclusos, parte, se não o todo, de sua identidade, e de seus habitantes.

Ora, se entendermos a identidade como sendo um “termo sócio-psicológico, definido vagamente como um ‘conceito de pertencimento’ e formado por uma série domínios sobrepostos – linguagem, cultura material, e as histórias que as pessoas contam sobre si” (WILLIAMSON 2005, p. 20), também podemos associá-la à paisagem, principalmente se a considerarmos como

“(…) um sistema de manipulação de símbolos nas ações humanas e seus subprodutos materiais, [que] ajuda a definir relacionamentos padronizados habituais entre informações variadas. Entretanto, processos de mudança comportamental através do espaço e ao longo do tempo necessariamente resultam em um cenário de constante mudança. Assim, a paisagem é um processo cultural” (ANSCHUETZ 2001, p. 161)



Dessa forma, assim como a paisagem é um processo cultural em constante mudança, também o são as identidades cidadinas e, conseqüentemente, as relações que as pessoas nutriam com os portos, no caso de cidades portuárias. Já que, mesmo sendo estruturas que possuíam uma funcionalidade específica, não deixavam de possuir diferentes significados na paisagem, que também estavam sempre sendo modificados.

Também é importante salientar que as comunidades se apegavam à sua identidade, ou identidades, de forma a diferenciá-las de outras. Nesse sentido, podemos dizer que a identidade tem em si uma noção de fronteira simbólica intrínseca, na medida em que ela também opera como fator de separação e diferenciação entre um povo e outro. Mesmo nas moedas podemos notar esse caráter identitário e fronteiriço, já que elas representam símbolos ligados às identidades comunitárias.

#### **4.2.2. Da fronteira ao *middle ground*: separações e encontros nos portos**

Vimos anteriormente (ver CAPÍTULO 1, item 1.3.1) como a noção de fronteira pode ter múltiplos sentidos e que, por isso mesmo, é necessária uma definição clara da fronteira da qual se fala. A fronteira cultural, especificamente, seria estabelecida não tanto como uma barreira, mas como uma forma de contato e influência. Longe de ser um sinônimo de separação, esse tipo de fronteira traria em seu cerne a necessidade das comunidades em se compreenderem mutuamente. Além disso, o estabelecimento de uma fronteira que diferencia uma comunidade de outra também serve para fortalecer a identidade e sensação de similaridade entre os membros de uma mesma comunidade. Outro ponto é que o caráter simbólico desse tipo de fronteira também interfere na criação de fronteiras físicas propriamente. Podemos dizer então que as fronteiras físicas, quando promovem não apenas a separação, mas o encontro entre comunidades distintas, podem ser classificadas como *middle grounds*. Para que essa ideia fique mais clara, analisemos primeiramente o caso de Sebastos.

Para além de suas especificidades, Sebastos possuía as características fronteiriças comuns a portos no geral, isto é, marcava a separação entre mar e terra, e também demarcava o fim, ou início, de um território, ao mesmo tempo em que era um local de abertura para a vinda de outras comunidades àquele território (KORMIKIARI *et al* 2011, p. 147-149). Porém, as intenções de Herodes ao construí-lo, e seu próprio

tamanho gigantesco, proporcionaram a criação de outros tipos de fronteiras, influenciadas pelos múltiplos contatos que ali se davam.

Um dos principais objetivos de Herodes ao construir Sebastos era transformá-lo em um empório internacional no Mediterrâneo, de forma que pessoas de todos os cantos do império, e quiçá até mesmo além, nele pudessem aportar. Com isso, ele também esperava mostrar ao maior número possível de nações a grandiosidade e importância de seu próprio reino dentro do mundo romano. Ora, para mostrar ao mundo o melhor que seu reino tinha a oferecer, as fronteiras físicas e simbólicas que separavam, ou diferenciavam, esse reino dos outros tinham que estar bem claras. O que era difícil, considerando a natureza híbrida do próprio Herodes e os conflitos que ocorriam em seu reino justamente por conta de fronteiras, ou seja, os embates entre judeus e romanos, ou pessoas que seguiam outras religiões que não o judaísmo.

Seja como for, para que Sebastos fosse esse grande empório internacional, ele deveria assumir a função de mediador entre encontros culturais e étnicos (MALKIN 1998, p. 6), se tornando ele próprio um *middle ground*. Estruturas como as câmaras abobadadas que abrigavam marinheiros, que provavelmente eram as mesmas estruturas usadas para armazenamento de bens, reforçavam essa função mediadora do porto. Na verdade, esses encontros já ocorriam antes mesmo do término de sua construção, quando técnicas e materiais tanto ocidentais quanto orientais foram utilizados no processo. Nesse sentido podemos ir mais além e dizer até mesmo que Sebastos pode também ser considerado um exemplo de estrutura emaranhada, uma vez que foi o resultado – ou a criação de algo novo -, derivado do encontro de estilos construtivos de diferentes culturas.

O fato de Sebastos ser provavelmente uma estrutura separada de Cesareia Marítima também influenciava o estabelecimento de certas fronteiras. Enquanto o porto era aberto à vinda de estrangeiros, a cidade era cercada por uma muralha, o que não significava que quem vinha de fora era proibido de acessá-la, apenas que não possuía uma fronteira aberta como Sebastos. De fato, a construção de muralhas ao redor de cidades não era uma prática incomum na antiguidade, mas, nesse caso, também podemos relacionar a existência dessa muralha a uma dicotomia presente em cidades portuárias romanas. Isso porque, ao mesmo tempo em que o porto era um local de abertura e possuía uma fronteira maleável – em tempos de paz, obviamente -, a cidade possuía uma fronteira mais fixa, muitas vezes delimitada por formações naturais. Além

disso, no mundo romano a cidade também detinha um caráter sagrado, de forma que fazia sentido protegê-la do elemento externo.

No caso de Tel Dor, a situação era um tanto distinta, principalmente porque a relação da cidade com os atracadouros era diferente da relação de Cesareia Marítima e Sebastos, como vimos no subitem anterior. Apesar disso, as regiões portuárias de Dor não deixavam de ser também locais de *middle ground*, principalmente se considerarmos a relação dos romanos com os povos locais. E, apesar de não possuir um porto monumental que fosse um empório internacional, também ocorriam contatos entre culturas diversas nos atracadouros da cidade. Eles eram, nesse caso, fronteiras naturais, apesar de não possuírem apenas um caráter divisório.

Em relação às muralhas, Tel Dor havia sido uma cidade fortificada no período helenístico, mas no período romano, grande parte dessas muralhas foram obliteradas por outras construções. Uma delas, inclusive, foi o templo monumental das áreas F e H. Conforme mencionado (ficha 5 de Tel Dor), esse templo foi construído no século II EC acima de algumas casas abastadas que ficavam no mesmo local, e que então foram demolidas. Não se sabe exatamente o que motivou tal demolição, ou mesmo a construção do templo. O que se sabe é que essa estrutura monumental foi erigida na segunda fase construtiva romana da cidade, e possuía dois complexos, ou templos principais. A maior dessas estruturas fica na área F, e é a que menos se têm informações a respeito, já que apenas suas fundações foram encontradas. Já a estrutura da área H tem metade do tamanho da primeira, e apenas suas fundações também são visíveis, porém, seu formato indica que se tratava de um *perípteros sine pórtico*, tipo ocidental de templo com colunas em três de seus quatro lados. As estruturas se localizavam em um local elevado, de forma que eram avistadas antes de qualquer outra construção por aqueles que vinham pelo mar. O curioso, porém, era que apesar de possuírem um fácil acesso para o porto, eram separadas do restante da cidade por um muro de 2,2 m de grossura. Apesar de não ser um muro alto o suficiente para encobrir a visão dos templos, dificultava um pouco seu acesso aos habitantes de Dor.

Mesmo não sabendo com certeza se esse muro realmente visava a separação do templo – ou seria do porto? – do restante da cidade, podemos conjecturar. Não se sabe exatamente a qual, ou quais, deuses os templos pertenciam, mas, de toda forma, as principais divindades de Tel Dor possuíam caráter marítimo e, entre outras coisas, eram responsáveis pela proteção de marinheiros. Sendo assim, não seria estranho supor que marinheiros estrangeiros que aportavam em Dor fizessem uso dos templos. Devido ao

seu tamanho, talvez até mesmo existisse dentro deles um local para abrigar tais marinheiros – apesar de nada nesse sentido ter sido ainda encontrado. Se assim fosse, levando novamente em conta o caráter sagrado da cidade romana, é possível supor que o muro fosse uma fronteira física, e também simbólica, afinal “as paredes são construídas com o propósito de evitar que as pessoas as atravessem”.<sup>52</sup>

Podemos traçar um paralelo entre o complexo de templos de Tel Dor e o templo de Augusto e Roma, em Cesareia Marítima (ficha 5 de Cesareia), que também se localizava em um local naturalmente elevado e era ligado ao porto interno de Sebastos, sendo visto com destaque por aqueles que chegavam pelo porto real. Era uma estrutura no estilo coríntio, com seis colunas, construída com *kurkar* e revestida com estuque e pó de mármore, para que ficasse lisa e brilhante. Ao contrário do templo de Augusto, em Roma, o templo de Herodes ficava isolado e centralizado em seu precinto (*temenos*), mas a parte de trás desse recinto era curva, lembrando a colonata semicircular cortada em uma encosta do templo de Augusto da colônia de Pisidian, na Antioquia (BURRELL 2009, p. 221-222). Isso demonstrava que Herodes não seguia estritamente os modelos construtivos de Roma, mas também se baseava em construções orientais. Por ter sido construído em consonância a Sebastos e não ao restante da cidade, podemos dizer que o templo praticamente fazia parte do complexo portuário.

Seu principal diferencial em relação ao templo de Tel Dor era que, apesar de ligado ao porto, ele possuía fácil acesso ao restante da cidade, sendo ligado a ela por meio de uma encruzilhada de três ruas que o circundavam. Outro ponto chave que diferencia os dois templos é o fato de que o último estava relacionado ao culto imperial, enquanto o primeiro provavelmente correspondia a uma divindade local. Não podemos deixar de pensar, dessa forma, que Herodes intencionalmente facilitou o acesso ao templo tanto daqueles que vinham por terra, de Cesareia Marítima, quando dos que vinham pelo mar, por Sebastos, como forma de reforçar mais ainda o culto imperial em sua cidade ideal.

O papel de tal templo na paisagem ganha ainda mais significados se pensarmos que

“(…) A materialidade sacralizada tem uma trajetória temporal em ambas as direções, preservando depois as memórias e elevando o status de uma sequência de gestos ou de um lugar ao apontar para tais memórias no início de uma ação religiosa. A ação e o lugar são atualizados pelas lembranças, mesmo

---

<sup>52</sup> Jorg Rupke, em comunicação a respeito do lançamento da versão em português do seu livro “Religião Urbana”. São Paulo, 08/12/22.

que essas sejam falsas: ao ver indicadores de rituais realizados anteriormente por outros nesse lugar, lembro-me de um ritual no qual participei de um lugar diferente. A exploração da memória requer uma colocação estratégica de indicadores para a delimitação do espaço ritual” (RUPKE 2022, p. 121).

Isso porque, esse uso da memória nos remete ao culto imperial, principalmente se levarmos em conta que “tanto através da ação de erguer memoriais, quanto de repetidamente vê-los, as pessoas da cidade aceitavam a autoridade imperial, recriando a ideologia de que o imperador tinha justificativa para deter todo o poder político” (REVELL 2009, p. 89). Se deparar repetidamente com essas imagens, ao mesmo tempo em que se entendia seus significados, era replicar a legitimar o poder imperial (REVELL 2009, p. 89).

Essas imagens estavam intrínsecas na paisagem. Sua permanência no espaço era essencial para o cumprimento de seus objetivos, denotando que a religião também era uma prática essencialmente espacial. Esse espaço pode ser considerado um *middle ground*, ou terceiro espaço, o que “assinala o aspecto criativo e potencial contra-hegemônico desse espaço em comparação com o “espaço percebido/primeiro espaço” e o “espaço concebido/segundo espaço”” (RUPKE 2022, p. 125). Ou seja, entre um espaço mutável por conta das interações e diferentes interesses que nele ocorriam, e um espaço com funções pré-estabelecidas.

“O espaço religioso não é, portanto, apenas o primeiro espaço de templos, lugares de reunião e percursos de procissão que se reflete e se reforça com os discursos do segundo espaço (...). É também o terceiro espaço experimentado e usado por membros de elites políticas ou literárias ou religiosas para seus propósitos específicos e compartilhados por usuários não elites que se apropriam desses espaços de formas que sinalizam atração, repulsa ou indiferença” (RUPKE 2022, p. 126).

Dessa forma, eram inúmeros os sentidos que uma estrutura religiosa poderia ter na paisagem, e múltiplos os fatores que determinavam esses sentidos.

### **4.3. Contatos culturais: religião e relações com os romanos**

#### **4.3.1. Paisagem religiosa e emaranhamento**

A religiosidade era um dos principais fatores que definia a identidade de uma comunidade. No caso de Tel Dor e Cesareia Marítima, mesmo suas nuances religiosas

estavam ligadas ao mar. Seus principais deuses sempre tinham caráter marítimo, e seus maiores templos estavam próximos de atracadouros.

“A religião pode ser entendida como um sistema que se estabelece através de atos públicos e privados, coletivos e individuais que, de acordo com a tradição (ou tradições), estabelece as regras e as ações ordenadas (os rituais) que expressam as crenças de determinado grupo e seus simbolismos. Dessa maneira, a religião fomenta subsídios para as identidades e para a coesão dos grupos humanos, na mesma instância em que apresenta um conjunto de disposições e práticas pelas quais determinado grupo se reconhece, se concebe, se diferencia e se define” (TEIXEIRA-BASTOS 2015, p. 42).

Além disso, também é importante salientar que “a religião emerge como um elemento básico das organizações humanas em relação a sua paisagem” e que “tem um impacto formativo sobre o senso comum, de maneira que molda nossa apreensão do mundo cotidiano e do que nele existe” (TEIXEIRA-BASTOS 2015, p. 41-42). Ou seja, a religião é indissociável da paisagem e da identidade de uma comunidade, e essa relação transparece por meio do objeto material. Vejamos alguns exemplos onde essa relação pode ser observada.

De acordo com Josefo (*War.* 1.415), o templo de Augusto e Roma, em Cesareia Marítima, possuía uma estátua de Augusto nos moldes do Zeus de Olímpia, e uma estátua de Roma comparável à Hera de Argos. Porém, é provável que tais estátuas, se realmente existiram, fossem feitas de *kurkar* local, e não de mármore, como era comum em Roma, já que Herodes, sempre que possível, utilizava material local em suas construções (KAHN 1996, p. 131). Cesareia Marítima era uma das únicas cidades do oriente em que o culto a Roma foi unificado ao culto do imperador (GERSHT 2001, p. 75-76), o que torna o templo de Augusto e Roma de Herodes ainda mais singular.

No canto noroeste do mesmo templo também se localizava um ninfeu,<sup>53</sup> provavelmente construído nos últimos anos do reinado de Tibério, que possuía três nichos de estátuas em sua fachada, que era toda pintada com uma cena de um jardim atrás de uma cerca de treliça marrom, motivo comum no ocidente (GERSHT 2008, p. 533). Duas das três estátuas dos nichos foram encontradas (ficha 5.1 de Cesareia), uma retratava o imperador, ou o *genius* (espírito guardião) da cidade, enquanto a segunda retratava a deusa Higiéia. Elas possuíam 1, 75 m e 1, 56 m, respectivamente. A estátua do terceiro nicho, apesar de não ter sido encontrada, provavelmente representava Asclepio, já que era comum que o culto a esse deus estivesse associado ao culto de

---

<sup>53</sup> Entre os romanos, santuário de construção típica, dedicado às ninfas, por vezes um edifício com fontes, onde era freqüente realizarem-se casamentos (definição de Oxford Languages).

Higieia. Geralmente os dois eram colocados juntos próximos a fontes de água, que então creditava terem poderes curativos. Além disso, uma dedicatória a Asclepio foi encontrada em frente ao templo da plataforma. Porém, também existe a possibilidade da terceira estátua ter sido uma representação de *Venus Marina*. Mas, caso as estátuas realmente representassem o *genius* da cidade, Higieia e Asclepio, então é provável que o ninfeu tivesse a função de garantir o bem-estar (*salus*) dos habitantes de Cesareia Marítima (GERSHT 2008; 2017, p. 532-533; 75).

A existência de estátuas nos ambientes religiosos não dizia respeito apenas às representações de certas divindades, ou à materialização do invisível, mas, eram também, uma forma de marcar a transcendência do espaço divino (RUPKE 2022, p. 118). Os objetos eram essenciais para a divinização dos lugares, e também funcionavam como um tipo de ponte entre o visível e o invisível.

Outro exemplo de divindade relacionada ao mar, ou a fontes de água no geral, em Cesareia Marítima, é Afrodite. Uma parte de uma provável<sup>54</sup> estátua (ficha 1.2 de Cesareia) dessa deusa foi encontrada na área I no porto interno de Sebastos, próxima ao templo da plataforma (provavelmente se localizava em alguma fonte). Trata-se de uma aparente cópia da Afrodite *Pontia-Euploia*, muito conhecida nos períodos helenístico e romano, e que estava associada à proteção de marinheiros e com a representação de ninfas. Há modelos parecidos com essa cópia em Antalia, Liverpool, Dresden, Avignon, Firenze e Berlim, porém, nenhum dos modelos é idêntico, ou seja, nenhum é uma réplica fidedigna. Se realmente for o caso, podemos considerar que se trata de um caso de emaranhamento relacional, já que se trata de um objeto, ou cópia, que foi apropriado e integrado às práticas locais, para cumprir um papel relacionado à função marítima da cidade. Também é relevante notar que grande parte dos outros modelos da Afrodite *Pontia-Euploia* se encontram em sítios ocidentais (GERSHT 1995, p. 113-115). Apesar dessa estátua, não há evidências que indiquem que de fato havia um culto de Afrodite *Pontia-Euploia* em Cesareia Marítima.

Gersht nos informa que o fato da estátua de Afrodite, e outras representações divinas terem associação com água não é mero acaso, já que o próprio porto era personificado em associação a Tyche, a deusa da cidade (GERSHT 1995, p. 116). Vimos uma dessas representações em uma moeda mencionada acima, e de fato era comum a imagem de Tyche ser representada nas moedas de Cesareia Marítima ligada

---

<sup>54</sup> Não se sabe com certeza se era a deusa em si, ou uma mulher com suas vestes.

ao porto de Sebastos, ou ao Mediterrâneo como um todo (o que faz sentido, considerando a função de empório internacional que Sebastos possuía). Geralmente a deusa segurava um busto em uma mão e um estandarte ou lança em outra. Essa representação de Tyche também era associada à Astarte, além de ser identificada com o tipo Amazona, que frequentemente aparecia nas esculturas romanas como Dea Roma, cumprindo, nesses casos, o papel de deusa principal e protetora da cidade. Fica claro, assim, que o papel de Tyche em Cesareia era amplo e ia além de ser somente uma deusa marítima. Inclusive, alguns elementos a ela associados, como a proa de navio e a personificação do porto, denotavam que ela também cumpria o papel destinado a Poseidon, que não era um deus tão importante na cidade. Tyche também estava relacionada ao culto imperial, já que em uma de suas representações ela segurava um *protome*, que provavelmente estava associado à imagem do imperador (GERSHT 1984, p. 110-111). “Ao segurar a imagem do imperador, essa deusa cumpria não apenas o papel de protetora da cidade, mas também de defensora do imperador e do império. parece provável então que esse tipo de Tyche de Cesareia apresentava uma síntese, onde representações e funções eram fundidas” (GERSHT 1984, p. 111-112). Por fim, a Tyche de Cesareia Marítima também poderia ser associada à deusa da sorte e fertilidade, Fortuna. Porém, nessa forma ela tinha um papel mais limitado do que na forma de Amazona, já que não representava Roma e nem era protetora do imperador e do império (GERSHT 1984, p. 112-113).

Apesar de toda sua importância, não há vestígios arqueológicos da existência do culto de Tyche em Cesareia Marítima. Não se sabe, portanto, se as estátuas foram feitas na cidade, ou se foram importadas para ficar em âmbito privado ou público. Porém, as freqüentes representações da deusa nas moedas da cidade indicam que ela era reverenciada tanto pelos cidadãos quando pelos governantes de Cesareia Marítima (GERSHT 1984, p. 114).

O caso de Tyche é um dos mais interessantes em se tratando de emaranhamento cultural. Suas representações possuíam diversas influências e significados distintos. Seria muito simplista falar de uma mera junção de elementos orientais e ocidentais, já que a própria paisagem também definia certas funções da deusa. Em sua teogonia original, Tyche era filha de Oceano, e era responsável pelas crenças religiosas dos marinheiros, sendo sua protetora, com isso também ganhando associação com a sorte (daí a relação com Fortuna). Porém, ela só se tornou uma deusa efetivamente no século IV AEC, quando alguns templos em sua homenagem foram construídos. Durante o



período de conquistas de Alexandre o Grande, uma atmosfera de sincretismo se assentou no mundo helenístico, quando deuses de diferentes culturas acabaram se fundindo. É nesse contexto que, em cidades como Cesareia Marítima e Tel Dor, Tyche acabou associada à deusa fenícia da fertilidade, sexualidade e guerra, Astarte<sup>55</sup> (MOTTA 2015, p. 55-56).

“Durante a instabilidade política, social e econômica dos períodos helenístico e início do romano em Dora e em outras cidades fenícias, Astarte/Ashterah/Ashtoreth receberam novos atributos cívicos; ela se tornou Tyche, protetora das cidades, ainda ligada ao mar por meio de seu pai Oceano. Enraizada nos cultos e rituais originados do mar, a significância de Tyche/Astarte/Ashtoreth cresceu nas cidades portuárias, até que ela foi percebida como uma força superior protegendo não apenas as cidades, mas cada vida individualmente” (MOTTA 2015, p. 56).

Dessa forma, Tyche provavelmente não teria tanta importância em Cesareia Marítima se não fosse o caráter portuário da cidade. O mesmo se dava em Tel Dor, onde a deusa também possuía um papel importante.

Assim como em Cesareia, muitas das moedas cunhadas em Dor traziam representações de Tyche. Mas, diferente das primeiras, a Tyche de Tel Dor geralmente era retratada dentro de um recinto, que seria seu templo. Uma dessas moedas (ficha 5.1 de Tel Dor) foi encontrada nas imediações dos templos das áreas F e H, de forma que existe a possibilidade do templo retratado nas moedas ser um destes. Entretanto, essa hipótese não pode ser confirmada, dado que não há mais nenhum indicativo que aluda à quais deuses os templos eram dedicados (LICHTENBERGER 2017, p. 205). Seja como for, a moeda de Tyche ali encontrada mostrava a deusa dentro de um recinto flanqueado por colunas e segurando uma cornucópia. Ela foi cunhada durante o reinado de Caracala, entre 201 e 202 EC. “Na verdade, a iconografia religiosa de Dor é a mais importante e constante iconografia monetária, com Tyche e Zeus Doros presentes na maioria das moedas de Dor, tanto no anverso – nas moedas autônomas – quanto no reverso dos tipos imperiais” (MOTTA 2015, p. 36).

A Tyche de Tel Dor, tal qual a de Cesareia Marítima, também era associada a Astarte e possuía igualmente um caráter marítimo e de protetora da cidade, e também dos marinheiros. Nas moedas imperiais que retratavam o imperador no reverso e Tyche no anverso, à imagem de Augusto era associada a ideia de um “líder inspirado, guiado

---

<sup>55</sup> “Astarte era ela própria a encarnação da deusa canaanita da Idade do Bronze, Asherah, cujo caráter original era marítimo. O sincretismo entre Ashterah/Ashtart e Ashtoreth, esposa de Ba'al, o deus da tempestade, é documentado na bíblia hebraica onde ‘Salomão seguiu Ashtoreth, deusa de Sidon’ (MOTTA 2015, p. 56).

por forças divinas”. Motta nos revela que esse tipo de moeda não era cunhada com o objetivo primário de ser um ato político de lealdade a Roma,

“mas sim o de ser uma expressão das visões religiosas que as pessoas da cidade/comunidade possuíam. As autoridades romanas, por sua vez, não impunham a cunhagem de moedas com retratos imperiais para legitimar seu poder sob a polis – eles apenas se beneficiavam de uma estrutura de crenças já existente” (MOTTA 2015, p. 46).

Essa talvez seja uma característica que diferenciava Tel Dor de Cesareia Marítima, já que na última havia muito mais a ideia de mostrar lealdade a Roma, perpetrada por Herodes, e provavelmente replicada pelos habitantes da cidade (ao menos pela elite). Outro fator religioso divergente entre as cidades era o culto a Doros, em Tel Dor. Como já mencionamos no histórico da cidade, Doros seria filho de Poseidon e a quem os gregos creditaram a fundação da cidade. Porém, em suas representações, a identidade desse deus não é tão clara. Ele geralmente aparece com características físicas típicas de Zeus e Poseidon, porém não há os símbolos desses deuses nas moedas - como a águia e o raio de Zeus, e o tridente ou golfinho de Poseidon -, o que torna sua identificação um tanto difícil. Na verdade, “o fato de que as características do deus masculino de Dora não separarem claramente Zeus de Poseidon, dando a ele atributos específicos, é outra evidência de que os deuses helenísticos de Dora absorveram várias deidades nativas a sua própria natureza” (MOTTA 2015, p. 61).

Por fim, retornando a Cesareia Marítima, temos também o culto de Mitra. Conforme vimos, uma das *horrea* que existiam na cidade herodiana foi transformada em Mitreu (ficha 6 de Cesareia) por volta do século II EC. Antes da questão religiosa propriamente, é importante salientar que a transformação do armazém de Sebastos em Mitreu também reflete a progressiva desativação do próprio porto e sua mudança administrativa. Isso porque, foi apenas depois de 70 EC que ele passou a ser administrado pela cidade de Cesareia Marítima (até então era um porto do Estado). Foi nesse período também que suas altas taxas de uso deixaram de ser impostas aos habitantes da cidade (RABAN 1992, p. 121).

Seja como for, o Mitreu construído nas *horrea* era o primeiro templo do deus Mitra no Levante. No local foram encontrados um altar, uma área branca circular e um medalhão de mármore (ficha 6.1 de Cesareia). Esse medalhão era redondo e representava a tauroctonia (o touro sendo morto por Mitra) e diversas outras cenas da narrativa mitraica (SZABÓ 2021, p. 325-328). Em relação a esse medalhão é interessante também salientar que “o trabalho ritual e terminológico é por vezes

investido para que o produto da sacralização efêmera seja considerado sagrado, propriedade permanente dos deuses” (RUPKE 2022, p. 120). É possível então dizer que esse tipo de objeto deixava um ambiente profano para adentar o mundo do sagrado.

É importante delinear que a criação, ou sacralização do espaço, em Mitreu também requeria vários elementos e ferramentas, como frescos, um marcador visual (medalhão), altares, etc. O mais importante era o aspecto interno do santuário, fosse público ou privado, e não o externo, já que o espaço sacralizado possuía um papel fundamental no culto mitraico e na reencenação do sacrifício e refeição míticos de Mitra. Quanto a quem freqüentava o templo, a especulação, apesar de não terem sido encontradas provas epigráficas, é de que se tratavam de soldados romanos, que se deslocavam cada vez mais na Palestina (SZABÓ 2021, p. 325-328), provavelmente por conta dos crescentes conflitos com os judeus.

Faz sentido, dessa forma, que um local que antes era um armazém, sem grandes detalhes monumentais, se tornasse um Mitreu. Ao contrário do templo de Augusto e Roma, construído para ser visto pelo maior número possível de pessoas, o templo de Mitra reservava toda a sua sacralidade ao seu interior. Aqui novamente vemos as vicissitudes da paisagem. Um mesmo local poderia adquirir funções completamente distintas a depender dos significados atribuídos a sua paisagem.

#### **4.3.2. Confluências no período romano**

Existem outros objetos nos sítios analisados que podem ser relacionados com práticas religiosas, mas que, acima de tudo, estão relacionados com os contatos com outros povos. Um desses objetos é um amuleto encontrado nas instalações industriais de Tel Dor. Trata-se de um amuleto de jasper verde que estava relacionado ao culto do deus egípcio Chnoubis (ficha 6.1 de Tel Dor). Esse amuleto fazia parte de um grupo de gemas Greco-egípcias do período romano, que eram usadas como remédio contra indigestão. Há uma serpente representada em um dos seus lados, e no outro há uma inscrição provavelmente fenícia, porém ininteligível. A natureza profilática desse amuleto e seu possível caráter fenício podem formar um aspecto do culto do deus Eshmun-Asclepio. Outro ponto interessante é que foram encontrados vários desses amuletos também em Cesareia Marítima.

Tais amuletos também são grandes exemplos de objetos emaranhados, uma vez que estão imbuídos de sincretismo, que relaciona uma deidade egípcia, a uma fenícia e uma

grega. Eshmun era um deus fenício, e sua associação com o grego Asclepio acontecia desde o período helenístico. Há poucas informações a seu respeito, e sua relação com a cura vem mais de seu contato com Asclepio do que de fontes fenícias (NITSCHKE 2007, p. 102). De toda forma, o caráter curativo dos dois deuses faz sentido no contexto do amuleto, que tinha objetivos profiláticos.

É importante salientar que esse emaranhamento não teria sido possível se não fosse a mobilidade. Ora, os portos eram em si locais de mobilidade, onde os encontros entre diferentes povos tomavam forma. “Dependendo da natureza e da intensidade do encontro, as pessoas vão procurar formas – físicas e conceituais – para encaixar a nova pessoa e/ou objeto nas suas vidas, com frequência por meio do desenvolvimento de novas práticas híbridas” (KNAPP; VAN DOMMELEN 2010, p. 5).

Nesse processo, podiam ser acomodados “itens novos e velhos, e também tradições”. Além disso, também podemos dizer que as relações também podiam ser acomodadas. No caso das cidades de nosso escopo, essas relações seriam principalmente com o elemento romano. Nesse sentido, há diversos achados que demonstram como as populações locais acomodavam essas relações.

Os primeiros desses achados são as bases de estátuas do governador Gargilius Antiquus, encontradas na baía norte de Tel Dor (fichas 1.8 e 1.9 de Tel Dor). Ambas foram feitas no século II EC, sendo que a primeira foi encontrada em 1978, e a segunda apenas em 2016. As inscrições presentes nesses blocos de calcário são similares. Em ambas fica claro que alguém, ou talvez até mesmo a cidade de Dor como um todo, mandou fazer tais estátuas em homenagem a Gargilius Antiquus. Na primeira inscrição ele é denominado como sendo governador da província Síria-Palestina, enquanto na segunda é indicado que também era governador da Judeia. O território governado por Antiquus reflete até mesmo a ambigüidade da localização de Tel Dor, já que, inicialmente, a cidade era tida como pertencente à província da Síria, sendo mencionada como parte da província da Judeia apenas a partir do século II EC.

Gargilius Antiquus também já havia sido governador da Arabia, por volta de 116 EC, além de cônsul, em 119 EC, e procônsul da Ásia no final de sua carreira, em 134 EC. Seu governo na Síria e Judeia teria se dado, dessa forma, entre 120 e 134 EC. Na segunda inscrição é interessante notar que as províncias da Síria e Judeia são mencionadas conjuntamente, entretanto, segundo Gambash e Yasur-Landau, é mais provável que ao ser nomeado “governador imperial da Judeia e da Síria”, Antiquus tenha assumido os cargos sequencialmente, e não simultaneamente. Principalmente

porque, até aquele momento, as províncias nunca tinham sido unidas sob um único governo. Dessa forma, Gargilius Antiquus deve ter servido como governador da Judeia entre 123-125 EC, tendo ido para a Síria em 125 EC, onde serviu até 128 EC (GAMBASH; YASUR-LANDAU 2018, p. 160).

Tel Dor, ou quem quer que tenha feito a homenagem, provavelmente escolheu mencionar os governos da Síria e da Judeia por conta da relevância dessas posições para a cidade.

“A fronteira entre as províncias da Síria e da Judeia passava imediatamente a norte de Dor. E, é claro, a cidade havia sido parte da província da Síria no passado, possivelmente até a revolta judica de 66-70 EC. Nesse contexto, o governador que comandou a Judeia e sentou regularmente na adjacente Cesareia [Marítima] poderia muito bem ter sido honrado por Dor por sua nomeação para a posição de governador da Síria” (GAMBASH; YASUR-LANDAU 2018, p. 161).

A existência dessas inscrições, especialmente a que faz alusão ao governo da Síria, atesta a boa relação que a cidade tinha com os romanos. Ou ao menos a elite cidadina, já que a estátua que ficava acima da inscrição provavelmente era de bronze. Além disso, ao prestar homenagem ao governador da província mais influente do leste, Tel Dor garantia também que Gargilius Antiquus se tornasse seu patrono (GAMBASH; YASUR-LANDAU 2018, p. 161).

Outro objeto que atesta a boa relação dos habitantes de Tel Dor com os romanos é uma inscrição de altar do imperador Antonino Pio (ficha 2.1 de Tel Dor), feita entre 138 e 161 EC e encontrada nos arredores da lagoa Tantura. Na verdade, não se sabe se essa inscrição pertencia a um templo ou a um altar dedicado a esse imperador. Mas, seja como for, ela era um indicativo do culto imperial na cidade. Podemos estabelecer um paralelo entre esse achado e o busto do mesmo imperador, encontrado no porto interno de Sebastos. Esse busto fazia parte de uma estátua, que não foi encontrada, e são suas características físicas, como feições e forma do cabelo, que remetem a Antonino Pio. Gersht revela que provavelmente o imperador construiu um banho em Cesareia Marítima, e seus habitantes o homenagearam com essa estátua (GERSHT 1995, p. 109-110).

Em Cesareia Marítima, a existência de objetos que atestem o culto imperial não é novidade, considerando que até o nome da cidade era uma homenagem a César. Mas é importante salientar que geralmente o culto imperial era mais uma atitude das elites locais do que qualquer outra coisa. De toda forma, não há razões para acreditar que o restante da população tanto de Cesareia quanto de Dor, se opusesse de alguma forma a esse culto.

Quanto aos objetos de cerâmica encontrados nas áreas portuárias, destacamos alguns que fazem referência ao comércio exterior e também a similaridades entre Tel Dor e Cesareia Marítima. Em Tel Dor, esses objetos totalizaram seis, sendo quatro ânforas, um jarro e uma *sigillata*. Todos foram encontrados entre as áreas A e C da baía norte. Três das quatro ânforas e a *sigillata* possuem paralelo em Cesareia Marítima, o que pode atestar que os mesmos bens eram comercializados nas duas cidades, ou pelo menos que o mesmo estilo de ânforas se propagou pelas duas. Já o jarro, ou *dolium*, possui paralelo em Chipre, indicando relações com essa ilha – que na verdade aconteciam desde a Idade do Bronze. Esse tipo de recipiente geralmente carregava cargas maiores, o que nos leva a pensar que navios de grande porte e com bastante carga também poderiam atracar em Dor, apesar da falta de estruturas marítimas de seus portos.

Já em Cesareia Marítima, temos a menção a uma grande quantidade de vasos de cerâmica encontrados. Nenhum é especificado, mas é dito que derivavam de diversas localidades, atestando o caráter de empório internacional de Sebastos e ilustrando a escala do comércio marítimo que passava pelo porto durante o início do império. Esse repertório de vasos difere do de outros sítios levantinos por se originar, principalmente, do Mediterrâneo médio e ocidental (RABAN 1985, p. 158). Também em Cesareia, tem-se conhecimento de um naufrágio romano no porto ao norte de Sebastos, com uma grande quantidade de *dolia*, raramente encontradas em escavações terrestres, além de duas balanças de bronze. Tudo indica que se tratava de uma grande embarcação mercante, que levava uma carga a granel cara o suficiente para ser pesada quando fosse carregada ou descarregada. O fato de um navio desse tamanho ser encontrado no atracadouro norte e não em Sebastos talvez se explique pelas próprias *dolia*. Elas eram mais comuns no final do período republicano, então é possível que Sebastos ainda não tivesse sido construído, ou estivesse em construção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse trabalho com diversos questionamentos. Ao longo da trajetória da pesquisa, nem todos foram respondidos da forma como esperávamos, mas ainda sim tivemos pautas para diversas discussões. Intentamos investigar parte dos contatos culturais que ocorreram na província Palestina romana por meio do estudo de caso de

duas cidades portuárias, Tel Dor e Cesareia Marítima, durante um período de cerca de 300 anos. Nossa proposta inicial foi averiguar se esses contatos poderiam ser notados nas estruturas construídas das regiões portuárias das duas cidades, e se também havia diferença em seus contatos e desenvolvimento, considerando sua proximidade e o fato de ambas estarem sob domínio romano. Logo no início, porém, esse objetivo se tornou insuficiente para abarcar nosso escopo, que conta com diversos atracadouros naturais, alguns sem nenhuma estrutura portuária. Ficou claro, então, que teríamos que expandir a análise também para a paisagem natural, e não apenas construída.

Partindo do pressuposto de que toda paisagem tem significados, seja ela natural ou construída, tecemos a trama derivada de nossas questões. Vimos que no mundo romano a monumentalidade nos portos era a exceção, e não a regra. Atracadouros naturais e mais simples eram muito mais numerosos. Nesse sentido, o que de início era nosso principal modelo de porto, Sebastos, se tornou a exceção, perante os outros atracadouros do escopo, totalmente naturais ou com poucas intervenções humanas. Nesse sentido, Tel Dor e Cesareia Marítima eram similares, por ambas possuírem atracadouros mais simples, mas também muito distintas, já que em Cesareia também havia o monumental Sebastos. Outro ponto de diferenciação era que Dor não fazia parte do reino de Herodes, enquanto Cesareia havia sido construída por ele. Herodes, para além de Sebastos, era na verdade o elemento chave para entender as principais diferenças entre as duas cidades.

Mas havia também muitos pontos em comum entre as cidades, nem todos explicados apenas por sua proximidade geográfica. Primeiramente, elas eram as únicas cidades no Levante a possuir estruturas de armazenamento. As estruturas de Cesareia foram (re)construídas por Herodes, enquanto a de Tel Dor foi elaborada pelos romanos mais de 100 anos depois. Ambas também possuíam cunhagem de moedas, direito reservado às cidades provinciais com *status* jurídico-administrativo elevado. Além disso, tanto Tel Dor quanto Cesareia Marítima estiveram do lado dos romanos nas guerras judaicas.

As duas também presenciaram um grande desenvolvimento e crescimento durante o período romano. No caso de Cesareia Marítima, porém, esse crescimento foi marcado por um paradoxo: enquanto a cidade crescia, seu porto monumental decaía. Como explicação para esse fato, apresentamos a possibilidade de Sebastos na verdade ter sido um elemento separado da cidade, com sua própria jurisdição. Sendo assim,

Cesareia Marítima só poderia ser considerada uma cidade portuária por conta de seus atracadouros mais antigos, testemunhas da já não existente Torre de Estratão.

Já em Tel Dor esse crescimento, que em muitas fontes escritas é negado ou inexistente, pôde ser percebido por meio das fontes arqueológicas. A construção de diversas estruturas, a cunhagem de moedas – com dizeres como “governante dos mares”, por exemplo -, além do constante funcionamento dos seus portos, desde a Idade do Bronze, atestam que Tel Dor na verdade não desapareceu com o surgimento de Cesareia Marítima e Sebastos, como por muito tempo se acreditou. Na verdade, o que houve foi uma mudança do centro da cidade mais para o norte, onde então se localizavam os atracadouros mais utilizados pelos romanos. Mas, seja como for, essa mudança ocorreu mais de 100 anos depois da construção de Cesareia Marítima, parecendo improvável que uma fosse reflexo da outra.

Também vimos no decorrer do trabalho como as fronteiras intrínsecas à natureza dos portos podem interferir na paisagem e nos contatos, na medida em que eram elas que determinavam se certos contatos iriam ou não ocorrer, e onde. Dessa forma, podemos relacionar as fronteiras, tanto simbólicas quanto físicas, à noção de *middle ground*, uma vez que eram nesses locais (como, por exemplo, o próprio porto) que ocorria o entendimento entre pessoas de comunidades distintas, o que muitas vezes acarretava na formulação de objetos e práticas emaranhadas.

Um dos principais aspectos da sociedade onde esse emaranhamento pode ser notado é a religião. Principalmente no mundo romano, onde a religiosidade fazia parte do *ser* romano, assim como a urbanidade. Nas cidades estudadas, notamos diversos exemplos de sincretismo, ou emaranhamento, religioso, tanto em grandes estruturas, como templos, quanto em moedas. Na verdade, essas últimas nos trouxeram não apenas os aspectos religiosos emaranhados, mas também noções das identidades locais, uma vez que os símbolos retratados nas moedas diziam muito a respeito de como as próprias cidades se viam.

Por fim percebemos, com a análise de alguns objetos e de construções como o armazém de Tel Dor e o templo de Augusto e Roma em Cesareia Marítima, por exemplo, que em ambas as cidades havia um bom relacionamento das populações locais, ao menos das elites, com os romanos. Diversos achados funcionaram como homenagens aos romanos, de forma a estreitar sua relação com os povos locais. Além disso, também foi atestado que as duas cidades tinham certa importância no mundo romano oriental, o que pôde ser notado por suas edificações, usos e moedas. Também



havia, é claro, contatos com outros povos, principalmente no empório internacional que era Sebastos - em seu auge. Em Tel Dor, apesar dos seus atracadouros naturais e menores, também não deixavam de ocorrer tais contatos. Nos poucos objetos relacionados às estruturas que foram escolhidos para a análise, notamos o contato com povos do Egito e Chipre, por exemplo.

Dessa forma, fica claro que as fichas foram de grande auxílio não apenas na organização das fontes e dados, mas também para o diálogo entre as noções de *middle ground*, emaranhamento, fronteira e paisagem, conceitos de certa forma relacionados. Se pensarmos que a paisagem era significativa para aqueles povos – e para todos os povos, de todas as épocas, diga-se de passagem –, podemos dizer também que ela era o constructo de uma memória que se queria estabelecer. Memória essa que estava imbuída com os contatos religiosos, comerciais ou, de forma mais ampla, culturais, que, por sua vez, estavam relacionados às fronteiras. A paisagem, estando em constante mutação, pois o ser humano está em constante mutação, nos relega os objetos materiais para que possamos ter um pequeno vislumbre de como era o passado. O objetivo desse trabalho foi tentar interpretar esses vislumbres da melhor forma possível.

## REFERÊNCIAS

### Fontes escritas

ESTRABO. **Geography**. London Heinemann, 1949.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**: de Abraão à queda de Jerusalém. 8ª edição. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), 2004.

JOSEPHUS, Flavius. **Jewish Antiquities**. Harvard University Press, 1957.

JOSEPHUS, Flavius. **The Jewish War**. Harvard University Press, 1956.

PLATO. **Laws**, Books 1-6. R. G. Bury. The Loeb Classical Library 187. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926.

PLATO. **Republic**, Books 1-5. P. Shorey. The Loeb Classical Library 237. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1930.

PLINY THE ELDER. **Natural History**. Cambridge University Press, 1967.

VITRUVIUS. **The Ten Books on Architecture**. Harvard University Press, 1914.

### **Relatórios de escavação**

AD, Uzi; ARBEL, Yoav; GENDELMAN, Peter. Caesarea, Area LL: Preliminary Report. **Hadashot Arkheologiyot: Excavations and Surveys in Israel**, 130, 2018.

BULL, Robert J *et al.* The Joint Expedition to Caesarea Maritima: Ninth Season, 1980. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**. Supplementary Studies, n. 24, 1986.

BULL, Robert J *et al.* The Joint Expedition to Caesarea Maritima: Tenth Season, 1982. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**. Supplementary Studies, n. 27, 1991.

GILBOA, Ayelet *et al.* **Tel Dor – 2007, 2008**. Preliminary Report. Volume 122, 2010

GOLAN, Dor; RATZLAFF, Alexandra. **Tel Dor (Northeast)**. Preliminary Report. Volume 133, 2021

MATSKEVICH, Sveta *et al.* **Tel Dor – 2011**. Preliminary Report. Volume 126, 2014

MATSKEVICH, Sveta *et al.* **Tel Dor – 2013**. Preliminary Report. Volume 133, 2021

MATSKEVICH, Sveta *et al.* **Tel Dor – 2016**. Preliminary Report. Volume 133, 2021

RABAN, Avner. Caesarea Maritima 1983-1984. **The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration**, 14.2, 1985.

SHARON, Ilan *et al.* **Tel Dor – 2000, 2002, 2003**. Preliminary Report. Volume 121, 2009

SHARON, Ilan *et al.* **Tel Dor – 2004**. Preliminary Report. Volume 118, 2006

SHARON, Ilan *et al.* **Tel Dor – 2005**. Preliminary Report. Volume 121, 2009

SHARON, Ilan *et al.* **Tel Dor – 2006**. Preliminary Report. Volume 121, 2009

SHARON, Ilan *et al.* **Tel Dor – 2009**. Preliminary Report. Volume 123, 2011

STERN, Ephraim. Excavations at Tel Dor, 1981: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 32, n. 2/3, 1982.

STERN, Ephraim; SHARON, Ilan. Tel Dor, 1986: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 37, n. 4, 1987.

STERN, Ephraim; GILBOA, Ayelet; SHARON, Ilan. Tel Dor, 1987: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 39, n. 1/2, 1989.

STERN, Ephraim; SHARON, Ilan. Tel Dor, 1988-1989: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 41, n. 1/3, 1991.

STERN, Ephraim; SHARON, Ilan; GILBOA, Ayelet. Tel Dor, 1991: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 42, n. 1/2, 1992.

STERN, Ephraim; SHARON, Ilan. Tel Dor, 1992: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 43, n. 2/3, 1993.

STERN, Ephraim; SHARON, Ilan. Tel Dor, 1993: Preliminary Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 45, n. 1, 1995.

STERN, Ephraim et al. Tel Dor, 1994-1995: Preliminary Stratigraphic Report. **Israel Exploration Journal**, vl. 47, n. 1/2, 1997.

WIEMKEN, Robert C.; HOLUM, Kenneth G. The Joint Expedition to Caesarea Maritima: Eighth Season, 1979. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 244, 1981.

YEIVIN, S. Excavations at Caesarea Maritima. **Archaeology**, vl. 8, n. 2, 1955.

## **Bibliografia**

ANSCHUETZ, Kurt F. et al. An Archaeology of Landscape: Perspectives and Directions. **Journal of Archaeological Research**, vl 9, n.2, pp.157-211, 2001.

ANTONACCIO, Carla M. **Excavating Colonization**. University of Texas Press, 2005

ARAV, Rami. Some notes on the foundation of Straton's Tower. **Palestine Exploration Quarterly**, vl. 121, n. 2, 1989.

ARTZY, M. GOODMAN, B. GAL, Z. **The Harbour of Sebastos** (Caesarea Maritima) in it's Roman Mediterranean Context. Oxford: Archeopress, 2009.

ASTON, M.; ROWLEY, T. **Landscape Archaeology: An Introduction to Fieldwork Techniques on Post-Roman Landscapes**. Newton Abbot: David and Charles, 1974.

BHABHA, Homi. The Third Space. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). **Identity: Community, Culture, Difference**. Lawrence & Wishart: London, 1990.

BLACKMAN, D. J. Ancient harbours in the Mediterranean. Part 2. **The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration**, 11: 3, 1982

BLACKMAN, David; BAIKA, Kalliopi. **Ports, Harbours and Anchorages in the Ancient Mediterranean**: New Discoveries and New Approaches, 2016.

BOURAS, Catherine. On the urbanism of Roman Harbours: the evolution of space organization in Harbours of the Aegean Sea. In: LADSTATTER, Sabine et al (orgs.). **Harbours and Harbour Cities in the Eastern Mediterranean from Antiquity to the Byzantine Period**: recent discoveries and current approaches. Istanbul, 2014.

BRANDON, Christopher J. Roman Structures in the Sea: Sebastos, the Herodian Harbor of Caesarea. In: HOHLFELDER, Robert (ed.). **The Maritime World of Ancient Rome**. The University of Michigan Press, 2008.

BURRELL, Barbara. Herod's Caesarea on Sebastos: Urban structures and influences. In: JACOBSON, David M.; KOKKINOS, Nikos. **Herod and Augustus**. Leiden, Boston, 2009.

CHANCEY, Mark. A.; PORTER, Adam. The Archaeology of Roman Palestine. **Near Eastern Archaeology**, Vol. 64, No. 4, pp. 164-203, 2001.

DAVID, B; THOMAS, J. Landscape Archaeology: Introduction. In: DAVID, B; THOMAS, J (eds.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Left Coast Press, Walnut Creek, pp. 27-43, 2008.

DMITRIEV, Sviatoslav. (Re-)constructing the Roman empire: from 'imperialism' to 'post-colonialism'. An historical approach to history and historiography. **Annali di Lettere**, V serie, vol. 1, fasc. 1, 2009.

ELIYAHU-BEHAR, Adi et al. Identifying a Roman Casting Pit at Tel Dor, Israel: Integrating Field and Laboratory Research. **Journal of Field Archaeology**, vl. 34, 2009.

EVANS, Jane DeRose. Ancient Coins from the Drew Institute of Archaeological Research Excavations of Caesarea Marítima, 1971-1984. **The Biblical Archaeologist**, vl. 58, n. 3, 1995.

FAVERSANI, Fabio. Entre a República e o Império: multiplicidade de fronteiras. **Mare Nostrum**, n. 4, 2013.

FENTRESS, Elizabeth W.B. Frontier Culture and Politics at Timgad. **Bulletin archéologique du C.T.H.S.**, nouv. sér., fasc, 17 B, p.299-408, Paris, 1984.

FRITSCH et al 1975

FOERSTER, Gideon. The Early History of Caesarea. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**. Supplementary Studies, n. 19, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GARRAFFONI, Renata Senna. A Aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. **Heródoto**, Unifesp, Guarulhos, v.3, n.2, p.246-255, 2018.

GALILI, Ehud; ROSEN, Baruch; ZVIELY, Dov; SILBERSTEIN, Na'ama; FINKIELSZTEJN, Gerald. The Evolution of Akko Harbor and its Mediterranean Maritime Trade Links. **The Journal of Island and Coastal Archaeology**, 2010.

GAMBASH, Gil; YASUR-LANDAU, Assaf. 'Governor of Judea and Syria' A New Dedication from Dor to Gargilius Antiquus. **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, Bd. 205, 2018.

GAZDA, Elaine K.; MCCANN, Anna M. Reconstruction and Function: Port, Fishery, and Villa. History, Geography, Architectural Remains. In: MCCANN, Anna M. et al. **The Roman Port and Fishery of Cosa: A Center of Ancient Trade**. Princeton University Press, 1987

GERSHT, Rivka. Representations of Deities and the Cult of Caesarea. In: RABAN, Avner; HOLM, Kenneth G (eds). **Caesarea Maritima: a retrospective after two millennia**. Leiden: E.J. Brill, 1996.

GERSHT, Rivka. Deities at the service of cities and people: sculpted images from Caesarea Maritima. In: TAL, Oren; WEISS, Zeev (eds.). **Expressions of cult in the southern Levant in the Greco-Roman period**. Turnhout: Brepols, 2017.

GERSHT, Rivka. Seven new sculptural pieces from Caesarea. **Journal of Roman Archaeology**. The Roman and Byzantine New East: some recent archaeological research. Supplementary series n. 14, 1995.

GERSHT, Rivka. The Tyche of Caesarea Maritima. **Palestine Exploration Quarterly**, n. 116, 1984.

GERSHT, Rivka. Aquatic Figure Types from Caesarea-Marítima. **Assaph**, 6, 2001

GIBSON, Shimon et al. Town and Country in the Southern Carmel: Report on the Landscape Archaeology Project at Dor (LAPD). **Levant**, 31, 1999.

GILBOA, Ayelet; SHARON, Ilan. Between the Carmel and the Sea: Tel Dor's Iron Age reconsidered. **Near Eastern Archaeology**, 71: 3, 2008.

GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa: Edições 70, 1984.

GUARINELLO, Norberto L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare Nostrum**, v.1. p.113-127, 2010.

HIRATA, E.F.V. A Paisagem Construída no Mediterrâneo Antigo: entre a Arqueologia e a História. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 11: 25-30, 2011.

HOHLFELDER, Robert L. et al. Herod's harbor at Cesarea Maritima. **The Biblical Archaeologist**. v.46, n.3, p.133-143, 1983.

HOHLFELDER, Robert L. Constructing the Harbour of Caesarea Palaestina, Israel: new evidence from the ROMACONS field campaign of October 2005. **The International Journal of Nautical Archaeology**, 36: 2, 2007.

HOHLFELDER, Robert L. Images of Homage, Images of Power: King Herod and his harbor, Sebastos. **Antichthon**, 37, 2003.

HOHLFELDER, Robert L. Procopius, De Aedificiis, 1.11.18-20: Caesarea Maritima and the building of harbours in Late Antiquity. **Mediterranean Historical Review**, 3:1, 54-62, 2013

HOLUM, Kenneth G. et al. **King Herod's Dream: Caesarea on the Sea**. New York: W. W. Norton, 1988.

HOLUM, Kenneth G. Chapter 8 – Caesarea Maritima. In: WAGEMAKERS, Bart (ed.). **Archaeology in the Land of 'Tells and Ruins': A History of Excavations in the Holy Land Inspired by the Photographs and Accounts of Leo Boer**. Oxford: Oxbow Books, 2014.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History**. Oxford: Blackwell, 2000.

HOUSTON, George W. Ports in perspective: Some Comparative Materials on Roman Merchant Ships and Ports. **American Journal of Archaeology**, vl. 92, n. 4, 1988

JIMÉNEZ, Alicia. What is a Province? In: Alcock, S.E.; EGRI, M.; FRAKES, F.D. **Beyond Boundaries: Connecting visual cultures in the Provinces of Ancient Rome**. Getty Publications, LA, 2016.

JIMÉNEZ, Alicia. Pure hybridism: Late Iron Age sculpture in southern Iberia. **World Archaeology**, 43: 1, 2011.

JONES, A.H.M. "The urbanization of Palestine". In: **JRS**, 21, pp. 78-85, 1931.

KAHN, Lisa C. King Herod's Temple of Roma and Augustus. In: RABAN, Aver; HOLUM, Kenneth (eds.). **Caesarea Maritima: A Retrospective after two Millennia**. E.J. Brill, 1996

KEAY, Simon; MILLETT, Martin; STRUTT, Kristian. Recent Archaeological Survey at Portus. **Memoirs of the American Academy in Rome**. Supplementary Volumes, vl. 6, 2008.

KINGSLEY, Sean A.; RAVEH, Kurt. The ancient harbor and anchorage at Dor, Israel. **The Biblical Archaeologist**, vl. 60, n.1, 1997.

KNAPP, Bernard; VAN DOMMELEN, Peter. Material Connections: Mobility, materiality and Mediterranean identities. In: VAN DOMMELEN, Peter; KNAPP, Bernard. **Material Connections in the Ancient Mediterranean**. Routledge, 2010.

KORMIKIARI, M. C. N, **Arqueologia da Paisagem**. S.P., Labeca – MAE/USP, 2014.

KORMIKIARI, M. C. N. et al. O estudo das fronteiras no mundo antigo: o caso grego. In: KORMIKIARI, M. C.; HIRATA, E. V.; ALDROVANDI, C. E. (Org.). **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.125-156, 2011.

LAMONT, Michele; MOLNAR, Virag. The study of boundaries in the social sciences. **Annu. Rev. Sociol.**, 28, p. 167-195, 2002.

LAZAR, Michael et al. The door to Dor: Tracing unseen anthropogenic impact in an ancient port. **Geoarchaeology**, 2020; 1-10

LICHTENBERGER, Achim. Coin Iconography and Archaeology: Methodological Considerations of Architectural Depictions on City Coins of Palestine. In: TAL, Oren; WEISS, Zeev (eds.). **Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period**. Brepols: Turnhout, 2017.

MACCANN, Anna Marguerite. Introduction: A Perspective. In: The Roman Port and Fishery of Cosa. In: MCCANN, Anna M. et al. **The Roman Port and Fishery of Cosa: A Center of Ancient Trade**. Princeton University Press, 1987

MALKIN, Irad. A colonial Middle Ground: Greek, Etruscan, and local elites in the Bay of Naples. In: LYONS, C.L.; PAPADOPOULOS, J.K. (eds.). **The archaeology of colonialism**. Los Angeles: Getty Research Institute, pp.151-181, 2002.

MALKIN, Irad. The Middle Ground: Philoktetes in Italy. **Kernos**, vl. 11, 1998.

MALKIN, Irad. **The Returns of Odysseus: Colonization and Ethnicity**. University of California Press, 1998.

MALKIN, Irad. Networks and Middle Ground in the Western Mediterranean. In: MALKIN, Irad. **A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean**. Oxford University Press, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n.115, 1983.

MESHORER, Ya'akov. The Coins of the Mint of Dora. **Israel Numismatic Journal**, n. 9, 1986-87

MILLAR, Fergus. **The Roman Near East: 31 BC-AD 337**. Harvard University Press, 1993.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. **Mediterranean Historical Review**, vl.18, n.2, pp.30-55, 2003.

MOTTA, Rosa Maria. **Material Culture and Cultural Identity: a study of Greek and Roman coins from Dora**. Oxford: Archaeopress, 2015.

NAKAS, Ioannis D. Ships and harbours of the Hellenistic and Roman Mediterranean: a new approach. **Maritime Archaeology Graduate Symposium**, Short Report Series, 2020.

NETZER, Ehud. The ideal City in the eyes of Herod the Great. In: KOKKINOS, Nikos. **The world of the Herods**. Franz Steiner Verlag Stuttgart, 2007.

NITSCHKE, J; MARTIN, S.B.; SHALEV, Y. Between Carmel and the sea. Tel Dor: the late periods. **Near Eastern Archaeology**, 74:3, 2011.

NITSCHKE, Jessica. **Perceptions of Culture**: interpreting Greco-Near Eastern hybridity in the Phoenician Homeland (dissertation). University of California, Berkeley, 2007.

OLESON, John Peter. The technology of Roman harbours. **The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration**, 17.2, pp.147-157, 1988.

OLESON, John P.; HOHLFELDER, Robert L. Ancient harbours in the Mediterranean. In: CATSAMBIS, Alexis et al (orgs.). **The Oxford Handbook of Maritime Archaeology**. Oxford University Press, 2011.

OLIVEIRA, Gabriela R. M. Fronteira Cultural ou Disputa pela Paisagem? O caso da sinagoga de Tel Dor, Israel. **Cadernos do LEPAARQ** (UPFEL), vl. 18, p. 229-244, 2021.

OLIVEIRA, Gabriela R. M. Fortes Herodianos: reflexos de práticas políticas na paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 33, p. 139-150, 2019.

PATRICH, Joseph. Urban Space in Caesarea Maritima, Israel. In: BURNS, T. S.; EADIE, J. W. **Urban centers and rural contexts in Late Antiquity**. Michigan State University Press, 2001.

PATRICH, Joseph. Studies in the Archaeology and History of Caesarea Maritima, Caput Judaeae, Metropolis Palaestinae. **Ancient Judaism and Early Christianity**, v. 77, Brill, Leiden, 2011.

PINTO, Renato. Uma morte muito exagerada: Robin G. Collingwood e a “romanização” da Bretanha Romana. **Heródoto**, Unifesp, Guarulhos, v. 2, n. 2, Dez., 2017, p. 522-543.

PORTO, Vagner Carneiro. O culto imperial e as moedas do Império Romano. **Phoenix**, Rio de Janeiro, 24-1: 138-154, 2018.

PORTO, Vagner Carneiro. **Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana**. MAE-USP, 2007.

PORTO, Vagner Carneiro. A cidade como discurso ideológico: monumentalidade nas moedas do Império Romano. **R. Museu Arq. Etn.** São Paulo, n. 18, 2014.

RABAN, Avner; HOHLFELDER, Robert L. The Ancient Harbors of Caesarea Maritima. **Archaeology**, vl. 34, no. 2, 1981

RABAN, Avner. Sebastos: the royal harbor at Caesarea Maritima – a short-lived giant. **The International Journal of Nautical Archaeology**, 21.2: 111-124, 1992

RABAN, Avner; LINDER, E. Caesarea, the Herodian Harbour. **International Journal of Nautical Archaeology**, 7, 238-243, 1978.

RAPOPORT, Amos. **The Meaning of the Built Environment**: A nonverbal communication approach. The University of Arizona Press, 1990



- RAVEH, Kurt; KINGSLEY, Sean A. The status of Dor in Late Antiquity: a maritime perspective. **The Biblical Archaeologist**, vl. 54, n. 4, pp. 198-207, 1991.
- REVELL, Louise. **Roman Imperialism and local identities**. Cambridge University Press, 2009.
- RICHARDSON, Peter; FISHER, Amy Marie. **Herod: King of the Jews and friend of the Romans**. Routledge: New York, 2018.
- RICKMAN, Geoffrey. Plenary Address: Ports, Ships and Power in the Roman World. **Memoirs of the American Academy in Rome**, Supplementary Volumes, vl. 6, 2008.
- RICKMAN, Geoffrey. The Archaeology and History of Roman Ports. **The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration**, 17.3: 257-267, 1988.
- ROLLER, W. Duane. **The Building Program of Herod the Great**. Berkeley, Calif: University of California Press, 1998.
- RUPKE, Jorg. **Religião Urbana: Uma Abordagem Histórica**. Appris Cultura: Curitiba, 2022.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 (1982).
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.
- SHALEV, Ehud A.; GAMBASH, Gil; YASUR-LANDAU, Assaf. Disheveled Tenacity: the north bay of roman and byzantine Dor. **Journal of Maritime Archaeology**, 14: 205-237, 2019.
- SMITH, Michael E. Form and meaning in the Earliest Cities: A new approach to ancient urban planning. **Journal of Planning History**, v.6, n. 1, 3-47, 2007.
- STERN, Ephraim. The Walls of Dor. **Israel Exploration Journal**, vl. 38, n. 1/2, pp. 6-14, 1988.
- STOCKHAMMER, Philipp W. **Conceptualizing cultural Hybridization: A Transdisciplinary Approach**. Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2012.
- STOCKHAMMER, Philipp W. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. **Archaeological Review from Cambridge**, vl. 28.1, 2013.
- STOCKHAMMER, Philipp W.; ATHANASSOV, Bogdan. The Westhallstattkreis as spaces of contact. **Tempo**, Niteroi, vl. 24, n. 3, 2018.
- SZABÓ, Csaba. Archaeology of a Mithraeum: The case of Caesarea Maritima. Reading Notes. **Cercetari Arheologice**, 28.1, 2021.
- TACLA, Adriene B., et al. A natureza da cidade portuária e a relação portos-portas em contextos helênicos. In: KORMIKIARI, M. C.; HIRATA, E. V.; ALDROVANDI, C. E.

(Org.). **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.125-156, 2011.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio. Arqueologia e ritual: lugares devoção na Palestina romana. **Romanitas** – Revista de Estudos Grecolatinos, n.5, p.39-65, 2015.

URBANUS, Jason. Rome's Imperial Port. **Archaeology**, March/April, 2015.

VAN DOMMELEN, Peter. Postcolonial archaeologies between discourse and practice. **World Archaeology**, vl. 43: 1-6, 2011

VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. **Archaeologies of Memory**. Blackwell Publishing, 2003

VAZ, Valteir. Bakhtin e o Pós-colonialismo: a questão do hibridismo. **RUS** (São Paulo), 8 (9), 88-119, 2017.

VOTRUBA, Gregory F. Imported Building Materials of Sebastos Harbour, Israel. **The International Journal of Nautical Archaeology**, 36: 2, 2007.

WACHSMANN, Shelley; RAVEH, Kurt. A concise nautical history of Dor/Tantura. **The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration**, 13.3, pp. 223-241, 1984.

WEBSTER, Jane. Creolizing the Roman Provinces. **American Journal of Archaeology**, vl. 105, n.2, p.209-225, 2001.

WEISS, Zeev. Buildings for Mass Entertainment: Tradition and Innovation in Herodian Construction. **Near Eastern Archaeology**, 77: 2, 2014

WHITTAKER, C. R. **Rome and its Frontiers: the dynamics of empire**. Routledge: London, 2004.

WILLIAMSON, George. Aspects of Identity. In: HOWGEGO, C.; HEUCHERT, V.; BURNETT, A (eds.). **Coinage and Identity in the Roman Provinces**. Oxford University Press, 2005.

WOOLF, Greg. **Roma: A História de um Império**. Tradução de Mario Molina. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

WOOLF, Greg. Beyond Romans and Natives. **World Archaeology**, v.28, n.3, Culture Contact and Colonialism, p.339-350, 1997.

YASUR-LANDAU, Assaf, et al. Rethinking the anchorages and harbours of the southern levant 2000 BC-600 AD. **Harbours as objects of interdisciplinary research: Archaeology + History + Geosciences (conference)**. Kiel, 2018.

**Obras lidas, porém não referenciadas**

ALDROVANDI, Cibele E. V. et al. Modelos imagéticos urbanos e a compreensão da sociomorfogênese da cidade antiga. In: KORMIKIARI, M. C.; HIRATA, E. V.; ALDROVANDI, C. E. (Org.). **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.125-156, 2011.

ANDERSON, James D. The impact of Rome on the periphery: the case of Palestine - Roman period (63 BCE-324 CE). In: LEVY, Thomas E. (Editor). **The Archaeology of Society in the Holy Land**. Paper Book, 1995.

BELAYCHE, Nicole. **Judaea-Palaestina: The Pagan Cults in Roman Palestine. Second to Fourth Century**. Tubingen, Germany: Mohr Siebeck, 2001.

DIRVEN, Lucinda. The imperial cult in the cities of the Decapolis, Caesarea Maritima and Palmyra. **Aram**, 23, p.141-156, 2011.

ERDKAMP, Paul (ed.). **The Cambridge companion to Ancient Rome**. Cambridge University Press, 2013.

FITTSCHEN, Klaus. FOERSTER, Gideon. **Judea and the Greco-Roman world in the time of Herod in the light of archaeological evidence**. Göttingen: Van Den Hoeck& Ruprecht, 1978.

GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto; FLORENZANO, Maria Beatriz B. Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 A.C.-135 D.C.). **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 12: 81-122, 2002

GERSHT, Rivka. The Tyche of Caesarea Maritima. **Palestine Exploration Quarterly**, 116, 1984.

GRUEN, Erich. **The Hellenistic World and the Coming of Rome**, Vols. 1–2. Berkeley: University of California, 1984.

HEZSER, Catherine (ed.). **The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine**. Oxford University Press, 2010.

HODOS, T. Local and global perspectives in the study of social and cultural identities. In: HALES, S.; HODOS, T. (eds). **Material culture and social identities in the ancient world**. Cambridge University Press, pp.3-31, 2010.

HOLUM, Kenneth G. **Caesarea: Herod and beyond: buildings of power**. Biblical historical society, 2004.

LYONS, C.L.; PAPADOPOULOS, J.K. (eds.). **The archaeology of colonialism**. Los Angeles: Getty Research Institute, pp.151-181, 2002.

MAGNESS, Jodi. **The Archaeology of the Holy Land: from the destruction of Solomon's temple to the Muslim conquest**. Cambridge University Press, 2012.

MANOEL, Ivan Manoel; ANDRADE, Solange Ramos de (orgs). **Identidades Religiosas**. Franca: UNESP-FHDSS; Civitas Editora, 2008.

MITCHELL, Stephen. Imperial building in the Eastern Roman Provinces. **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 91, pp. 333-365, 1987.

O'CONNOR, Jerome Murphy. **The Holy Land: An Oxford Archaeological Guide** New York: Oxford University, 2008.

PEARSON, Michael P.; RICHARDS, Colin. **Architecture and Order**. Approaches to Social Space. Londres: Routledge, 1994.

PERRING, D. Spacial organization and social change in Roman towns. In: RICH, John; WALLACE-HADRILL, Andrew (eds.). **City and Country in the Ancient World**. Routledge: London and New York, 1991.

PRICE, Martin J.; TRELL, Bluma L. **Coins and their Cities: Architecture on the ancient coins of Greece, Rome, and Palestine**. Friary Press: London, 1977.

RAJAK, Tessa. **Josephus: The Historian and His Society**. London, Duckworth, 1983.

RICHARDSON, Peter. **Building Jewish in the Roman East**. Baylor University Press: Texas, 2004.

ROCHA, Ivan Esperança. Dominadores e dominados na Palestina do século I. **História**, São Paulo, 23, p.239-258, 2004.

ROCHA, Ivan Esperança. O poder romano por Flávio Josefo: uma compreensão política e religiosa da submissão. In: CARVALHO, Margarida M. et al (orgs.). **História Militar do Mundo Antigo: guerras e representações**. São Paulo: Annablume, 2012.

ROSENTHAL-HEGINBOTTOM, Renate. Lamps from Tel Dor (Dora) – local production and Egyptian iconographic influence. In: CHRZANOVSKI, Laurent. **Le Luminaire antique Lychnological Acts**. Universitéd'Heidelberg, 2009.

SCHWARTZ, Daniel R. **Agrippa I: The Last King of Judaea**. Tübingen: Mohr, 1990.

SEWELL, Jamie. **The Formation of Roman Urbanism: 338-200 B.C.** Portsmouth, Rhode Island, 2010.

SPERBER, Daniel. **The City in Roman Palestine**. Oxford University Press, 1998.

UCKO, Peter J.; LAYTON, Robert. (orgs). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: Shaping your landscape**. Londres: Routledge, 1999. WHITE, Michael J. **Building God's House in the Roman World: Architectural Adaptation among Pagans, Jews and Christians**. Baltimore: ASOR/Johns Hopkins University, 1990.

VAN DYKE, Ruth M. Memory, Place, and the Memorialization of Landscape. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian (eds.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Routledge, p. 277-285, 2008.

VANN, Robert L. (ed.). Caesarea Papers: Straton's Tower, Herod's Harbour, and Roman and Byzantine Caesarea. **Journal of Roman Archaeology Supplement**, 1992.

WOOLF, Greg. Inventing empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, Susan E. et al. **Empires: perspectives from Archaeology and History**. Cambridge University Press, 2001.

WOOLF, Greg. **The formation of roman provincial cultures**. Integration in the early roman west: the role of culture and ideology, 1995.

YEGUL, Fikret; FAVRO, Diane. **Roman Architecture and Urbanism: From the origins to Late Antiquity**. Cambridge University Press, 2019.

ZEDEÑO, M.N.; BOWSER, B.J. The archaeology of meaningful places. In: ZEDEÑO, M.N.; BOWSER, B.J. (Eds.). **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press, pp. 1-14, 2009.